

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES E A “REFORMA
UNIVERSITÁRIA” DO GOVERNO LULA: a educação pública em debate**

LAURA KARINE MAIA DOS SANTOS

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES E A “REFORMA
UNIVERSITÁRIA” DO GOVERNO LULA: A educação pública em debate**

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, como exigência para obtenção do título de Mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará.

Orientadora: Dra. Ana Maria Dorta de Menezes.

Laura Karine Maia dos Santos

2007

Esta dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Educação Brasileira, outorgado pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida desde que seja em conformidade com as normas da ética científica.

Laura Karine Maia dos Santos

APROVADA EM: _____/_____/_____

CONCEITO: _____

COMITÊ:

Dra. Ana Maria Dorta de Menezes (Presidente)

Dra. Kátia Regina Rodrigues Lima

Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

**“Os poderosos podem matar uma,
duas ou três rosas, mas jamais
conseguirão deter a primavera”.**
(Ernesto Guevara)

DEDICATÓRIA

Dedicamos esse estudo à bravura incontestada dos estudantes, que muito mais que a degustação dos “prazeres” ofertados por nossa sociedade pós-moderna, reconheceram a necessidade da luta em defesa do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade para todos, almejando a emancipação do homem, e que, para tanto, doaram destemidamente alguns dias, meses, ou anos de sua juventude, dedicando-se à nobre causa do direito à educação como um bem, muitas vezes enfrentando, corajosamente, a violência encarniçada da ditadura, seja ela como repressão física ou moral, como nos anos 60, ou ideológica, como atualmente acontece.

E aos demais jovens de hoje, a quem eu sinceramente espero que essa pesquisa possa contribuir, o mínimo que seja, para o desvelamento que ancora a universidade ao conservadorismo da reforma universitária do regime militar, e a quem eu também dedico esse poema **“Em vez de serem apenas bons, esforcem-se para criar um estado de coisas que torne possível a bondade; em vez de serem apenas livres, esforcem-se para criar um estado de coisas que liberte a todos!”**. (Brechet)

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo incomensurável Amor, minha inteira gratidão.

A minha mãe e ao meu pai, pelo amor e carinho, e pela vida.

Agradeço aos 16 meses auxílio financeiro que me foi concedida através da Bolsa de Demanda Social - Capes, e que me proporcionou durante esse período, dedicação exclusiva à pesquisa.

A Profa. Ana Dorta, minha orientadora, a quem a honestidade e a integridade sempre me foram motivos de admiração e orgulho, desde os primeiros contatos e a quem hoje, na singeleza e simplicidade de seus atos e de seu conhecimento, me ensinou a reconhecer sua indispensável presença na minha trajetória acadêmica como intelectual. Obrigada pela contribuição, compreensão, carinho, e amizade dedicados a mim.

À banca examinadora de qualificação, nas pessoas da Profa. Kátia Regina e do Prof. Manoel Fernandes, pelas incontestes sugestões e contribuições à esta pesquisa. Certamente, o resultado não seria o mesmo sem suas contribuições.

Agradeço, ainda, a disponibilidade prestada pela Professora Sandra Pelegreni, ao atender a minha solicitação de ceder parte de sua dissertação de mestrado por e-mail, possibilitando o enriquecimento dos meus estudos com a valiosa contribuição de sua pesquisa, a qual eu considero de leitura obrigatória a todos que se dispõem a discutir reforma universitária no Brasil.

Agradeço ao companheiro que Deus me presenteou nos dois últimos anos, por me fazer aprender o lado mais doce da vida, na pureza de seu coração, na alegria de seu sorriso e na leveza de sua alma. Obrigada, *F.P.*, por tudo.

Agradeço, por fim, mais particularmente, ao meu querido papai, por todo o carinhoso amor que recebi, e a quem eu tenho certeza nunca deixar de ser a menininha linda e amada que sempre fui. Por todo o seu carinho, e o grande amor que

habita em meu coração, estando você longe ou perto de mim. Muito obrigada por tudo, e pela certeza de saber que você certamente estará feliz a conclusão dessa etapa.

SUMARIO

RESUMO.....	06	
ABSTRACT.....	07	
INTRODUÇÃO	09	
I CAPITULO: A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES E A DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA NO BRASIL	21	
1.1. DA FUNDAÇÃO DA UNE AO GOLPE DE ESTADO PELOS MILITARES: EXAMINANDO AS LIÇÕES DA HISTÓRIA.....	21	
1.2 A UNE E A DITADURA DO GOLPE MILITAR: A LUTA CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA.....	50	
1.2.1. AS CONDIÇÕES BRASILEIRAS PARA A INTERVENÇÃO MILITAR NOS ANOS 60: UM BREVE ISTÓRICO.....	51	
1.2.2. A LUTA CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO MILITAR: QUANDO A ESPERANÇA VENCEU O MEDO.....	60	
II CAPÍTULO – A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES E A OFENSIVA NEOLIBERAL.....	79	
2.1. O GOVERNO LULA: CONTINUIDADE OU RUPTURA COM O PROJETO NEOLIBERAL?	79	
2.1.2. A UNE NO PALANQUE: DE FHC A LULA – DO EMBATE AO APOIO.....	85	
2.1.3. A UNE E A CONTRA REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA: QUANDO O MEDO VENCEU A ESPERANÇA.....	94	
2.2. O PROUNI: ADEUS AS BANDEIRAS DO ENSINO PUBLICO? 103	2.2.1. CONCLUTE: NASCE UM MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO Á UNE.....	108

CONSIDERAÇÕES	
FINAIS.....	116
BIBLIOGRAFIA	
CONSULTADA.....	120
ANEXOS.....	124

INTRODUÇÃO

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

(BRECHET)

Foi com especial desalento que tivemos a oportunidade de observar o 49^a Congresso da União Nacional dos Estudantes – CONUNE, realizado na cidade de Goiânia, entre os dias 29 de junho e 03 de julho do ano de 2005. Quando ansiávamos por presenciar a maior mobilização estudantil referente à reforma universitária, haja vista que esse era o primeiro e maior momento em que estariam reunidas as mais variadas lideranças estudantis de todo o país, inseridas no momento histórico de mudanças significativas nos diversos setores sociais, sobretudo no educacional, com a reforma universitária ganhado corpo e forma no Congresso e no Senado, o que se ouviu do presidente da UNE, Gustavo Petta¹, em muito bom tom do grande alto-falante foi que o Encontro:

“Não seria para discutir a reforma universitária, como todos esperavam, mas para discutir os atuais acontecimentos históricos vivenciados pelo país, como a denúncia do Mensalão², especialmente para pedir a punição dos responsáveis, ao mesmo tempo em que também se necessita defender o governo Lula, que está ameaçado pela burguesia e pelos parlamentares de direita que governaram o país durante muitos anos e agora não se

¹ Gustavo Petta, presidente da UNE na gestão 2003-2005; reeleito para gestão 2005-2007.

² Mensalão: “esquema de compra de votos dos parlamentares”, fato de repercussão nacional, vivenciada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2005/2006. O neologismo *mensalão*, popularizado então pelo deputado federal Roberto Jefferson em entrevista que proporcionou visibilidade nacional ao escândalo, é uma variante da palavra “mensalidade”, usada para se referir a uma suposta “mesada” paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo. Segundo o deputado, o termo já era comum nos bastidores da política entre os parlamentares para designar essa prática ilegal. A palavra “mensalão” foi então adotada pela mídia para se referir ao caso. A primeira vez que a palavra foi grafada em um veículo de comunicação de grande reputação nacional ocorreu no jornal folha de S. Paulo, na matéria do dia 06 de junho de 2005. (Wikipédia/2007).

conformam em perder seus mandatos e vão fazer todo o possível para a derrubada do primeiro governo de esquerda a assumir o país.”³

Foi o momento em que o encantamento dessa beleza de cidade, de povo tranqüilo, apagou seu brilho para acender a insatisfação provocada pelo teor do que viria a ser a referida grande manifestação do Congresso da UNE, amplamente divulgada como a *Grande Marcha* da Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS e contou com a participação de diversas organizações, como o Movimento dos Sem Terra – MST; Central Única dos Trabalhadores – CUT; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES e tantas outras.

O que nos causou especial desalento e indignação foi o fato de a UNE não reafirmar de forma explícita e vigorosa, em alto e bom som, a defesa da educação pública e gratuita para todos, bandeira de luta historicamente desfraldada por essa entidade estudantil.

Foi, pois, nesses termos, que, mesmo diante de muitas vozes que se levantavam contra, ressaltando, aqui, inclusive o apoio de alguns parlamentares dos partidos ditos “radicais⁴”, que também fizeram seu protesto contra o posicionamento da UNE; contra a corrupção no governo e, as Reformas Neoliberais, a maioria dos estudantes que ali se encontrava seguia os encaminhamentos da direção nacional, desmerecendo o engajamento na discussão da Reforma Universitária como ponto fundamental de uma marcha que reunia em torno de 10 mil pessoas.

A necessidade de nos sentirmos partícipes de uma necessária resistência a essa política de capitulação, contribuindo, a partir do espaço acadêmico-investigativo, para a elucidação teórica dos fatores que traduzem a evolução do movimento estudantil sob a chancela de sua entidade maior, incitou-nos a desafiar os riscos inerentes à realização da pesquisa que anunciamos através do projeto União Nacional dos Estudantes e as Reformas Universitárias brasileiras: a defesa da educação pública em debate. O objetivo central da presente pesquisa é analisar as posições centrais da UNE face á proposta de

³ Reproduzimos, aqui, parte do discurso de Gustavo Petta, presidente da UNE nas gestões de 2001-2003 e 2003-2005 no 49º CONUNE.

⁴ Os deputados Babá/P-Sol/PA; Luciana Genro/P-Sol/RS e a senadora Heloísa Helena/P-Sol/AL estiveram presentes e encabeçaram uma outra marcha em oposição a Marcha da CMS, e contou com o apoio de muitos estudantes, mas em número consideravelmente reduzido aos que compareceram a Marcha convocada pela CMS.

“Reforma Universitária” encaminhada ao Congresso, através do Projeto de Lei Lai N° 7200/06, pelo governo de Luís Inácio Lula da Silva – Lula.

A pesquisa visa dar continuidade à linha de investigação iniciada por nós no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, na qual nos preocupamos inicialmente com a discussão sobre o papel do movimento estudantil face à problemática da educação pública.

Nossa monografia de conclusão do curso de graduação no ano de 2002, intitulada *O Centro Acadêmico de Pedagogia da UECE na luta em defesa da Educação Pública*, teve como objeto de investigação o Centro Acadêmico de Pedagogia da UECE, buscando compreender o papel que o movimento estudantil, encabeçado por esta entidade desempenhou, ao longo de sua história, na defesa da educação pública. Nesse sentido, realizamos um resgate histórico da referida entidade, pontuando suas principais lutas em relação à sociedade; à educação, à universidade; e ao curso de Pedagogia.

O interesse pela temática do movimento estudantil brasileiro resultara do nosso envolvimento com o Centro Acadêmico de Pedagogia da UECE. O ideal de organização dos estudantes; a discussão sobre a problemática educacional, especialmente a que diz respeito ao ensino superior, passou a ocupar nossas preocupações desde quando fomos eleitos para representar o conjunto dos estudantes de Pedagogia da UECE, assumindo a direção do Centro Acadêmico de Pedagogia Lauro de Oliveira Lima para o período de 2001/2002, à frente da gestão “*Por Um Ser Humano*”.

A nossa persistência em tomarmos o movimento estudantil como objeto de estudo representa o reconhecimento da importância, por nós considerada, da organização dos estudantes na defesa da educação pública e gratuita, e da articulação de suas lutas com as lutas da classe trabalhadora pela transformação da sociedade, embora não atribuamos a este o papel central nesse processo que entendemos ser da classe trabalhadora⁵.

⁵ Não obstante o discurso ideológico que dá adeus à classe trabalhadora e a luta de classes, advogamos que embora o operariado tenha, de fato, sido reduzido mediante a adoção das novas

Ao longo da realização de nossa monografia, constatamos a insuficiência bibliográfica concernente ao movimento estudantil brasileiro, principalmente, no que diz respeito às questões que cercam o movimento estudantil, sobretudo, a partir do período pós-ditatorial, o que a nosso ver, reforça a relevância do estudo que nos propusemos realizar.

Diante do exposto, iniciamos nosso estudo buscando situar a criação da UNE, analisando sua atuação na década de sessenta, até sua conformação atual diante da proposta de reforma universitária encaminhada pelo governo Luiz Inácio da Silva – Lula.

Para realizar nosso intento apoiando-nos nas poucas pesquisas existentes sobre o ME entre as quais destacamos as obras de Artur José POERNER (1995/2004), SANFELICE (1986), FÁVERO (1995), PELEGRINNI (1993), DIAS (2006), que dedicam especial atenção à trajetória da União Nacional dos Estudantes e/ou a sua atuação militante, enfatizando, sobremaneira a luta em defesa da universidade pública. Foi de fundamental importância, ainda, o cotejamento dessas pesquisas com as obras de historiadores da educação.

Para compreender a atuação da UNE no presente contexto, tornou-se necessário retomar o fio da história desde a criação da entidade aos dias atuais, avaliando seus avanços e recuos, a relação de dependência e independência com o governo, as bandeiras e as estratégias de luta que animaram o movimento estudantil no país. Interessa-nos, sobretudo, compreender os determinantes históricos que estão na base das “reforma universitárias” do governo militar em 1968, e do governo Lula, perscrutando os sinais de continuidade/descontinuidade seja da política oficial de favorecimento à privatização/mercantilização do ensino superior, seja de cooptação do movimento estudantil.

A análise da atuação da UNE , bem como da “reforma universitária” busca tomar como

tecnologias “parcimoniosa da mão de obra humana”, a classe trabalhadora continua central no processo de reprodução do capital.

pano de fundo, as mudanças na política educacional decorrentes das transformações que se operam na infra-estrutura e superestrutura do país.

Adotamos, no primeiro capítulo, a periodização proposta por Freitag (1980), que considera as fases da economia brasileira nos diferentes momentos históricos. Tomar as análises e registros de criação/consolidação da UNE, anteriormente realizados por alguns pesquisadores, foi necessário e fundamental para a compreensão do movimento estudantil enquanto produto histórico, tomando os estudantes enquanto sujeitos concretos determinados, pelas condições materiais de existência, em “última instância”. Tal esforço revela a consciência, tal qual nos revela Marx de que os *homens fazem sua própria história, mas não o fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por estes, mas nas condições diretamente determinadas ou herdadas do passado* .

Na presente pesquisa, pretendemos destacar, que o processo de privatização da universidade brasileira ganha força desde a instauração do regime militar, e alcança seu ápice na atual “reforma” do governo Lula.

Tentamos deixar claro, que a partir dos anos 90, o Brasil vive uma nova ofensiva burguesa, uma contra-reforma social e política para adaptar o estado e as políticas públicas às exigências da “nova” ordem capitalista mundial.

A “modernização” da economia brasileira, segundo as diretrizes neoliberais têm resultado no desmonte do parque industrial brasileiro, no abandono de um projeto nacional de desenvolvimento, fatores que jogam luz sobre a problemática da crise da universidade pública no Brasil, enquanto instituição fundamental ao desenvolvimento técnico-científico do país.

Compreendemos como *Istvan Mészáros* que a crise que se inicia nos anos 70 e que se agudiza nos anos 90 possui um caráter especialmente agudo e destrutivo, sem precedentes na história da humanidade, guardando características que diferem das crises anteriores, denominadas cíclicas. A vigente crise, segundo o filósofo húngaro, configura-se como uma crise estrutural.

Como conseqüências da referida crise, profundas mudanças econômicas começam a acontecer, particularmente nas últimas três décadas, marcando o conjunto da economia mundial. A inserção da automação, da robótica e da microeletrônica no universo fabril, o predomínio cada vez maior do capital financeiro, novas formas de exploração do trabalho e de gestão produtiva e a abertura das economias periféricas, e, sobretudo, a redefinição do papel do estado, caracterizam essas transformações, provocando novas configurações sociais, políticas e ideológicas, com profundas conseqüências para a vida da classe trabalhadora e para as suas formas de representação sindical e política.

Como observa Antunes, a classe trabalhadora *“sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser”*. (1997:15).

As metamorfoses no “ser do trabalho”, são assombrosamente refletidas nas formas de representação, distanciando-se dos movimentos sociais classistas dos idos 1960/1970, nos quais, a luta pelo controle social da produção, defendida outrora, é crescentemente substituída pelo sindicalismo de participação e de negociação⁶. Destarte, abandonam-se as perspectivas que visavam à libertação do trabalho, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, encontrando, no limite do mercado do capital, o espaço para “tramar seus movimentos”, desaparecendo, assim, sobretudo, nos órgãos de representação sindicais a disposição combativa de cunho anticapitalista. De acordo com Antunes:

As diversas formas de resistência de classe encontram barreiras na ausência de direções dotadas de uma consciência para além do capital. Enfim, foi uma década crítica, repetimos, responsável pela mais aguda crise vivenciada pelo mundo do trabalho neste “século perdido”. (1997:36)

O recuo das forças de esquerda do ideário revolucionário socialista, sua fragilização

⁶ Observaremos adiante que essas transformações, ou esse novo tipo de estratégia também passou a ser adotada no âmbito do movimento estudantil.

teórico-prática, também se expressa, como não poderia deixar de ser, ao nosso ver, no movimento estudantil.

É no contexto das novas formas de acumulação capitalista, que impõem a reforma do Estado e a redefinição das políticas públicas, em nome da formação de um novo perfil de trabalhador, de um “novo modelo de formação profissional, e uma estrutura educacional mais adequada às exigências do sistema produtivo”. (COSTA, 2001:70), que se deve buscar compreender as “reformas educacionais” dos anos 90, bem como o presente projeto de contra reforma universitária.

Concordamos com Behring, estarmos diante de uma “apropriação indébita e fortemente ideologizada da idéia reformista, que é destituída de seu conteúdo progressista e identificada com qualquer mudança, não importando seu sentido e suas conseqüências sociais e direção sócio-política”. As reformas do Estado brasileiro pelo seu caráter autoritário e destrutivo, as mudanças propostas para a universidade brasileira pelo governo Lula, pelo que penaliza trabalhadores /estudantes, segundo entendemos só podem ser tratadas como uma contra-reforma. (2003, p.115).

Destarte, o avanço neoliberal sobre a universidade pública configura-se como parte da política global, visando a destruição do ensino público. As nefastas conseqüências dessa política manipulatória do capital, são observadas por Jimenez:

[...] é justo admitirmos que tal fato assume gravidade sem precedentes, se levarmos em conta que, se tratando de educação, a manipulação das consciências e as regras do mercado, invariavelmente estabelecidas em nome das exigências da lucratividade, giram em torno de um bem historicamente vinculado ao próprio processo de desenvolvimento e emancipação da sociedade e da personalidade humana. (2002:04).

Vale destacarmos que, na tentativa de resistir à crise econômica, o capital utiliza-se de estratégias cujo fim é obliterar o movimento organizado dos trabalhadores e suas

conquistas sociais, dentre elas, o ensino público e gratuito.

A orientação do capital internacional, de acordo com as diretrizes do neoliberalismo⁷, intensifica a implantação das organizações sociais privadas, redimensionando o ensino, a pesquisa e a extensão universitárias para servir ao grande capital, pondo em prática, dessa forma, propostas específicas do Banco Mundial para as universidades, claramente privatistas, pautadas por um padrão de eficiência estreitamente produtivista. Como explicita Costa:

De um lado, o Banco Mundial implementa uma série de medidas limitadoras que apontam para a diminuição da matrícula universitária, através da cobrança de taxas, exames vestibulares, redução dos horários e duração dos cursos, fechamento de cursos etc, de outro lado, aponta-se para uma subordinação cada vez maior do conhecimento e da pesquisa científica às necessidades empresariais, com a introdução do financiamento privado na educação superior, a avaliação externa das universidades e dos estudantes por parte de empresas privadas (o “Provão” é a concretização brasileira deste modelo), o maior peso dado às universidades privadas e outras orientações do mesmo cunho. (2001:80).

Sobre a referida temática, assim se posiciona a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES/SN (apud MORAES, 2000:63)

Hoje a conjuntura coloca, como parte da estratégia neoliberal de superação da crise do Estado, a privatização do público ou sua refuncionalização frente ao processo de reprodução capitalista. Por isso, deveremos sofrer o ataque mais cerrado já desferido à universidade pública e gratuita de que temos notícia em toda a história do movimento. O ataque assumirá todas as formas possíveis e imagináveis. Inclusive – acredite quem quiser! – que a privatização será justificada em nome da educação pública! Para oferecer educação pública de 1º e 2º graus aos pobres!, Dizem os liberais. ANDES/SN (apud MORAES, 2000:63)

É importante reafirmar, contudo, que o processo de privatização da universidade brasileira, como aludido anteriormente, ganhou força com a instauração do Regime Militar, no bojo do qual, a UNE desempenhou importante papel, configurando-se como o maior movimento organizado na luta pela educação.

Embora nosso objetivo central de análise nesse campo de investigação diga respeito, mais especificamente, a atuação da UNE frente a atual Reforma Universitária, ou seja, as duas últimas e decisivas décadas do desmoronamento da universidade pública brasileira, cremos não ser descabido resgatar a UNE dos anos sessenta, enfatizando suas bandeiras e estratégias de luta em prol da educação pública, e sua expressiva dedicação no trato das questões referentes à Reforma Universitária daquele período.

A exposição da presente pesquisa está organizada em 2 grandes partes. No I Capítulo, como o próprio título indica, buscamos compreender a criação da UNE nos anos 30, passando pelo governo Vargas e chegando ao contexto da ditadura militar, situando-a no contexto mais amplo de lutas no continente pela reforma universitária expressa no movimento de Córdoba, e ao processo de mudanças no modelo econômico e político que se encaminhava na sociedade brasileira em favor do projeto de industrialização e que exigiu do Estado organizar o sistema educacional e criar a universidade. Ainda que consciente dos limites da periodização feita por Poerner, destacamos com base no autor, as “fases” do movimento de consolidação da entidade, seus percalços, buscando destacar a política defendida pelas diferentes tendências nas direções, desvelando, sempre que possível, as práticas utilizadas pelos governos com intuito seja de reprimir, seja de cooptar o movimento estudantil. Ainda é objetivo do capítulo, relembremos as lições de coragem dos estudantes no enfrentamento da repressão militar em defesa da universidade pública e gratuita, prestando-lhes, aqui, a nossa homenagem.

Na segunda parte do trabalho, tomamos a UNE face à ofensiva neoliberal, buscando distinguir a singularidade do presente momento histórico, com o recrudescimento da crise do capital, e adoção pelas elites brasileiras do receituário neoliberal. Vale destacar, no período, a contribuição que vem sendo dada pelos partidos até então do bloco de esquerda para o encaminhamento da política orquestrada pelos interesses capitalistas internacionais, que restringe drasticamente os direitos conquistados pela classe

trabalhadora, e que no campo educacional, sob um discurso pseudo-democratizante adotada políticas focalizadas e assistencialistas no ensino superior, defendendo a desobrigação do estado em favor da suposta prioridade do ensino fundamental.

Neste capítulo registramos o recuo da entidade, seu crescente afastamento das grandes mobilizações da base, denunciando o apoio que a mesma vem dando à contra reforma universitária do governo Lula. Relembrando os encontros promovidos, e as realizações das diferentes gestões, pretendemos fornecer ao leitor, elementos, para conosco concluir o visível atrelamento da entidade ao governo federal.

O embasamento teórico-metodológico proposto ancora-se no materialismo histórico dialético por entendermos ser este o que reúne as melhores condições para a apreensão da realidade, permitindo-nos identificar a relação dialética existente entre o objeto e a totalidade que o envolve. A escolha do aludido referencial permite nos aproximarmos da essência do objeto estudado, para além da mera dimensão fenomênica, ainda que não deixando, evidentemente, de considerá-la. Concordamos com Frigotto, quando observa que:

O método na perspectiva materialista histórica está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de medição no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. (1987:08)

Dessa forma, o materialismo histórico dialético se configura como o caminho escolhido, dentre os muitos que se apresentam, de construção do conhecimento e de intervenção na realidade, como instrumento de práxis social, isto é, unidade teoria e prática, na busca das respostas em favor do movimento da transformação radical da presente sociabilidade e a construção de um projeto *para além do capital*.

A partir desse referencial teórico elegemos, portanto, como procedimentos de análise: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental além da observação direta do 49º Encontro Nacional dos Estudantes - CONUNE promovidos pela entidade, em 2005, do qual participamos.

Dentre os autores clássicos e contemporâneos que deverão apoiar o embasamento de nossa investigação, do ponto de vista do seu referencial teórico, da contextualização/problematização, como do tratamento do objeto específico, destacamos o embasamento teórico fundamentado por Marx, Mészáros; bem como Antunes, Coggiola, Saviani, Neves, Chauí, Poerner, Sanfelice, Leher, Lima além da contribuição de historiadores da educação Maria Luísa Santos Ribeiro, dentre outros que o desenvolvimento do projeto apontou como relevantes.

Além da pesquisa bibliográfica, realizamos pesquisa documental sobre o movimento estudantil brasileiro, aqui referenciados pela UNE e pelo Conlute, por serem ambos, atualmente, movimentos reconhecidamente de destaque no que respeita a organização dos estudantes. Além desses, examinamos os documentos oficiais do governo Lula sobre a “reforma universitária” expressa no Projeto de Lei nº 7.200, nos debruçando prioritariamente em dois aspectos relativos a importantes bandeiras do movimento estudantil, a saber, a questão do financiamento, e a questão da democracia na universidade. A pesquisa documental direta está concentrada na II parte do trabalho, uma vez que na primeira, utilizamos-nos dos documentos a partir dos autores pesquisadores aqui citados. Nos anexos, buscamos reunir, a título de preservação da memória, alguns dos importantes documentos que marcam a conflituosa posição dos estudantes, hoje divididos em duas unidades, a UNE e o Conlute, face a proposta de reforma do governo Lula para a universidade.

Vale repetir, portanto, que a pesquisa documental, aqui, correspondente à primeira parte do trabalho/estudo, que se dedicou a historicizar o movimento estudantil no Brasil, desde a criação da UNE ao golpe de estado pelos militares, foi realizada de forma indireta, a partir dos principais pesquisadores sobre o referido movimento, dos quais destacamos Poerner, Fávero, e Sanfelice.

O estudo, além de somar com os esforços já realizados, de registro histórico de memória da entidade nacional dos estudantes, pretende contribuir para a retomada da discussão sobre os rumos do movimento estudantil e sua histórica luta em defesa da universidade pública e gratuita no país.

Tentamos, pois, aqui, na contramão do discurso dominante, recusar a política neoliberal em curso - a ordem capitalista, “*enquanto desordem sangrenta, arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada*”, afirmada como fim da história. Se de fato, constatamos as profundas dificuldades no presente contexto, para a classe trabalhadora e para os estudantes, por outro, estamos convencidos como o poeta, que “*nada pode ser impossível de mudar*”.

I CAPÍTULO: A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES E A DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA NO BRASIL

1.1. DA FUNDAÇÃO DA UNE AO GOLPE DE ESTADO PELOS MILITARES: EXAMINANDO AS LIÇÕES DA HISTÓRIA.

*“O que passou não conta?
Indagarão as bocas desprovidas.
Não deixa de valer nunca.
O que passou ensina,
Com sua garra e seu mel,
Por isso é que agora vou assim
No meu caminho publicamente andando.”*
(THIAGO DE MELLO)

Os protestos dos estudantes no Brasil, ainda que dispersos e pouco organizados, datam do século XVII. As lutas em prol da Abolição da escravatura e a favor do regime republicano alcançaram um certo nível de organização por meio de discussões promovidas nos cursos superiores da época e na promoção de comícios políticos. Contudo, eram manifestações episódicas e a participação dos estudantes não se dava de uma forma sistemática.

Como bem observa Sanfelice, em 1910, realizou-se, em São Paulo, o primeiro Congresso Nacional dos Estudantes, do qual se tem publicado uma *Polyanthea Comemorativa*, demonstrando claramente um esforço de se organizar uma entidade nacional de representação estudantil que, por falta de condições materiais e políticas

para sua concretização, só viria a acontecer em 1937, às vésperas do Estado Novo⁸, quando foi fundada a União Nacional dos Estudantes. (1986, p. 11).

De acordo com os autores por nós pesquisados, as entidades estudantis anteriores a 1937 não dispunham de expressividade nacional, e a julgar por suas informações pesquisadores sobre a história do movimento, não foram poucas as tentativas para se unificar o conjunto dos estudantes⁹.

A concretização deste objetivo só veio a acontecer em 11 de agosto de 1937, quando a Casa do Estudante do Brasil convocou o 1º Conselho Nacional dos Estudantes - que deveria representar a Casa dos Estudantes do Brasil - CEB junto à conferência *Internationale des Etudiants*, na Bélgica. Como nos relata Sanfelice :

Em 1932, após a visita de dois estudantes poloneses, que, impressionados com a atuação da Casa do Estudante do Brasil (CEB), convidaram-na a participar dos Congressos da Confederation Internationale des Étudiants, sediada em Bruxelas. Atendendo também a uma exigência estatutária, a CEB resolveu convocar e eleger uma diretoria para o seu Conselho Nacional dos Estudantes, com o qual pretendia fazer-se representar internacionalmente como a União Nacional dos Estudantes. A UNE seria, assim, um órgão da CEB e a presidência da UNE seria exercida pela presidente da CEB, cargo vitalício ocupado pela sra. Ana Amélia Carneiro de Mendonça, juntamente com o presidente do seu Conselho Nacional de Estudantes .(idem, idem, p.14).

⁸ Segundo Freitag, (1984) a fase de 1930 a 1945 marca um período de grandes mudanças na economia e na política brasileira, caracterizado pela “substituição das importações” que provoca uma reestruturação do poder estatal com importantes implicações para a política educacional. Em 1930, vale lembrar, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, ponto de partida, para mudanças substanciais na educação, entre outras, a estruturação de uma universidade. Só então, são fundadas no Brasil as primeiras universidades, uma vez que o que existia até então, eram instituições de ensino superior isoladas (1984: p.50). Vale destacar que a chamada “revolução de 30” fazia parte de um projeto contra-revolucionário, tendo como norte a manutenção da unidade da burguesia no Brasil e o incremento da acumulação capitalista. Neste projeto, o governo de Vargas, ao contrario do discurso que evocava a si, de mediação do conflito entre capital e trabalho, uma suposta “proteção aos trabalhadores”, de fato pretendia engendrar uma camisa de força destinada a garantir a paz e o lucro para os patrões, contendo os ascensos grevistas de 1931 e 1932, e levando às últimas conseqüências a política de destruição da autonomia sindical dos trabalhadores. Se, de fato, data da carta de 1934 a implementação de várias conquistas sociais (como salário mínimo, jornada de oito horas, férias), por outro, não é sem importância destacar que os direitos estavam condicionados ao trabalhador está inscrito em sindicato reconhecido pelo Estado, numa clara política de cooptação de destruição da autonomia sindical dos trabalhadores.

⁹ Faz-se necessário destacar a relevância do movimento ocorrido na Argentina, em 1918, na Universidade de Córdoba, quando os estudantes defendiam a importância de congregar as entidades do continente, para discutir a educação em toda a região. Levantavam como principal bandeira a luta conjunta entre todas as entidades contra o elitismo da educação que vigorava à época e por uma reforma da universidade que permitisse remodelar todos os conceitos até então impostos pela sociedade, tais como acadêmicos, políticos e administrativos dentro das universidades. O que muito impressiona é a semelhança com as atuais reivindicações trazidas hoje pelos movimentos estudantis, que quase um século depois ainda não viram concretizados seus desejos/sonhos do direito à escolha de seus dirigentes pelos próprios estudantes.

José Gomes Talarico¹⁰, em entrevista a *Revista UNE - 60 anos a favor do Brasil*, também nos ajuda a colher alguns fatos que estão na base da criação da UNE:

(...)-Para contar essa história, eu tenho que dar uma volta para trás. Em 1929, há o Concurso Mundial de Beleza, no Rio de Janeiro, onde foi eleita a gaúcha Iolanda Pereira. Mas era uma época de crise internacional, com desdobramentos muito sérios a nível nacional. Esse concurso foi patrocinado pelo Governo, o que acarretou **uma reação da população, que vivia uma situação de desemprego e de miséria...** As moças vão a São Paulo. Lá, nós fizemos uma passeata de protesto, utilizando carros de lixo, conduzidos por burros, e em cada um deles, fantasiávamos uma miss. Eu, mesmo, fui Miss Portugal, me chamava Fernanda e tinha um enorme bacalhau nas costas. É claro que fomos presos pela polícia, o que acabou nos transformando em heróis, já que o pátio do colégio, onde era a Central de Polícia, foi invadido por mais de três mil pessoas, que pediam a nossa libertação. Esse, portanto, foi mais um ato acadêmico, que mostra como agia a estudantada da época (...). [...] Na mesma época do episódio das misses, os estudantes do Rio de Janeiro também protestaram e elegeram uma Miss Acadêmica, indo buscar uma figura exponencial da sociedade, que era Ana Amélia Carneiro de Mendonça. Lisonjeada com a escolha, ela acaba fundando a Casa do Estudante do Brasil, **que se propunha a receber o estudante pobre, que vinha de outro estado, dando-lhe a ajuda necessária.** E com isso, ela acaba se empolgando pelo problema universitário e transformou a Casa do Estudante do Brasil a representação máxima, ou nacional, da estudantada(...). (BARCELLOS, 1997, p.12 – grifo nosso.)

Como se pode deduzir do relato, as manifestações dos estudantes que deram base a organização de uma entidade nacional, se colocam no quadro de questionamento /insatisfação da sociedade face aos nefastos efeitos da crise de 1929¹¹. No mesmo relato o ex-presidente da entidade nos aponta os limites da direção da entidade na sua primeira gestão.

A primeira entidade nacional de estudantes enfrentou alguns problemas logo em sua primeira gestão. Ana Amélia, que a julgar pelas informações de José Talarico¹², não participava, e muito menos pertencia a grupos políticos, dirigiu suas atividades

¹⁰ José Gomes Talarico foi o primeiro presidente da Confederação Brasileira dos Desportos Universitários - CBDU.

¹¹ A crise mundial de 1929 provoca a crise cafeeira no Brasil e põe em xeque o modelo de desenvolvimento econômico fundado no modelo agrário – exportador dando lugar a um processo de fortalecimento da produção industrial. A crise do café levou o estado a assumir a tarefa de “socializar as perdas” e uma das conseqüências dessa política, além do desemprego e do aumento da miséria, foi o aumento ilimitado da dívida externa.

¹² Entrevista da *Revista UNE – 60 anos a favor do Brasil* sobre a fundação da UNE:

limitando-as a realização de quermesses, festinhas para escolha da rainha dos estudantes, concursos de poesia, enfim, atividades sociais e recreativas sem nenhuma preocupação com a discussão e intervenção política. A preocupação da CEB era, em última instância, desenvolver uma política de assistência ao estudante, sobretudo, acolhendo os estudantes menos favorecidos, oriundos de outros estados.

Mas, esta prática não se manteria por muito tempo sem conflitos. Os estudantes, que já haviam demonstrado um certo poder de contestação na própria escolha da presidente da CEB, - numa reação crítica aos acontecimentos da época, agora filiados a UIE, pretendiam expandir a atuação da representação estudantil nacional, e a partir do 2º Congresso, que ainda se chamava Conselho, expressaram suas intenções de politizar a UNE.

Assim, em 11 de agosto de 1937, na Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro, depois de instalado solenemente pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema¹³, nasce a União Nacional dos Estudantes - UNE¹⁴, no 1º Conselho Nacional dos Estudantes, na Casa do Estudante do Brasil¹⁵ - CEB, dirigida pela referida presidente, Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça. Vale ressaltar a aprovação pela direção da entidade da proposta que proibia a discussão de temas políticos.

¹³ Ministro de Educação do governo de Getúlio Vargas. Segundo observa Freitag, no início do período que caracterizava o modelo da *substituição das importações*, há uma clara tomada de consciência por parte da sociedade política, da função estratégica do sistema educacional para a implementação de consolidar as novas relações de trabalho exigidas pelo incremento do processo de industrialização. Além da criação do Ministério, são regulamentadas, pela primeira vez, as competências administrativas da união, dos estados e dos municípios e a responsabilidade pelo financiamento da educação em todos os níveis. Vale observar que é na Constituição de 1937 que se introduz o ensino profissionalizante para as *classes menos privilegiadas* e que se exige das indústrias a criação de escolas de aprendizagem para os filhos de seus empregados, medidas que realçam a função exercida pelo Estado para a refuncionalização do sistema educacional a serviço do interesse do capital á época. Se por um lado, é neste período que se implanta a gratuidade do ensino primário, medida de interesse popular, por outro a política educacional torna-se um instrumento de manipulação das classes subalternas, que excluídas até então das oportunidades educacionais, vêm na gratuidade do ensino primário e na abertura das escolas técnicas “um verdadeiro prêmio”, quando na verdade, a política visava antes de tudo, qualificar os trabalhadores minimamente e de acordo com os interesses imediatos do mercado, reproduzindo e reforçando a divisão social do trabalho, a dominação de classe. Esses são alguns dos elementos daquele momento histórico que nos oferecem explicações para compreender o apoio dado pelos estudantes ao governo de Getúlio Vargas.

¹⁴ A união dos estudantes no Brasil retarda em relação a outros países latino – americanos uma vez que a Federação dos Estudantes do Peru data de 1916, a Federação dos Estudantes da Argentina de 1918. (Fávero, 1995, p.16).

¹⁵ Contou com representantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Ceará.

Assim, só a partir do 2º Conselho Nacional de Estudantes, realizado em 1938, é que a UNE demonstra publicamente o interesse em discutir as questões políticas do país o, que vai significar um ponto de desacordo com a direção da Casa do Estudante. Registram-se desde então, os conflitos entre as duas entidades, a contradição de interesses no interior do movimento estudantil. Para dirigir o Conselho, elegeu-se uma nova diretoria, cuja presidência foi assumida pelo estudante mineiro, José Raimundo Soares, responsável pela convocação do 2º Conselho, agora já denominado Congresso¹⁶, e de cujas deliberações surgiria a União Nacional dos Estudantes - UNE como hoje a conhecemos. Os estatutos da nova entidade só seriam concluídos cinco dias depois da fundação da UNE, na primeira assembléia do Conselho Nacional dos Estudantes, realizada em 16 de agosto. Com base nos jornais da época, Poerner¹⁷ nos relata sobre o processo de aprovação do estatuto que delimita os objetivos, a organização e o funcionamento da entidade constituída :

Em 16 de agosto, em nova sessão da primeira assembléia do Conselho Nacional dos estudantes, saíram, afinal, concluídos e aprovados, os estatutos, pelos quais o Conselho **“ficou sendo organizado com representantes iguais de todas as associações e centros de estudantes do país”**, tendo **“por finalidade principal a representação oficial dos estudantes brasileiros”**. A imprensa do dia seguinte forneceu maiores detalhes sobre o novo órgão: **“Será dirigido por uma comissão executiva, auxiliada por uma secretaria nacional, com sede na capital federal, e secretarias estaduais. A comissão executiva será formada de um presidente e dois vice-presidentes, eleitos pelo sistema rotativo, com relação aos Estados. O Conselho Nacional se reunirá, anualmente, em sessão plena, em pontos alternados do país, com representantes de todas as associações acadêmicas nacionais.** (Correio da Manhã, 17 de agosto de 1937, pág. 6 apud POERNER, 1995: 128 - **grifo nosso**).

Cerca de oitenta associações estudantis se fizeram presentes no 2º Conselho Nacional dos Estudantes e, desde as primeiras discussões, explicitou-se o desejo de questionar e discutir os temas políticos do país, desde os mais gerais, como a questão da siderurgia, o analfabetismo, até as questões mais específicas concernentes ao ensino universitário. Como lembra Poerner, *várias teses são apresentadas, e já se fala no "ensino popular obrigatório"¹⁸ e criação das "Cidades Universitárias"¹⁹*. Elege-se a 2º Diretoria da UNE, com o

¹⁶ As associações estudantis que compareceram ao Conselho/Congresso se organizaram em comissões para elaborarem o estatuto da entidade.

¹⁷ □ Poerner era jornalista e escreveu a obra *O Poder Jovem*, quando era também acadêmico de curso de Direito.

¹⁸ A defesa da tese do *ensino popular e obrigatório* é uma tese que marca a luta ideológica do

gaúcho Valdir Borges à frente da entidade. (idem,ibidem:130).

Com a nova postura assumida pela UNE os atritos com a CEB passam a ser freqüentes e inevitáveis, levando ao rompimento definitivo no início dos anos 1940, quando os membros da direção da entidade são intimados, através de carta da então presidente da Casa do Estudante, Ana Amélia Carneiro Mendonça: *a se "transferir desta casa" concedendo "um prazo de três dias a partir desta data"*. Se a entidade passou a viver um período marcado por enormes dificuldades financeiras para encaminhar suas atividades em face da perda do apoio material e administrativo da Casa do Estudante, por outro, viu seus esforços recompensados *ao ser reconhecida, por decreto presidencial, como a entidade máxima dos estudantes*. (BARCELLOS, 1997: 10).

As atividades desenvolvidas no 2º Conselho Nacional de Estudantes, agora Congresso Nacional dos Estudantes, realizado anualmente pela UNE, objetivavam organizar as teses com vistas à racionalização dos trabalhos da nova entidade. Apresentada por líderes dos vários estados reunidos em comissão responsável para esse objetivo, entre as propostas estavam as que discorriam sobre a Situação Cultural; Situação Econômica; Saúde; Mulher Estudante; Esporte Universitário e União Nacional dos Estudantes. (POERNER, 1995).

De acordo com o mesmo autor:

Ao contrário do que houvera um ano antes, o 2º Congresso adquiriu conotação política desde a primeira sessão plenária – efetuada dia 9, na Escola Nacional de Belas Artes – **embora não se pudesse registrar um cunho propriamente antigovernamental. O**

período no campo da educação. Como observa Romaneli (1993), as Constituições de 1934 e 1937 refletem a luta ideológica do período entre o movimento renovador, defensor da institucionalização e expansão da escola pública, laica e financiada pelo Estado, e os “representantes da escola tradicional”, como ficaram conhecidos os educadores representantes da Igreja Católica. A luta ideológica sobre a prescrição obrigatória do ensino religioso nas escolas teve seu ponto culminante na década de 30, escondia, na verdade, a luta por interesses econômicos e políticos. A Igreja Católica que, até então, detinha o monopólio sobre o ensino no país se via ameaçada com a defesa do ensino público, obrigatório em âmbito nacional, não só pelo risco de esvaziamento que poderia causar as escolas privadas, mas, principalmente, pelo risco que poderiam representar, aos privilégios das elites, à democratização da escolarização e do conhecimento. Se a Constituição de 1934 reflete, na sua quase totalidade, o avanço do movimento renovador, a influência do Manifesto dos Pioneiros, sobretudo na afirmação da educação como direito de todos e dever do Estado, a constituição de 1937, como observa a mesma autora, demonstra a vitória dos conservadores, uma vez que recua da afirmação do estado enquanto educador e dá “ênfase à liberdade da iniciativa individual das associações coletivas públicas ou privadas”.

¹⁹ Proposta embasada pelo conceito de extensão, cujo objetivo era propagar os conhecimentos para além da universidade, sob o espírito de ir do contato direto com as populações.

presidente Getúlio Vargas, a despeito do Estado Novo, foi aclamado presidente de honra do conclave, enquanto os interventores estaduais recebiam o título de componentes da Comissão de Honra e os ministros de estado e reitores das universidades o de membros honorários. (idem, ibidem: 131 - grifo nosso).

A relação entre a Casa do Estudante do Brasil e a UNE encontrava-se bastante desgastada, principalmente depois do resultado do 2º Congresso dos estudantes, em que a UNE demonstra com destemor, suas intenções para o movimento estudantil brasileiro, a partir daquele encontro. Se a CEB, fundada em 13 de agosto de 1929, se mantinha desde então limitada a *organização de recitais, quermesses, e torneios esportivos, mantendo-se sempre, nessa faixa inofensiva e inócua, na base de eleições de rainha dos estudantes etc*”, seguindo sempre uma política ingênua e romântica, para não dizer despolitizada, para o movimento estudantil, não havia como evitar o choque com a política que a UNE queria estabelecer. (idem, ibidem, p.136)

A presidente da CEB, Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça, defende/exige a garantia da perpetuidade no cargo que lhe fora concedido pela Comissão Central da entidade, em 1º de setembro de 1933. Como é de se imaginar, essa despótica estrutura do poder interno da CEB não conseguia despertar a simpatia dos estudantes aprofundando as divergências e alimentando as disputas no interior do movimento estudantil.. *“Daí os ciúmes provocados na Casa pelo sucesso da UNE entre os estudantes, que não titubearam em preferir a nova e democrática estrutura, preterindo a “igrejinha” absolutista de Ana Amélia”*. (idem, ibidem:137).

A política assistencialista propugnada pela diretoria da Casa do Estudante passa a ser enfrentada e confrontada cada vez mais pelo discurso ideológico e antifascista presente nas intenções e ações da UNE, desde as resoluções finais do 2º Congresso dos Estudantes. A convivência entre a CEB e a UNE fica insustentável quando nas últimas sessões do Congresso a presidente reclama para si a iniciativa da criação da UNE, defendendo que a entidade

fosse ratificada nos moldes em que pretendia. Isto é: a Casa do Estudante do Brasil seria a União Nacional dos Estudantes, mantendo o Conselho Nacional de Estudantes, mencionado nos estatutos dessa fundação, – mero órgão opinativo. (idem, ibidem: 138).

Os estudantes, percebendo o reducionismo a que a presidente pretendia impor a nova entidade que surgia, não aceitaram as suas manobras. Tendo sido derrotada nas suas propostas, a presidente da CEB buscou limitar a vitória dos que faziam a UNE, negando apoio à instalação e funcionamento da UNE, limitando o espaço a ser ocupado a uma pequena sala, segundo Poerner, “era uma estreita salinha, uma das piores dependências da casa” e que, tão logo estiveram ausentes os diretores por três dias, tiveram por ordem do secretário da Casa do Estudante, foi transformada em depósito de objetos antigos e sem utilidade, sendo dali literalmente despejada depois de receber um comunicado, informando não ser a diretoria da UNE bem vinda naquelas dependências(...). (idem, idem).

Em 1939, conforme o mesmo autor, depois de ser despejada da sede da Casa do Estudante do Brasil, a primeira diretoria da UNE passa a coordenar, com total insuficiência de recursos, as atividades das organizações estudantis em todo país, desenvolvendo campanhas para a unificação das entidades estudantis nos estados. Apesar dos poucos recursos, a entidade não deixou de crescer no meio estudantil, tornando-se mais forte, representativa e mais querida entre os estudantes. Nesse ano, reúne-se o 3º Congresso Nacional de Estudantes que, entre outras medidas, cria a carteira única do estudante²⁰ na gestão de Trajano Pupo Neto. Vale ressaltar, ainda nesse período, que a UNE procurava manter um bom relacionamento com o Ministério da Educação, apresentando-lhes as resoluções do 2º Congresso, colocando o Ministro a par das proposições estudantis ao tempo que se colocava à disposição na cooperação da reforma geral do ensino, à época em fase de elaboração, como também na solução das questões estudantis.

Em março de 1940, por ocasião da eclosão da 2ª Guerra Mundial, a UNE dirige a sua primeira mensagem de paz "*À Mocidade do Brasil e das Américas*". A mensagem pacifista demonstra a visão ingênua e romântica do movimento estudantil da época, mas não impede de desencadear, posteriormente, uma forte campanha contra os países do Eixo²¹, encabeçadas pelas lideranças estudantis, atingindo grande notoriedade entre os

²⁰ Vale ressaltar que a carteira de identidade estudantil passou a ser um grande aliado financeiro dos estudantes, até que o Ministro da Educação do governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC, Paulo Renato, limitou o monopólio que a entidade detinha, até então, na confecção das carteiras, através de medida provisória. Desde então, a UNE não dispõe mais dos vultosos recursos que lhe propiciara a confecção das carteiras de estudante, o que fez a entidade mover um processo judicial contra a ilegalidade da ação do ministro, sobre o qual ainda aguarda a decisão.

²¹ Os países que faziam parte desse bloco denominado Eixo eram: Alemanha; Itália e Japão.

estudantes, influenciando a sociedade civil. (idem, ibidem:142) A segunda diretoria da UNE por ter impulsionado bastante o teatro estudantil, tem sido reconhecida como uma das gestões que mais se dedicou à fomentação das artes, mas criticada por, “*não conseguiu impedir que as diretorias da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Medicina do Pará aumentassem as taxas escolares em 100%*”. (idem ibidem :143).

Realiza-se o 4º Congresso Nacional dos Estudantes, instalado solenemente sob a presidência do Ministro da Educação, em 19 de julho de 1940²², que contou com a presença de 123 associações estudantis e mais 23 filiações, no qual é eleito o novo presidente Luis Pinheiro Paes Leme, cuja posse contou com um banquete oferecido pelo ministro da educação. Nesse congresso foi fundado o Teatro da UNE, e reformulados os estatutos da entidade, “*distinguindo as associações estudantis em representativas, culturais , esportivas, femininas e assistenciais*”. (idem, ibidem :144). Não houve Conselho Nacional dos Estudantes, em 1941, ficando a gestão de Paes Leme como diretor da UNE por dois anos, de 1940 a 1942.

Encerra-se assim, segundo Poerner, a primeira fase do movimento estudantil brasileiro, período que compreende, segundo este, desde sua fundação, em 1937 até 1942, fase em que a entidade se instala e se consolida como representante oficial dos estudantes brasileiros.

Ainda no ano de 1942, a UNE se coloca à frente na defesa do ingresso do Brasil junto aos países Aliados²³ e, conseqüentemente, contra os países do EIXO. “*Isso não era fácil, se considerarmos que, nos círculos culturais, se fizera intensa a propaganda dos países do Eixo*”. (idem, ibidem:149).

Diante do clima de guerra, a UNE coordena passeatas de apoio ao Brasil, cerrando trincheira ao lado do Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. Divulgada como a passeata do dia 04 de julho, dia da Proclamação da Independência Americana, manifesta-se favorável aos Aliados e contra os interesses do Ministro de Guerra, Eurico Gaspar Dutra, defensor dos países do EIXO.

²² Nesse período, em “Nova Iorque, Trajano Pupo Neto, credenciado pelo 4º Conselho, entregava a flâmula da UNE à esposa do presidente Franklin Roosevelt”. (idem ibidem:145).

²³ Os países que compreendiam o chamado bloco dos Aliados eram EUA, França, Inglaterra e URSS.

Através de freqüentes convites das forças conservadoras internacionais para visitarem os países do Eixo, e conhecerem os presidentes dessas nações, buscava-se cooptar o movimento estudantil, obter o seu apoio para o projeto conservador e autoritário em consolidação na sociedade brasileira. Como nos informa o mesmo autor,

Estudantes brasileiros eram convidados, através das Embaixadas da Alemanha, Itália e Japão, **a visitar esses países, onde Hitler, Mussolini, e Hiroito se dispunham a recebê-los com honras especiais.** No Rio, São Paulo e em alguns Estados, surgiram, como entidades de intercâmbio cultural, associações Brasil-Alemanha, Brasil-Itália e Brasil-Japão, ocasionando, no campo oposto, o aparecimento, por exemplo, no Rio, do Instituto Brasil-Estados Unidos (...).(idem, ibidem: 149 - grifo nosso).

Contudo, em 1942²⁴, dando continuidade à campanha contra as potências do Eixo, pela derrota do nazi-fascismo internacional e pela democratização nacional, os estudantes ocupam, com o consentimento do Governo Federal²⁵, o prédio onde funcionava o Clube Germânia, na Praia do Flamengo, 132, onde passou a funcionar a histórica sede da UNE. Os diretores, até então sem sede própria, depois de despejados da CEB, reuniam-se precariamente no apartamento de Paes Leme²⁶, nos cafés ou bares próximos às pensões estudantis.

Realizava-se no mesmo ano, o 5º Congresso Nacional dos Estudantes, cujo teor continua sendo a luta antifascista e campanha para maior unidade entre as organizações estudantis. Esse congresso foi o primeiro que contou com a participação de dois membros de cada associação estudantil, totalizando cerca de 300 estudantes presentes, e no qual foi eleito Hélio de Almeida²⁷, que inaugura um novo período na UNE, quando a entidade se abre às discussões políticas do país, chegando a influenciar a entrada do

²⁴ De acordo com Freitag, (1984) o período que vai de 1930 a 1960 é caracterizado como “substituição de importações”, fortalecido devido a crise do café, em 1929, provocada pela crise internacional. Mas é no período que vai de 1945 a 1960 que a autora atribui o apogeu do referido processo de aceleração e diversificação das importações. Ao nível político, sua expressão é o estado populista-desenvolvimentista

²⁵ Uma vez que o Brasil declara “guerra aos países do Eixo”, todas as propriedades territoriais desses países, encontradas em território brasileiro, deveriam ser controladas pelo Governo do Brasil. Dessa forma, os estudantes reivindicam do governo, o prédio do Clube Germânia, na Praia do Flamengo, nº 132, para servir de sede para a União Nacional dos Estudantes.

²⁶ Paes Leme, diretor da UNE em 1942.

²⁷ Hélio de Almeida implementou o primeiro recenseamento universitário do país. Em dezembro do mesmo ano, instala-se, na sede da UNE, o primeiro restaurante estudantil.

Brasil na guerra junto aos Aliados, mediante representação oficial de apoio ao ministro e chanceler Osvaldo Aranha. Com base na grande influência que exercia entre os estudantes e professores contra os países do Eixo, promovendo passeatas que, como nos relata Poerner, configuravam-se como grandes mobilizações estudantis:

Os estudantes, entre os quais calara mais fundo o pronunciamento de Osvaldo Aranha, cerraram fileiras ao lado do Chanceler, mobilizando-se a UNE, o DCE, a Confederação Brasileira dos Desportos Universitários (CBDU), os diretórios e centros acadêmicos das faculdades para os comícios nas escolas superiores do país, nas escadarias do Teatro Municipal, no Largo da Carioca e no Largo de São Francisco, bem como para a manifestação popular de apoio àquele ministro, defronte do Itamarati. (idem, ibidem: 150-1).

Poerner, em sua tarefa jornalística, nos oferece as imagens ilustrativas dos ânimos aflorados daquela juventude, transportando-nos para as praças onde ocorriam às manifestações dos estudantes numa clara tomada de posição política.

Da praça Mauá, onde se iniciou a concentração estudantil por volta das 17 horas e 30 minutos do dia 4 de julho, à estátua do Marechal Deodoro da Fonseca, na Praça Paris, mas de mil estudantes comemoraram a demissão do chefe de Polícia e pediram a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados, em cartazes agitados pelas lufadas de uma das maiores ventanias já registradas no Rio. **Os estudantes assumiam, publicamente, a posição de vanguardeiros das manifestações de rua e dos movimentos de massa antifascistas, estimulando o crescimento, no Brasil, da corrente partidária dos Aliados**, que se irradiava, em conseqüência, da UNE e demais entidades estudantis, bem como da Sociedade dos Amigos da América e da Liga de Defesa Nacional, para todo o país. (idem, ibidem 152-3 - grifo nosso).

Nesse 5º Congresso, duas forças políticas disputavam à direção da UNE. Uma de tendência direitista que contava com o apoio do Ministro de Guerra, Eurico Gaspar Dutra e do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, em oposição a gestão em vigor, e a situacionista, identificada com a esquerda, que já vinha desempenhando grande liderança entre os estudantes, sobretudo nas campanhas em prol dos Aliados, no período da guerra, e que contava com o apoio do Ministro Osvaldo Aranha, que inclusive se fez presente na Sede da Praia do Flamengo, e contribuindo para garantir a vitória da corrente que estava na situação. A referida gestão continuou o “bom relacionamento” com o governo federal de então, contribuindo nos planos para as campanhas nacionais cívicas e patrióticas. Como nos informa a mesma fonte:

A UNE cooperou, ainda, entusiasticamente, na Campanha Pró-Banco de Sangue, destinada a obtenção de plasma sanguíneo para ser utilizado nos campos de batalha, em benefício dos feridos de guerra, e dirigiu a Campanha do livro para o Combatente e a Campanha Pró -Voluntárias Laboratoristas, objetivando fazer com que as jovens universitárias se dedicassem a trabalhos de enfermagem para o Exército Nacional. (idem, ibidem: 158-9).

Diante das manifestações que surgem contrárias ao bom relacionamento com o governo, a UNE, na liderança da organização da passeata de protesto em favor dos Aliados, planejada para ser realizada no dia 04/07, foi advertida pelo chefe de polícia, Filinto Muller, que se a mesma acontecesse, seria repreendida pela polícia. Osvaldo Aranha informado pelos estudantes da “ameaça”, rapidamente convocou “*César Garcez, antigo delegado policial, para estabelecer uma guarda de proteção aos jovens*”. (idem, ibidem, p.152).

O então Ministro de Justiça, Vasco Leitão da Cunha, informado que os filhos de Osvaldo Aranha, Euclides e Osvaldo Aranha Filho²⁸, estavam na organização da passeata dissente acaba se desentendendo com o chefe de polícia Filinto Muller em face do rumo tomado pelos acontecimentos relacionados à passeata. Esse desentendimento provoca a demissão de Filinto Muller, dois dias antes de ser realizada a passeata. A manifestação acontece e sai vitoriosa, o presidente declarou a entrada do Brasil ao lado dos Aliados²⁹. Com a realização da passeata e o chefe de polícia demitido, cresceram as comemorações daquele 04 de julho, marcando com sucesso a primeira manifestação popular, desde a criação do Estado Novo.

Portanto, é mérito daqueles jovens estudantes ter participado das corajosas lutas contra as forças simpáticas ao nazi-fascismo, que pretendiam infiltrar-se em território brasileiro, conseguindo, de certo modo, limitar sua expansão em nosso país.

Nesse período, ainda, contraditoriamente as demonstrações de boa relação com os

²⁸ Note-se que os sobrenomes dos estudantes que presidiam a UNE eram todos de famílias tradicionais. Este fato nos permite distinguir o perfil dos estudantes da época. Outro fato curioso, é que a posse da diretoria eleita no 4º Congresso da UNE, contou com um banquete oferecido pelo ministro da educação.

²⁹ Vale ressaltar que o “torpedeamento de navios brasileiros, nas costas do Nordeste, por submarinos alemães, fez a balança pender, ainda mais, para a corrente democrática no Brasil, acirrando a campanha contra as potências do Eixo, através de manifestações populares em todo o país”. (idem, ibidem, p.153).

estudantes, uma vez que se mostrava tão favorável ao movimento estudantil e a UNE, o governo fez nascer a fundação da Juventude Brasileira – JB, uma organização marcadamente de tendências fascistas. Segundo o então presidente da UNE, Helio de Almeida, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, editou a portaria que formalizava a Juventude Brasileira. Os estudantes, ameaçando desencadear uma greve geral, pediram a revogação da portaria.

A luta contra a criação da Juventude Brasileira custou o mandato do presidente, conforme nos relata Poerner.

Hélio de Almeida não chegou, entretanto, a completar seu mandato, pois em 3 de abril de 1943, pediu demissão da presidência da UNE, dois dias depois que o Ministério da Educação determinara a criação da Juventude Brasileira, conforme modelo da juventude fascista italiana, e a sua instalação na própria sede da UNE. (idem, *ibidem* :159).

A presidência da UNE passou a ser ocupada por Tarnier Teixeira, e a Juventude Brasileira, depois de muitos incidentes com a UNE, acabou por ser desativada.

Em ofício endereçado, em 12 de maio, ao ministro da Educação, 22 líderes estudantis, entre os quais Tarnier Teixeira e Paulo Silveira, depois de relatarem o incidente, rejeitaram, em definitivo, qualquer espécie de coexistência entre a UNE e a Juventude Brasileira, no prédio da Praia do Flamengo. Era o último estertor da filial nativa da juventude mussoliniana e a vitória da rebeldia da UNE. (idem, *ibidem*:160-161).

Hélio de Almeida fala, em entrevista a Revista UNE – 60 anos a favor do Brasil, como se deu esse processo de desativação da *Juventude Brasileira*:

[...] À vista dos fatos, enviei uma carta ao Ministro da Educação, dizendo-lhe de **minha surpresa e contrariedade por ter ele agido deslealmente para com os universitários brasileiros**. Portanto, sentia-me, a partir de então, sem condições de continuar parlamentando com o Ministro, razão por que dispunha naquele dia meu cargo de presidente da UNE nas mãos de meus colegas de diretoria. Inúmeras mensagens de todos os pontos do Brasil passaram a chegar à UNE, solidarizando-se comigo e propondo uma greve geral de universitários. (...) Após pensar detidamente o Ministro Capanema disse que estaria disposto a revogar a portaria sob uma única condição: a não volta minha à presidência da UNE. (...) Se tínhamos condições de fazer desaparecer para sempre a tal Juventude Brasileira, o preço da minha não volta à presidência da

UNE era, ao meu ver, um preço muito barato. Isto porque ninguém poderia impedir-me de continuar freqüentando a sede da UNE e trabalhar da mesma maneira com todos os meus colegas. (BARCELLOS, 1997, p.22 – grifo nosso.)

No período que agora registramos, houve um grande *frisson* entre os estudantes e o governo federal, envolvendo a pessoa do Presidente da República, Getúlio Vargas. A administração federal procurava ganhar a simpatia dos universitários, patrocinando excursões aos estados e também ao exterior. Por conta disso, alguns centros acadêmicos de São Paulo e o presidente da Confederação Brasileira de Desportos Universitários, que se relacionava muito bem com o Presidente da República, levaram como proposta ao Conselho Universitário de São Paulo a indicação de conceder ao presidente Vargas o título de “*Doutor Honoris Causa*”. Tal medida fez com que os estudantes de direito, liderados pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, desenvolvessem uma manifestação de protesto, contra a homenagem, que acabou por desenrolar-se em uma greve na faculdade de Direito de São Paulo, que se desdobrou em passeatas pelas ruas com sérios confrontos, havendo inclusive espancamentos, entre os estudantes favoráveis à concessão do título e os contrários. A confusão fez com que, dias depois, o presidente Getúlio Vargas, declinasse do título que lhe fora concedido, em carta endereçada ao Conselho Universitário. (POERNER, 1995).

Após o incidente provocado pelo título *Doutor Honoris Causa* do presidente, os estudantes ficam muito divididos entre getulistas e antigetulistas. O envolvimento do governo do Brasil na luta contra o Eixo alterou as campanhas contra o Estado Novo, que comandou sob a liderança do Centro Acadêmico de XI Agosto, uma grande passeata denominada *Passeata do Silêncio*, protestando pelo fato de Vargas não ter convocado eleições presidenciais, que acabou violentamente reprimida por policiais, provocando, inclusive, a morte, por tiro, do estudante Jaime da Silva Teles. (idem, 1995).

Depois da trégua entre os getulistas e antigetulistas provocada pelo envolvimento com a guerra, assegurada a vitória dos Aliados, os estudantes começam a se envolver com o plano nacional pós-guerra, ocupando às ruas, em passeatas, nas campanhas pela anistia e pela democratização do país. O apoio à pró-candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, em comício realizado na Praça da Liberdade, em Recife, no dia 05 de março, culminou com outra repressão policial violenta sobre os estudantes, e esta acabou por ceifar a vida do estudante Demócrito de Souza Filho, primeiro-secretário da UNE de

Pernambuco, atingido por uma bala no palanque onde se encontrava. Segundo a mesma fonte pesquisada:

A morte do jovem pernambucano lançou seus colegas de todo o país contra o Estado Novo, dessa vez de forma definitiva e impermeável a qualquer tipo de trégua. **Declarando guerra ao governo, a UNE mobilizou estudantes, políticos e trabalhadores, para frustrar a chamada “união nacional” em torno de Vargas.** (idem, ibidem : 165 – grifo nosso).

Os estudantes, que até então, desenvolviam uma política “harmoniosa” em relação ao governo de Getúlio, deram por encerrada essa trégua com o governo, no comício marcado para o dia 08 de março, em que a UNE mobilizou estudantes, políticos e trabalhadores, contra o Estado Novo. De acordo com Poerner, conclui-se aí, a segunda fase, do movimento estudantil, liderada pela UNE, marcada por um bom relacionamento com o governo de Getulio Vargas.

Após o episódio da morte do estudante Demócrito, os estudantes obtiveram a vitória na nova campanha em que se empenharam: o governo decretou a anistia. Mas, esta trouxe, também, a cisão do movimento estudantil, até então unificado. A cisão se deveu, em grande parte, ao apoio dado por Luís Carlos Prestes, líder comunista libertado com a anistia, a Getúlio Vargas, com vistas à democratização e sob a seguinte alegação:

(...) - cujo acerto o futuro se encarregaria de comprovar - de que eram reacionárias as candidaturas militares já lançadas à Presidência da República, do general Eurico Dutra e do brigadeiro Eduardo Gomes. A cisão levou a maioria dos estudantes para a União Democrática Nacional, recém-fundada, ficando o restante na esquerda, liderada pelo Partido Comunista brasileiro. Aquela parte da oposição liberal que veio a constituir a UDN já conspirava, de há muito, ativamente, para a derrubada de Getúlio Vargas, sob a liderança, primeiro, de Armando Salles Oliveira, e, depois, de Virgílio de Melo Franco. **Este aliava para as suas idéias os líderes da UNE, recebendo-os no escritório que mantinha para contatos à Rua da Quitanda, e, inclusive financiando as atividades estudantis.** (idem, ibidem: 166 - grifo nosso).

Portanto, como visto, os estudantes conseguiram obter vitória nas campanhas pela anistia, mas o decreto da anistia pelo governo acabou criando discordâncias, e cindindo o anteriormente unificado movimento estudantil. Luís Carlos Prestes, libertado com a anistia, influenciou uma pequena parte dos estudantes para a liderança do Partido

Comunista do Brasil, escolhendo a maioria dos estudantes, a recém-fundada União Democrática Nacional - UDN³⁰, devido ao apoio dado por Prestes ao presidente Getúlio Vargas.

Em 1945, a UDN elege seu primeiro presidente no meio estudantil, conduzindo o estudante José Bonifácio Coutinho Nogueira à presidência da UNE.

Com a derrubada do Estado Novo, e eleito o marechal Eurico Dutra, ministro da guerra do Estado Novo, o movimento estudantil começa a sofrer intensas repressões policiais e acaba por reaproximar os estudantes udenistas e comunistas contra o violento policialismo do governo federal. Decepcionados, os estudantes udenistas, em sua maioria, ingressam no Partido Socialista Brasileiro (PSB), favorecendo sua hegemonia no meio estudantil, o que inaugura segundo José Poerner, a terceira fase da UNE, ou “fase da Hegemonia do Partido Socialista”, marcada pela luta em defesa do patrimônio territorial e econômico do Brasil, cujas campanhas pela criação da Petrobrás e pela proteção das riquezas minerais brasileiras, envolveram, por demais, os jovens brasileiros, pelo sentimento nacionalista que essas campanhas faziam aflorar.

De 1947 a 1950, decepcionados com a vitória nas eleições presidenciais, do General Eurico Dutra, ex-Ministro de Guerra do Governo de Getúlio Vargas, em oposição ao Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN, os estudantes udenistas se aproximam dos estudantes comunistas para combaterem a repressão.

Nesse período, dos *estudantes socialistas* na direção da entidade, a UNE foi fortemente atingida pela violência policial. Foram presidentes da entidade Roberto Gusmão, 1947/1948, que liderou a Campanha em todo o país do “O Petróleo é Nosso”; o pernambucano, Genival Barbosa Guimarães, 1948/1949, que organizou os protestos estudantis contra o aumento no valor das passagens dos bondes, e Rogê Ferreira, na gestão de 1949/1950.

O Congresso realizado na Bahia, apesar da presença expressiva dos estudantes da

³⁰ Segundo José Poerner, “Em julho de 1945, a UDN obteve seu primeiro êxito concreto, no movimento estudantil brasileiro, quando o Congresso da UNE conduziu á presidência da entidade o estudante udenista José Bonifácio Coutinho Nogueira”. (...) Segundo o mesmo autor, a nova diretoria da UNE não era reacionária, e apesar de constituída por estudantes arregimentados pela UDN, apenas divergiam do apoio dado pelos estudantes mais esquerdistas, depois da anistia, ao presidente da República. (idem, ibidem, p.166).

direita, liderados por Paulo Egydio Martins³¹, elegeu mais um socialista para a direção da UNE, no referido período. Rogê, que igualmente liderou a campanha do “O Petróleo é Nosso”, no estado de São Paulo.

Assim, em 1947, a UNE consolida a fase de hegemonia socialista na direção do movimento estudantil brasileiro. A repressão policial se intensifica depois que é lançada a maior campanha de opinião pública já registrada no país “O Petróleo é Nosso”, liderada pela UNE, nesse mesmo ano.

Data de 1948, a primeira invasão policial da sede da UNE, pelo esquema policial do governo Dutra, em decorrência do Congresso da Paz, e do protesto realizado contra o aumento de 30 para 40 centavos, no valor cobrado na passagem dos bondes.

Em 1949, realiza-se, na Bahia, o 12º Congresso da UNE, reconhecidamente, um dos mais “famosos” congressos da história dessa entidade, pela presença marcante de estudantes reacionários que tentavam barganhar a presidência da UNE;

Os estudantes reacionários compareceram decididos a ganhar, de qualquer maneira, as eleições, trazendo consigo, para isso, uma organização fascista, disposta, inclusive a recorrer à força física e conhecida como CADE. Integrava essa entidade, entre outros, o estudante Paulo Egydio Martins, ministro da Indústria e do Comércio no governo Castelo Branco e futuro governador de São Paulo, quando reprimiu, com violência, o movimento estudantil. (Poerner, 1995:168).

Contudo, foi eleito o socialista Rogê Ferreira que, não obstante o feito, renunciou ao mandato antes de concluí-lo, assumindo José Frejat, que concluiu o mandato, encerrando, no movimento estudantil, a fase da hegemonia do Partido Socialista Brasileiro.

Ainda em 1949, o grupo estudantil direitista, consegue eleger para a presidência da União Metropolitana de Estudantes – UMES, como anteriormente anunciado, no Distrito Federal, o direitista Paulo Egydio Martins, tornando-se assim o primeiro “expoente” da direita na presidência do movimento estudantil brasileiro.

Dessa forma, o período socialista do movimento estudantil, como dito, inaugura a perspectiva nacional progressista, pelas reivindicações de caráter econômico nacional e

³¹ Paulo Egydio se tornaria no mesmo ano, presidente da União Metropolitana de Estudantes - UME, do Distrito Federal - importante organização de estudantes,

se caracteriza também pela violenta repressão policial do governo federal sobre os estudantes. Vale ressaltar, ainda, que é no referido período socialista que a UNE se baseia para uma de suas maiores lutas do período, defesa da gratuidade do ensino universitário.

A fase dos socialistas na direção da UNE é, então, encerrada em julho de 1950, em São Paulo, quando é eleito presidente da UNE, o estudante mineiro, Olavo Jardim Campos, fortemente apoiado por Paulo Egydio, então presidente da UME, inaugurando a fase direitista da UNE.

Segundo Poerner, quem mandou mesmo na gestão de 1951 foi Helen Rogers, uma estudante norte-americana, enviada pelo Departamento de Estado, “repartição cujo apoio fora solicitado por Paulo Egydio”, dando início, assim, em comum acordo com suas informações, a infiltração norte-americana no movimento estudantil brasileiro. (idem, *ibidem*: 170).

Paulo Egydio, em entrevista a Revista da UNE, alusiva à comemoração dos 60 anos da Entidade, explica a sua versão dessa intervenção norte-americana na liderança da UNE.

- Olhe, eu estou beirando os 70 anos, não tenho a menor ambição de voltar a política, então, não está na hora – não é nem em relação à história, mas perante a mim mesmo, de criar fantasias. Quando eu estava terminando o colegial, veio para o Brasil um embaixador americano chamado Adolf Berley, que ficou famoso pelo discurso de Petrópolis, que teria derrubado o Getúlio. Num encontro de secundaristas, se estabeleceu uma simpatia entre nós e eu acabei conhecendo sua filha. Só para esclarecer: o Berley era do Partido Liberal de Nova Iorque, o que significava dizer, que fazia parte do expoente da esquerda americana. Ele praticamente acabou com o capitalismo selvagem e o enquadrou dentro de regras. Bom, mas o que eu queria falar não era isso. Era sobre a sua pergunta. Recebi o convite de dois amigos para ir a Hareard e lá, eu descobri que existia a União Nacional de Estudantes. Nada parecido com a nossa, porque era algo muito fraco. As Universidades é que eram os centros fortes. Bem, a filha do embaixador me convida para passar um fim de semana em Vassar; para fazer uma conferência sobre o movimento estudantil no Brasil. Nesse mesmo encontro, ficou combinado que eles iam me botar em contato com o pessoal da UNE de lá. E logo depois que eu cheguei no Brasil, eu comecei a receber correspondência. Numa dessas cartas, me diziam que vinha uma representante deles para cá: Helen Rogers. Na época, nosso propósito era fazer um Congresso Sul Americano. Aí, eu pedi uma audiência para o Getúlio e ela foi comigo. Nesse meio tempo eu já tinha conseguido romper com a UEE paulista. (BARCELLOS, 1997, p. 28).

Ressalte-se que nesse período em que a direita esteve à frente da UNE, a entidade máxima dos estudantes foi marcada pelo peleguismo³² no movimento estudantil, bem como, igualmente, um visível decréscimo na participação política dos estudantes³³.

Nesse momento de predominância da direita à frente da UNE, há, conseqüentemente, um crescimento das forças reacionárias dentro do movimento estudantil. É desse período o surgimento da Coligação Acadêmica Democrática Estudantil – CADE, que era representação dos estudantes mais radicais, alunos do curso de educação física, em sua maioria.

José Frejat, um dos presidentes da UNE, como já mencionado, fala, com propriedade, sobre a referida organização estudantil, em entrevista a Revista UNE – 60 anos a favor do Brasil, ressaltando que a CADE:

(...) era um grupo policial, praticamente. Eram estudantes muito ligados à polícia. Eram alunos da Escola de Educação Física da Universidade do Brasil, que hoje é a Universidade Federal do Rio de Janeiro, ligados a alcagüetes da polícia. Então, esse pessoal chegava nas reuniões fazendo balburdia, gritando, brigando, e nos chamavam de comunistas, adeptos do “olho de Moscou”, etc. (...) Eram, na verdade, provocadores profissionais. Eram pessoas desconhecidas do movimento estudantil. Vinham daqui e dali, mas não eram estudantes de verdade. Eram sujeitos que chegavam a ficar até cinco anos num mesmo período da faculdade, porque tinham os seus empregos públicos. Eles não formavam um agrupamento muito grande, mas tinham poder. E apareciam em todos os lugares. Iam para os jornais, deturpavam as informações e os jornais davam abrigo, porque eles diziam que estavam defendendo a sociedade, defendendo o governo... Eles sempre se colocavam numa posição contrária ao que nós defendíamos. Mas é preciso que se diga que nem o grupo de estudantes da direita queria se juntar, muito, a eles. Aceitavam aquilo, porque eles ajudavam. (BARCELLOS, 1997, p.33).

A fase direitista na liderança do movimento estudantil, como assinalamos, corresponde à quarta fase da UNE, abrangendo os anos de 1950 a 1956, salvo um “interregno” progressista de um ano. A principal característica desse período de ascensão da direita é

³² Segundo dicionário, “Pelego” significa falso líder. (ROCHA, 2001, p.464).

³³ Vale ressaltar que os dois fatos, tanto o peleguismo, quanto o decréscimo na participação dos estudantes estão presentes também na atualidade, mas com uma diferença fundamental, os pelegos são ligados aos partidos de “esquerda”.

a apatia do movimento em relação às questões políticas do país, e o peleguismo universitário, sobretudo entre os anos de 1952 a meados 1954.

O interregno progressista dentro da fase direitista acontece quando em 1954 é eleito o estudante direitista Cunha Neto para presidir a UNE, sendo instado, logo após o pleito, a apoiar a conspiração para derrubar o presidente Vargas. Segundo nos relata Poerner:

(...) Cunha Neto, devido à sua honestidade de princípios, percebeu, em 22 dias, a manobra empreendida, de outro lado, por certos setores governamentais, através da polícia, para desviá-lo da participação autêntica do movimento estudantil. E, depois de ligar os fatos, se recusou a apoiar a conspiração antigetulista, alegando que a UNE não podia desenvolver atuação golpista. Perdeu, então, o suporte reacionário que o elegera, para receber, em troca, o apoio dos estudantes progressistas, que recuperaram, desse modo, temporariamente, o controle da UNE, sem que tivessem triunfado no Congresso de 1954. (1995, p. 171).

No governo de Café Filho, Cunha Neto é bastante perseguido, sendo vítima, inclusive, de uma campanha liderada pelo governo, contra o presidente da UNE, que com isso ganha cada vez mais o apoio dos estudantes, principalmente os de esquerda.

Em 1955, a UNE realiza em julho, na cidade de Belém-PA, o congresso que elegeria o substituto de Cunha Neto. Acreditava-se que seria eleito um estudante progressista, uma vez desmascarada a armação dos reacionários pertencentes aos estudantes direitistas, e garantido intenso apoio dos demais estudantes à gestão de Cunha Neto. Mas a insuficiência de recursos financeiros impediu que os progressistas se fizessem representar no congresso, e os direitistas, patrocinados pelo governo federal,³⁴ conseguem ser maioria e vencem o pleito para a gestão 1955/1956. Segundo nos conta Poerner:

(...) o brigadeiro Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica do governo Café Filho, colocou aviões da Força Aérea Brasileira à disposição do setor contrário. Resultou daí que o grupo progressista voltou a ser oposição na UNE, de 1955 a 1956. (idem, ibidem :171)

Com o início do governo de Juscelino Kubitschek, os direitistas concentraram suas atenções na obtenção de empregos públicos, favorecendo o crescimento dos estudantes

³⁴ Ressalte-se os mecanismos de cooptação que o governo utiliza quando lhe convém.

democráticos que acabaram elegendo um representante, José Batista de Oliveira Junior para presidente da União Metropolitana dos Estudantes, recuperando, assim, a liderança da entidade. (idem, 1995). Passo fundamental para a reconquista da UNE posteriormente. Conforme nos relata o mesmo autor:

A recuperação da UME redundou, logo de saída, na campanha desencadeada por essa entidade estudantil carioca contra o aumento, de um para dois cruzeiros, no preço da passagem dos bondes. A campanha paralisou o Rio, nos dias 30 e 31 de maio de 1956, e **acarretou enorme prestígio aos estudantes progressistas, que, por causa disso, reconquistaram também a UNE, em julho de 1956**, com a eleição para presidente da entidade, do próprio José Batista de Oliveira Junior. (idem, ibidem :172)

Com isso, encerra-se, segundo Poerner, a fase de predomínio direitista no movimento estudantil brasileiro, conhecido também como Período Policial da UNE, ou “o tempo de Paulo Egydio”. (idem, 1995).

Eleito em 1956 para presidência da UNE, José Batista de Oliveira Junior inaugura a fase de recuperação democrática, ou, segundo Poerner, a quinta fase da história da UNE. É na gestão de João Batista, que há a formação “*União Operária Estudantil contra a Carestia*”, resultante da greve contra o aumento das tarifas dos bondes.

Como presidente da UNE, José Batista de Oliveira Junior promoveu um amplo movimento de politização estudantil, abalando, assim, o controle que o Ministério da Educação e Cultura exercia, no que diz respeito a esse aspecto. Sua gestão assinalou, também, a formação da primeira frente única de católicos e comunistas no movimento estudantil, autêntica precursora do pensamento ecumênico em nosso país. (idem, ibidem: 173).

O sucessor de João Batista de Oliveira Junior fora Marcos Heusi, eleito em 1957, continuando a política desempenhada por seu antecessor, deu amplitude ainda maior às características da nova fase da entidade, cumprindo o programa nacionalista da UNE. Exemplo direto foi o empenho na campanha contra a empresa norte-americana, American Can, que concorria com a indústria de laticínios brasileira, ameaçando destruí-la. Data, também, de sua gestão, no ano de sua eleição, a realização do 1º Seminário Nacional de Reforma do Ensino, mas que, infelizmente, não conseguiu ter maior repercussão. (idem, 1995).

Em 1958, o baiano Raimundo Eirado, substitui Heusi na presidência da UNE, marcando sua gestão, sobretudo, com a campanha que culminou com a demissão de Roberto Campos. Na gestão de Raimundo Eirado, a atuação do movimento estudantil, liderada pela UNE, volta a demonstrar seu entusiasmo de tempos atrás:

Mas é na gestão de Raimundo Eirado, que a ação do movimento estudantil, através da UNE, volta a mostrar o seu vigor de tempos atrás. Os estudantes mobilizam-se contra o então superintendente do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Roberto Campos, que desejava que o Brasil assinasse o Acordo de Raboré. “Bob Fields”, como era conhecido por suas ligações com os interesses estrangeiros, pleiteava gastos da Petrobrás com o único intuito de atender as necessidades da *Gulf Petroleum Co.*, na Bolívia. A denúncia e as pressões foram de tal ordem que o Presidente Juscelino Kubitschek mandou demitir Roberto Campos. (BARCELLOS, 1997, p.38).

Raimundo Eirado é substituído por João Manuel Conrado, de São Paulo, em 1959, iniciando processo de surgimento da força católica que irá, prevalecer, como veremos no movimento estudantil.

Em 1960 assume³⁵ como presidente da UNE, novamente um estudante baiano, Oliveira Guanais e, no ano seguinte, 1961, esse é substituído na presidência pelo goiano Aldo Arantes, consolidando-se efetivamente a grande ascensão católica do movimento estudantil. Na Presidência do primeiro, começa-se a elaborar a criação de um centro popular, que logo depois viria a ser o propalado Centro Popular de Cultura – CPC³⁶, que só no ano seguinte se efetiva. É de sua gestão também a 1ª greve estudantil, realizada em Salvador – Bahia, que desencadeou a luta em defesa da Reforma Universitária, possibilitando grande visibilidade a essa temática por todo o corpo discente. Cresce, nesse período também, o predomínio da Ação Popular - AP no meio estudantil. Iniciam-se os movimentos pela reforma universitária do país, que conseguem garantir repercussão nacional e grande engajamento estudantil.(idem, idem).

Oliveiro Guanais fala em sua entrevista a referida revista³⁷ sobre os acontecimentos que

³⁵ A UNE de acordo com Poerner, nesse período provoca a concretização da instituição de uma comissão parlamentar de inquérito para a Shell e a Esso. (POERNER, 1995).

³⁶ De acordo com informação obtida pela Revista UNE – 60 anos a favor do Brasil, o CPC *foi uma feliz união de artistas vinculados ao PCB, com estudantes pertencentes à Ação Popular, uma feliz conveniência que deu muito certo.*

³⁷ Trecho da entrevista de Oliveira Guanais, extraído da *Revista UNE – 60 anos a favor do Brasil.*

contribuíram para a 1ª greve que desencadeou a luta pela Reforma Universitária:

A minha gestão caminhava em relativa paz, quando eclodiu uma greve na Universidade da Bahia. A gota d'água foi uma casa, ou melhor, um verdadeiro palacete, alugado pela Universidade, para acomodar doze estudantes americanos. Quando o primeiro grupo partiu e o segundo estava por vir, alguns colegas baianos ocuparam a casa. E foram suspensos. Então nós, que tínhamos mandato, assumimos a responsabilidade da ocupação. E, obviamente, foi anunciado que as punições cairiam sobre nós, o que provocou, de imediato, uma série de assembléias, que declararam greve geral no estado. Por força do cargo, fui considerado o líder da greve. Quando veio o Congresso de Belo Horizonte, em 60, a greve da Bahia, estava firme, e quando nos perguntavam os porquês da paralisação, evitávamos dizer que era por causa da invasão (ou da punição). Preferíamos recorrer ao discurso ideológico, em que a justificativa era: reforma da Universidade; democratização do ensino; universidade formadora de profissionais para o país, e líderes para a sociedade, etc... Assim, partiu da Bahia, em 1960, um grito pela reforma da Universidade, que iria produzir, no decorrer da década, muitos ecos. (idem, ibidem: 39-40).

Nos servimos das palavras de Fávero para apresentar, resumidamente, as principais realizações vinculadas à arte engajada desse período

A partir da década de 60, o movimento estudantil passa a relacionar as reivindicações de caráter pedagógico à luta política. Alguns fatos evidenciam esta relação: a) em 1960, sob a presidência do baiano Oliveiro Guanais, são criados o Centro Popular de Cultura e o Centro de Estudos Cinematográficos, com a finalidade de discutir a significação da arte na vida social brasileira. Entre novembro de 1961 e janeiro de 1962, agora na gestão de Aldo Arantes, o setor de cinema da UNE dedica-se à produção do filme intitulado *Cinco Vezes Favela*. b) ainda no ano de 1960, ocorre fato significativo: **a greve dos estudantes de Salvador, entendida como uma das primeiras denúncias, por parte desse segmento, da existência de uma crise na universidade brasileira.** (FÁVERO, 1995, p.28-9).

A sexta fase da história da UNE, segundo Poerner, é contemplada com a fase de ascensão do grupo de militantes católicos no movimento estudantil. Nessa fase registra-se uma forte influência da Juventude Universitária Católica – JUC e da Ação Popular – AP. A adesão de muitos jovens que desejavam lutar pelo Brasil, mas “não queriam ser ateu, como os comunistas ou os socialistas”. Com a AP, tornou-se possível ser de esquerda, sem deixar de ser católico, e isso influenciou muitos jovens, na década de 60.

Como já disse o ex-militante e dirigente da AP, Hebert José de

Souza, conhecido como Betinho, “nós éramos resultantes de um processo com profundas raízes sociais encontradas no Brasil. E, no Brasil, até 64, uns 90% dos militantes políticos, ou eram católicos ou tinham pai e mãe católicos, tinham saído do cristianismo”. (SOUZA, 1978:72 apud RIDENTI, 2002).

Fávero assim se refere a ascensão dos católicos no movimento estudantil:

A Juventude Universitária Católica (JUC) é uma das veias por onde correrá o sangue da mobilização política estudantil dos anos 60, defendendo amplas reformas sociais (dentre elas, a universitária). De sua ala esquerda sairá a Ação Popular (AP), um dos grupos detentores da hegemonia do movimento dos estudantes por quase toda a década. (1995, p.31).

Por ser o Brasil predominantemente católico, a Juventude Universitária Católica - JUC³⁸ ganhou muita força entre os estudantes, entre os anos de 1959/1961, cuja ascensão culminou no meio universitário e estudantil, em 1961, quando é eleito Aldo Arantes para a presidência da UNE.

Devido ao rápido crescimento da referida tendência entre os estudantes, a progressiva “radicalidade” que assume no movimento estudantil a JUC, rompe com a Igreja, por ocasião da vitória de Arantes à presidência da UNE. Aldo Arantes, obrigado a escolher entre a Igreja e a UNE, ficou com a última e fundou a Ação Popular, uma dissidência da JUC. Durante a transição, muitos membros pertenceram aos dois grupos. De acordo com Poerner:

A AP sustentava que não existia, no Brasil, um partido revolucionário, da qual ela exigia os seguintes requisitos: 1) existência de “uma ideologia verdadeiramente revolucionária”; 2) “ação de presença constante junto à massa”; 3) real participação, no partido, de militantes da “extração social dominada”. De acordo com o pensamento da AP, os grupos existentes seriam, então, pré-revolucionários, e tenderiam a se unir, através do trabalho político de agitação, numa entidade autenticamente revolucionária. (1995: 175).

O surgimento da AP aconteceu em um momento histórico bastante favorável, tanto no âmbito nacional, quanto estudantil, o que explica sua grande e rápida ascensão. De

³⁸

Vale ressaltar que além da Juventude Universitária Católica - JUC, existiam também a Juventude Estudantil Católica - JEC, representante dos estudantes secundaristas, e a - Juventude Operária Católica - JOC. Neste trabalho, particularmente, nos deteremos apenas à importância da JUC no movimento estudantil brasileiro.

acordo com a mesma fonte pesquisada:

No plano nacional, o Brasil entrava numa fase de forte ebulição social, só contida em abril de 1964 – ainda assim, não pela remoção de suas causas, mas, artificialmente, pela intervenção policial-militar. No plano estudantil, a UNE aprofundava sua visão crítica da universidade brasileira, caracterizada como instrumento das classes interessadas na manutenção da ordem social vigente, **em especial no decorrer das discussões provocadas pelo projeto do que viria a se tornar a Lei de Diretrizes e Bases, e depois da greve deflagrada pelos estudantes baianos, em 1960 – ponto de partida do debate sobre a reforma universitária no país.** O movimento grevista representou uma espécie de alarme para a crise da universidade brasileira, além de assumir caráter nacional e provocar, inclusive, a intervenção das Forças Armadas em Salvador, por ordem expressa do presidente da República. A maior consequência da greve foi, no entanto, enfatizar a necessidade de uma tomada de posição dos universitários, em relação à universidade como um todo, posição essa que seria aprofundada com o 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela UNE em maio de 1960, também em Salvador. (idem, ibidem: 177 – grifo nosso).

Sobre o período referente à gestão de Aldo Arantes, optamos por reproduzir pontos importantes de sua entrevista à Revista UNE – 60 anos a favor do Brasil, em que fala desde a clandestinidade, à luta armada, bem como a relação da JUC com o PC do B. Como é notório, foi sob a gestão do mesmo que a direção da UNE ganhou muito destaque, tanto pelo Centro Popular de Cultura, como pela UNE-Volante.

Sobre o período que viveu a clandestinidade, Aldo Arantes nos revela que foi por duas vezes preso e nos dá conta dos difíceis momentos vividos. Na primeira delas por seis meses, - logo depois de decretado o AI-5.

Caio na clandestinidade outra vez, porque logo depois do golpe, fiquei na clandestinidade em São Paulo. Vou para Alagoas, em 68, fico lá uns meses, sou preso, fujo, e volto para a clandestinidade, novamente, em São Paulo. Aí, fiquei de 69 a 76, quando fui preso pela segunda vez, já como dirigente da Ação Popular. Dessa vez, a prisão foi bem mais longa e eu só sou libertado em 79. (BARCELLOS, 1997, p.46).

Sobre o CPC³⁹, a Revista Une – 60 anos a favor do Brasil, destaca um capítulo a parte

³⁹ O autor José Poerner, relata que o CPC tinha a “*finalidade de se tornar uma empresa de cultura popular nacional*”.(...). [...] O maior defeito do CPC era, sim, a contradição entre o cunho empresarial que pretendia assumir e o total despreparo, em termos empresariais, dos seus quadros (...). [...] o CPC ainda não se havia consolidado e já se ocupava em criar a Universidade de Cultura Popular, que utilizaria o Correio e as bancas de jornais para melhor levar o ensino ao povo e cujas aulas

para falar de seu surgimento, bem como de suas atuações.

[...] Sua criação ocorre no momento em que a Ação Popular se torna hegemônica dentro do movimento estudantil. Mas, ao contrário do que se pode supor, a criação do CPC, **por parte de jovens artistas e intelectuais, igualmente de esquerda, nada tem a ver com a AP.** Os militantes do CPC eram quase todos ligados ao PCB, o que nos leva a constatação de que, **pela primeira e única vez, na história das esquerdas brasileiras, houve uma junção tão feliz de dois partidos.** É bem verdade que essa feliz união se deu em benefício mútuo. Da mesma forma que interessava ao CPC uma entidade como a UNE para viabilizar o seu projeto de teatro, cinema, literatura, etc...; o mesmo acontecia com a UNE que, desejosa de um processo de descentralização da ação política, via na atividade artística a possibilidade de chegar mais rapidamente à massa estudantil. Daí, o sucesso das duas UNES-Volantes, que cortaram o Brasil de ponta a ponta, levando arte e cultura, ao mesmo tempo em que tornavam a UNE conhecida por todos os estudantes. (idem, idem, p.52 – grifo nosso).

Indagado sobre o CPC⁴⁰ pela Revista UNE, sobre se o mesmo havia sempre cumprido seu compromisso político, ideológico e estético com a UNE, Arantes, responde:

– Sem dúvida. E isso, inclusive, foi o que permitiu a fusão entre artistas profissionais, como era o caso do Vianinha, por exemplo, com os universitários. **Eles queriam fazer uma arte engajada, que contribuísse com o movimento social. E este movimento determinado, que era o movimento estudantil, também estava descobrindo formas novas para se comunicar...** (idem, ibidem: 46-7).

E continua:

inaugurais seriam dadas, no Rio, pelo deputado federal Leonel Brizola, e, no Recife, pelo governador Miguel Arraes (...) (POERNER, 1997, p.185-6).

⁴⁰ De acordo com a mesma revista, segue abaixo as principais realizações desse Centro de Cultura. Montagem das peças “Eles Não Usam Black-Tie”, “A Vez da Recusa”, “Miséria ao Alcance de Todos”, “Brasil versão Brasileira”, “Auto dos 99”, “Auto do Tutu ta no fim”, “Auto dos Cassetetes”; Realizações do longa “Cinco vezes Favela”; Realização do documentário “Isto é Brasil”; Gravação do disco “O Povo Canta”; Fundação de uma rede nacional de distribuição de livros, discos e revistas.; Publicação do livro de literatura de cordel “João Boa Morte – cabra marcado pra morrer”; Publicação da série de livros de poesia intitulada “Violão de Rua”; Realização do 1º Festival de Cultura Popular, com o lançamento dos Cadernos do povo Brasileiro e das Publicações do CPC e da Editora Universitária; Publicação de três livros de cordel: “Zé Fominha”, “A Mulher do Coronel” e “Quem matou Aparecida”; Apresentação no Teatro Municipal do Rio de Janeiro da 1ª Noite de Musica Popular Brasileira. (BARCELLOS, 1997, p.52). Vale a pena observar sobre o fenômeno, o deslocamento à direita da intelectualidade e dos artistas no Brasil. O deslocamento dos anos 90, quando personalidades com larga trajetória na esquerda, assinaram o manifesto de Apoio à Candidatura de FHC. Entre centenas de nomes, que através desse apoio, se reconciliaram com a ordem capitalista, deslocando-se agora “em favor do possível” destaca-se, por exemplo, Gilberto Gil, Jorge Amado, Edu Lobo, Gianfrancesco Guarniere, entre outros. (COELHO, 2005, p. 504).

[...] Penso que a arte criada pelo CPC sofria influência do pensamento predominante na esquerda, naquele momento. Mas a verdade é que nós, dirigentes estudantis, não participávamos das discussões teóricas deste problema; nós atuávamos em outra esfera, na esfera da atividade política. (...).(idem, ibidem: 46-7).

Sobre a relação da JUC com o PCB, e as diferenças existentes entre eles, Aldo Arantes assim nos fala, em resposta à Revista UNE – 60 anos a favor do Brasil:

A JUC tinha, na época, uma concepção revolucionária. Era uma posição mais radical do que a do Partidão. Do ponto de vista da formulação política e teórica era a formulação da questão da revolução. Tanto que nos Seminários de Reforma Universitária, há uma colocação clara da necessidade da revolução, como caminho para resolver, em profundidade, a questão da Universidade. **A Universidade é colocada dentro de um contexto mais geral do processo de Revolução Brasileira. Agora, isso se expressava na luta cotidiana. Quer dizer, a política da JUC era mais radical, tinha uma postura mais crítica e mais independente em relação ao Governo, e por outro lado, o método de ação política era de um vínculo maior com as bases.** Isso fica bem caracterizado na minha gestão, não só pela ênfase colocada na luta pela Reforma Universitária, e pelas Reformas de Bases, mas também pelo método de procurar estabelecer uma discussão, em profundidade, com as bases do movimento estudantil. O que aconteceu, basicamente, através da UNE Volante e do CPC. (idem, ibidem: 50 – grifo nosso).

Aldo Arantes nos fala também sobre os rumos da AP após o golpe, e a opção pela luta armada.

Na realidade, a evolução do pensamento da AP é muito interessante, porque no período anterior ao golpe, a AP já tem um posicionamento mais radical do que esquerda tradicional, no Brasil. **Com o golpe, ela assume um perfil, efetivamente, revolucionário, mais aí, no sentido da opção pela luta armada.** É claro que a concepção de revolução é a de transformação social. **Mas com o golpe, a AP não só reafirma essa concepção, mas lhe dá uma dimensão nova, quando propõe que o método dessa transformação seja a luta armada.** Na continuidade, há também uma transformação do ponto de vista da concepção teórica/ideológica. A AP faz uma concepção pelo marxismo. Eu faço, inclusive, uma viagem à China, em 66, para estabelecer relação com o Partido Comunista Chinês. Vou como dirigente da AP que, já nesta época, reafirma sua posição pelo marxismo, através do pensamento de Mão-Tse-Tung, o que faz com que a AP passe a se chamar Ação Popular Marxista Leninista. A partir dessa concepção, é evidente que nós passássemos a analisar o Partido Marxista Leninista que já existia no Brasil, que era o Partido Comunista do Brasil. E fomos descobrindo que havia uma afinidade muito grande entre as concepções do PC do B e da AP. Em função disso, desencadeou-se um processo de debate, dentro da AP, sobre a necessidade de nós fortalecermos um pólo único, que defendesse os interesses dos trabalhadores, o interesse do socialismo no Brasil. Foi

essa, justamente, a idéia que norteou a incorporação da AP, ao PC do B. houve uma grande luta dentro da AP e houve, então, a decisão majoritária de se incorporar ao PC do B. E isso se deu em 1972. (idem, ibidem: 50 – grifo nosso).

Com a crise nacional gerada pela renúncia do presidente do Brasil, Jânio Quadros, a gestão de Aldo Arantes ganha destaque pela repercussão da atuação da UNE, frente à crise que se instalara no país, devido a polêmica sobre a substituição na presidência. A UNE apoiando a legalidade⁴¹ contribuiu para garantir a posse do vice-presidente João Goulart.

Como representante da entidade máxima dos estudantes, Arantes, então presidente da UNE, vai ao estado do Rio Grande do Sul, para participar, em agosto de 1961, *“ao lado de Leonel Brizola, então governador daquele estado, da Campanha da Legalidade, que empolgou o país na tentativa de garantir a posse – contestada por setores militares e conservadores – do vice-presidente João Goulart”*. (idem, idem, p. 176).

Com o fato consumado da renúncia na política brasileira, a UNE rapidamente se posiciona, decretando greve geral dos estudantes, e deslocando sua diretoria para o Rio Grande do Sul, local onde se encontrava o centro da resistência legalista, e começa a fazer seus pronunciamentos através da referida rádio⁴².

Garantida a legalidade, ainda sobre a forma de parlamentarismo, o então presidente João Goulart se dispõe a agradecer pessoalmente o apoio recebido dos estudantes pelo destacado empenho nas manifestações em favor de sua legitimidade à presidência do país.

Barcellos registra em sua revista, a entrevista de Arantes falando da experiência de receber o Presidente da República na sede da UNE:

⁴¹ Assim que se consumou a renúncia, os ministros militares manifestaram-se no sentido de impedir a posse de João Goulart, então vice-presidente, que naquele momento se encontrava em viagem fora do Brasil. A solução ilegal deparou-se com resistências lideradas por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, que contou com o apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército, e do Comando da 3ª Zona Aérea. Emissoras de rádio do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná formaram a Rede da Legalidade”, enquanto os governadores de São Paulo, Paraná, e Goiás (respectivamente, Carvalho Pinto, Ney Braga e Mauro Borges) manifestaram sua adesão ao princípio constitucional. (SANFELICE, 1986, p.19).

⁴² Rede da Legalidade.

[...] o fato é que estava tão cheia a sede da UNE, que falei em pé, em cima de uma mesa grande, desrespeitando todo e qualquer cerimonial. O que era totalmente inusitado. Afinal, eu estava diante do Presidente da República.” (...). Eu, então, me dirijo ao Presidente da República, dizendo que o apoio estudantil, à sua posse, representava uma posição em defesa da democracia, em defesa do seu mandato, mas que, naquele momento, eu queria falar como representante do povo brasileiro, para exigir que ele cumprisse os compromissos assumidos... (1997, p.45).

Esse tempo efervescente de ebulição estudantil, com vários acontecimentos políticos marcantes no país, como a renúncia do presidente Jânio Quadros e a disputa pela legalidade da posse de João Goulart à Presidência da República. Também, no plano educacional, profundos questionamentos e reivindicações estudantis, eclodem sobre a Reforma Universitária, e mobilizando jovens estudantes do Brasil, em três grandes encontros denominados de Seminário Sobre Reforma Universitária – SNRU, na Bahia, no Paraná, e em Minas Gerais. O resultado dessas discussões foi uma greve de proporções inusitadas até então, em que chegou a paralisar mais de 90% das universidades do país - inclusive as particulares, reconhecida como a *Greve de um Terço*. O movimento exigia, entre outras reivindicações, a participação de um terço de estudantes nos órgãos colegiados da universidade. E sobre essas transformações no plano educacional, propostas pelos estudantes, é que falaremos mais adiante.

1.2 – A UNE E A DITADURA DO GOLPE MILITAR: A LUTA CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA

*Na primeira noite eles aproximam-se
E colhem uma flor do nosso jardim
E não dizemos nada.
Na segunda noite, Já não se escondem:
Pisam as flores, Matam o nosso cão,
E não dizemos nada.
Até que um dia, o mais frágil deles
Entra sozinho em nossa casa,
Rouba-nos a lua e,
Conhecendo nosso medo,
Arranca-nos a voz da garganta
E porque não dizemos nada.,
Já não podemos dizer nada.
(MAIAKOVSKI)*

Antes, pois, de examinarmos a reação corajosa dos estudantes na luta contra a “reforma universitária”, do governo militar, faz-se necessário relembrar fatos importantes que caracterizaram o contexto político e econômico do país no referido período.

- As condições brasileiras para a intervenção militar nos anos 60: um breve histórico.

Após a Segunda Guerra Mundial (1937-1945), vários países, sobretudo os da América Latina, viveram à sombra do estado de Guerra Fria. As décadas de 1950, 1960 e 1970 foram marcadas pela bipolarização ideológica que dividiu o mundo em dois grandes blocos. De um lado, encontravam-se as forças políticas de direita, fortemente evidenciadas pela ideologia norte-americana de cunho capitalista, que tinha como principal representante os Estados Unidos da América (EUA), do outro, estavam os ideais de cunho socialista, ou de esquerda, influenciados, ou inspirados pela, à época, União Soviética (URSS), hoje ex-União Soviética, ou Rússia. As disputas eram evidentes em todos os âmbitos. Um claro exemplo que serve de ilustração para o

referido período é a corrida nuclear armamentista da época, e a tão propalada disputa pelo pioneirismo da chegada do homem a Lua.

Os países referendados pela ideologia do capital, que estavam no centro da economia mundial, identificados como grandes potências capitalistas, advogavam a economia privada e a liberdade individual, em contrapartida, identificavam nos apologetas do comunismo, a grande ameaça à expansão de seus ideais, e demandavam grande esforço para difundir a ideologia do capital multinacional, pressionando as nações de economia periférica à sua inteira subordinação.

Para tanto, os empresários e *tecno-empresários*; *tecno-burocratas* e oficiais militares, que segundo Dreifuss (1981), eram:

“Os agentes sócio-políticos que compunham as classes dominantes, ou as elites políticas e econômicas, representando os interesses multinacionais e associados no país”, conseguiram seus objetivos através da infiltração nos aparelhos de Estado, para facilitar o acesso das multinacionais em território brasileiro. (DREIFUSS, apud BENEVIDES, 2006:47).

No Brasil, a pressão culminou com a tomada do poder pelas Forças Armadas, em 31 de março de 1964, possibilitando a efetivação dos interesses econômicos do grande capital.

O alcance das propostas dos agentes sócio-políticos só poderia tornar-se realidade, levando-se em conta a divulgação, ou propagação da racionalidade empresarial, afastando-se todo e qualquer direcionamento de cunho populista e nacionalista da economia social.

Torna-se evidente, então, que o governo de João Goulart deveria ser imediatamente aniquilado, haja vista ser esse um governo que se assemelhava, em certa medida, ao governo populista do ex-presidente Getúlio Vargas, cujo mandato fora fortemente influenciado por idéias nacionalistas, de um populismo exacerbado, defensor de uma política interna independente.

Em 1960, Jânio Quadros foi eleito para a presidência da República brasileira, com apoio da União Democrática Nacional (UDN), vencendo o projeto político de Vargas, mas não o derrotando por completo, pois o candidato a sucessor de Jânio, na ausência deste, ou

seja, o seu candidato à vice-presidência ficou em segundo lugar nas urnas, não alcançando a vaga ficando, assim, a mesma para devida ocupação de João Goulart, o que demonstra que havia resquícios de boas lembranças da Era Vargas, vez que nesse período, era permitido votar em candidatos de chapas diferentes para presidente e vice-presidente, configurando-se como revela Dreifuss (1981) “*uma estrutura de autoridade ambígua*”, favorecendo o surgimento de conflitos. (idem, idem, : 49).

Ao contrário do que imaginavam muitos, Jânio Quadros enfrentou dificuldades no mandato, e essas não foram somente internas. No desenvolvimento de sua política externa, desempenhou ações que o aproximaram de países comunistas. As atitudes de Jânio provocaram desconfiança dos seus apoiadores militares e conservadores de direita, bem como os aliados da UDN, tornando-o alvo de fortes pressões, que acabaram culminando com o seu pedido de renúncia ao Congresso Nacional, após oito meses de mandato. (SKIDMORE, apud idem, ibidem).

Registram-se, novamente, diferentes posições a respeito da legalidade constitucional. Alguns eram partidários desta, concordando que a vacância presidencial deveria ser assumida pelo vice-presidente João Goulart, outros não. O resultado foi que o Congresso não vetou a posse de Goulart, mas a Câmara Federal sugeriu o regime parlamentarista para restringir os poderes do novo presidente.

Aprovada, então, a medida da Câmara, João Goulart passa a ser o primeiro ministro do novo regime parlamentarista, até janeiro de 1963, quando consegue apoio popular suficiente para abolir o Ato Adicional que tornou o Brasil parlamentarista, através de plebiscito nacional.

A partir de então, o presidente João Goulart reúne seus esforços para construir uma base política de apoio, cultivando as idéias das Reformas de Base. Para tanto, tenta conquistar a simpatia dos que estão no centro, na política, e segura o apoio da esquerda por meio de táticas populistas, ao passo que favorece o reconhecimento das forças de esquerda emergentes.

Havia nesse ínterim, o que se pode chamar de duas forças dentro da esquerda. A esquerda mais moderada, que apoiava as medidas do presidente, e a esquerda mais radical, cujo principal líder era Leonel Brizola, que não tinha muita simpatia à política

trabalhista de Goulart.

A defesa dos ideais de reforma de base, e as medidas econômicas e institucionais⁴³ que fortaleciam as classes populares, aproximaram o presidente da linha mais radical, o que despertou ainda mais o temor da classe dominante.

A política desempenhada por Goulart favoreceu a organização e a mobilização dos trabalhadores, ampliando o número de sindicalizados tanto no âmbito urbano, quanto no rural. As idéias socialistas, por sua vez, ganharam adeptos, dentre intelectuais, artistas, estudantes, e sindicalistas.

As elites políticas e econômicas da sociedade brasileira, incomodadas com as políticas desenvolvidas pelo então presidente, e com o próprio rumo que vinha tomando o país, com a expansão das idéias socialistas cada vez mais aceitas nos mais variados setores, conspiram contra o governo e legitimam o golpe de estado pelos militares.

Nesse escopo, aos 31 de março de 1964, o país vê deposto o seu presidente pelas Forças Armadas brasileiras, com apoio das forças sociais dominantes, por boa parte dos setores empresariais, e pelas oligarquias políticas de menor força, com o apoio norte-americano, que sob o pretexto de proteger o país de uma possível crise político-institucional, da temida revolução socialista, somou forças para o golpe.

Esse somatório de forças que apoiou o “golpe” acabou por fazer oscilar a direção da intervenção militar, ora com uma repressão moderada, que acabava por oportunizar o enfrentamento do conjunto da sociedade contra os militares, ora de total embrutecimento, exacerbando, no limite extremo, a repressão, como observa Benevides:

Essa coalizão civil-militar caracterizou-se, principalmente, de acordo com Cruz e Martins (1983), pela heterogeneidade absolutamente contraditória das forças sociais que a compuseram, visto que, cada um dos segmentos que nela tomou parte, tinha propostas distintas

⁴³

Entre as medidas encontram-se: lei restringindo a remessa de lucros pelas companhias multinacionais às suas matrizes; monopólio estatal da importação do petróleo; desapropriação de cinco refinarias privadas no Brasil; revisão das concessões de mineração dadas às corporações multinacionais; reajuste do salário mínimo; reajuste do poder aquisitivo dos trabalhadores e empregados; política de controle de preços; distribuição de bens básicos de consumo; reforma agrária; controle e limitação do redesconto bancário; re-escalamento da dívida externa com os países credores; política externa independente na ONU e na OEA; reestruturação do sistema tributário; reforma eleitoral; reforma do sistema educacional dentre outras. (idem, ibidem).

para a elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional. Assim, num extremo, havia os grupos que defendiam uma intervenção severa a fim de reprimir a “baderna”, ou seja, a expansão ideológica comunista dentro do país. No outro, os grupos cujo objetivo era modernizar de maneira acelerada o capitalismo brasileiro. (idem, *ibidem*: 53).

No período que corresponde aos anos de 1964 a 1979, o regime militar esteve à frente do Executivo, intercalando cinco presidentes, a saber, General Castelo Branco (1964 a 1967); General Costa e Silva (1967 a 1969); General Garrastazu Médici (1969 a 1974); General Ernesto Geisel (1974 a 1979) e General João Batista de Figueiredo (1979 a 1985).

O primeiro dos presidentes militares, General Castelo Banco, teve como primeira medida impedir que os “civis subversivos” continuassem liderando alguns segmentos da população, que se organizavam de forma autônoma. Foi um tempo de perseguições, torturas e prisões, que acabaram por desbaratar, ou mesmo, eliminar muitos dos setores, à época, organizados. As redações dos jornais vigiadas, as ligas camponesas desarticuladas, os sindicatos fechados, e a UNE (União Nacional dos Estudantes), que havia sido reconhecidamente legalizada no Governo de Getúlio, extinta por decreto presidencial, em outubro de mesmo ano em que ocorrera o golpe. (idem, 2006).

O principal objetivo dos militares era restabelecer a ordem e evitar uma provável crise político-institucional. Para se legitimarem no poder e garantir os interesses do capital, com a infiltração de seus agentes no aparelho do estado, seria preciso favorecer o desenvolvimento econômico, uma vez que o subdesenvolvimento seria responsável pela influência dos ideais comunistas. Tentavam, os militares, desenvolver uma política de inflação baixa e não abrir mão de uma generosa propaganda política ao seu favor, divulgando os resultados conquistados em termos de economia.

Foi na vigência de Castelo que foi promulgado o Ato Institucional nº 2, que instituiu o bipartidarismo, Arena *versus* Movimento Democrático Brasileiro - MDB, tornando as eleições, a partir de então, indiretas.

Mas, a ditadura, como todos a conhecemos, com sua crueldade e rudeza, se fez mais forte e com mais vigor no mandato presidido pelo então Marechal Costa e Silva, militar

pertencente à Linha Dura⁴⁴. Seu mandato foi justificado por inúmeras atrocidades, entre elas encontra-se o Ato Institucional nº 5⁴⁵ (AI-5), e tudo o que a ele se referia no quesito tortura e repressão.

Foi também no governo Costa e Silva que houve as mais famosas perseguições à intelectuais, estudantes, artistas, operários, sindicalistas, eclesiais etc, configurando-se como o tempo das perseguições generalizadas, seja qual fosse o setor, ou camada da população, sendo contrário ao regime militar era considerado inimigo. Muitos artistas e intelectuais, professores e na maioria, estudantes foram presos, torturados e mortos, dados até os dias de hoje como desaparecidos.

O referido AI-5 foi editado em contraposição às intensas manifestações de insatisfação contra o regime que a cada dia insurgiam. Dentre elas destacam-se as dos Católicos Progressistas que se colocavam em defesa das causas trabalhistas, estudantis e agrárias, bem como os protestos e passeatas do movimento de estudantes, o repúdio à ditadura presente nas peças de teatro, os editoriais de jornais como o Pasquim, o cinema-novo, e finalmente o inusitado episódico pronunciamento do deputado federal Márcio Moreira Alves, pertencente ao MDB, que em discurso, contrapondo-se a tortura dos presos políticos e a violência policial, como é exemplo a invasão da Universidade de Brasília – UNB, no dia 29 de agosto por ocasião de uma greve estudantil. Em sua fala, o deputado sugeria aos pais que não incentivassem e nem permitissem seus filhos a comparecerem aos festejos alusivos ao Sete de Setembro.

A irritação provocada pelo discurso do deputado, e a “ofensa leviana” dessas palavras proferidas contra o Palácio do Planalto deram uma capa de “legitimidade” ao pedido dos militares de cassação do mandato do então deputado. Como o Congresso rejeitou o pedido de cassação do mandato do deputado, o governo editou o Ato Institucional nº 5, que dentre outras coisas, como a proibição de qualquer atividade de natureza política; a liberdade vigiada, proibição de freqüência e comparecimento a determinados locais;

⁴⁴ Entre os militares existiam aqueles mais moderados, como o General Castelo Branco, e os mais “radicais” de direita, os da “Linha Dura”, como eram conhecidos.

⁴⁵ Ato Institucional nº 5, editado em 13/12/1968, que entre outras coisas proibia qualquer atividade de natureza política; foi publicado durante o governo do Marechal Artur da Costa e Silva, servindo de base jurídica ao endurecimento do regime autoritário, dando amplos poderes ao presidente, permitindo o fechamento do Congresso, a cassação de políticos e a suspensão das garantias individuais, possibilitando a perseguição dos que eram contrários ao regime.

identificação de domicílio; suspensão do *habeas corpus* aos que “atentavam contra a Segurança Nacional”, também fechou o Congresso Nacional, em nome da ordem.

Decretado a AI-5, o país viveu sob a batuta do terror e do medo. Todos eram suspeitos de atentar contra o regime, até que se provasse o contrário. Somente os mais ousados e destemidos, tiveram a disponibilidade e a coragem de enfrentar o regime. Dentre eles se encontravam muitos estudantes. As demais organizações, ou militantes de esquerda foram obrigados a silenciar. A repressão endureceu e ficou ainda mais perversa nesses “anos de chumbo”. As organizações de esquerda, que já se encontravam divididas pelas diferentes formas na tentativa de combater a ditadura, divergiram ainda mais.

Duas tendências ganharam destaque nas discussões sobre os motivos que possibilitaram a derrota da esquerda, por ocasião do golpe militar, e que acabavam impedindo o diálogo entre os integrantes da esquerda. Uma era mais radical, oriunda da linha maoísta/trotskista, e defendia a resistência armada e o enfrentamento direto com o regime. A outra, mais comedida, que tinha a cúpula do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em sua defesa, inspirada na linha de Moscou, saía na defesa da acumulação de forças para o enfrentamento pelas vias parlamentar e judiciária. Desse embate entre a própria esquerda surgiram várias dissidências, inspiradas numa e noutra tendência. Como exemplo, podemos citar a Aliança Libertadora Nacional – ALN, cujo líder Carlos Mariguella, obteve relevante notoriedade, chegando a ser denominado por muitos como o inimigo nº 1 da Ditadura Militar. Da ALN decorreram a MOLIPO – Movimento pela Libertação Popular; O PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, liderada por Mário Alves e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR-8. Do PCdoB, surgiram o Partido Comunista Revolucionário – PCR e a Ala Vermelha, que originou o Movimento Revolucionário Tiradentes – MRT; e o Movimento Revolucionário Marxista – MRM.

A Ação Popular, conhecida como AP, é um dos maiores destaques, sobretudo no que se refere a sua atuação nos meios estudantis, deu origem ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores - PRT.

O maior envolvimento dos militantes engajados com os movimentos de esquerda, se deu nos espaços urbanos, onde conseguiam recrutar mais facilmente novos membros para integrarem as organizações. Somente o PCdoB conseguiu inserir-se no interior, em

Araguaia, no Sul do país. Ambos encontravam-se na clandestinidade, mas mesmo assim eram constantemente alvo das perseguições do Estado.

E assim, com esse destroço na política brasileira, o regime dos militares ganhava terreno, tentando desenvolver sua política econômica. Os anos de chumbo para foram considerados como os anos do “Milagre Econômico”, mas, como se sabe, foram responsáveis pelo forte endividamento externo.

Com a saída de Costa e Silva, Pedro Aleixo, seu vice, é impedido de assumir. Vale destacar que o nome de Pedro Aleixo é o único que se encontra no lado dos votos contra a edição do AI-5. Nota-se, portanto, que Pedro Aleixo não era um bom nome para substituir o presidente Costa e Silva. É decretado então o Ato Institucional nº 12, e o General Garrastazu Médici assume a presidência do Brasil em 1969⁴⁶.

O novo presidente, General Garrastazu Médice dá prosseguimento ainda maior à “linha dura” do regime, em contrapartida, como era objetivo dos militares, desenvolveu ao máximo o crescimento econômico do país, que conheceu nesse período o auge do Milagre Econômico, cujas taxas do Produto Interno Bruto - PIB que eram de 8,8% em 1970, saltaram para 14% em 1973.

Nesse período de extremo endurecimento do Regime Ditatorial, as organizações de esquerda tentavam negociar seus presos políticos, ou assuntos de seu interesse através de seqüestros de embaixadores, ou personalidades nacionais ou internacionais. Muitos dos presos políticos conseguiram liberdade devido à ousadia desses seqüestros. O caso do embaixador norte-americano é um exemplo desses. O embaixador foi seqüestrado por integrantes do MR-8 e só foi solto quando 15 presos políticos ganharam suas liberdade.

Esse tipo de atividade desenvolvida pelos militantes foi interrompida pelo Ato Institucional nº 13, que previa o banimento do país contra aqueles que praticassem atentado à segurança nacional. E seqüestro era um caso desses. O Ato Institucional nº 14, ainda mais radical, institui a prisão perpétua para esses presos, e a pena de morte, banida do país desde 1891.

⁴⁶ Nesse período, assim como Mariguella (ALN), Carlos Lamarca, um ex-oficial, considerado traidor pelas forças armadas, foi assassinado em emboscada. O primeiro pelo DOPS, em 04/10/1969; e o segundo em 17/09/1971, por oficiais dos órgãos de segurança da Bahia.

Nesse ínterim, a Ditadura sofre, dia-após-dia, desgaste entre a população civil e militar. Só lhe resta a investidura cada vez mais massiva em propaganda e publicidade. A vigilância e censura impediam, ou mesmo vetavam qualquer informação de natureza contrária ao milagre econômico brasileiro. Mas, a primavera não pode perdurar as quatro estações do ano. Nem o milagre econômico.

Com o fim do mandato de Médici, assume sua cadeira outro presidente de patente militar, o General Ernesto Geisel, que tinha como uma de suas propostas, reduzir o poder da linha dura. Seus objetivos eram controlar a subversão; dar espaço para a volta da democracia, à medida que se conservava às taxas de crescimento já alcançadas no país.

Esse presidente foi identificado na história como o presidente da abertura, como mesmo dizia ele, *lenta e gradual*. Em seu mandato foram desenvolvidas campanhas contra o DOI-CODI e o Sistema Nacional de Segurança – SNI. Foi um tempo de trégua na repressão desmedida.

Com a repressão atenuada, algumas organizações ganharam força para voltar a se mobilizar, a OAB - Organização dos Advogados do Brasil, e a ABI – Associação Brasileira de Imprensa e os progressistas das Igrejas Católicas foram uns dos primeiros. Surge aí, também, o Comitê Brasileiro pela Anistia. (idem, 2006).⁴⁷

O debate pela Anistia marca o período do governo Geisel. Nesse mesmo período também foi restabelecido o direito ao *Habeas Corpus* e revogado o Ato Institucional Nº5.

O General Geisel deixa o comando do governo brasileiro em 1979 e assume o General João Batista Figueiredo. O desgaste do regime militar era a cada dia maior, já não havia mais espaço para a linha dura, e o crescimento da política econômica já não era o mesmo. Algumas organizações e associações ganham novamente espaço e começam a voltar às ruas. A UNE se reorganiza nesse ano, que também é marcado por greves, destacando-se a greve do ABC Paulista, que projetou em nível nacional o nome de Luíz Inácio Lula da Silva (Lula) como candidato do Partido dos Trabalhadores, processo que

⁴⁷

Vale registrar que nesse período desencadeou-se também o ascenso do Movimento Operário.

culminou em 1985, como sabemos, com a Nova República. É, o ano de 1979, também, o ano em que se devolveu a liberdade aos presos políticos de retornarem aos seus países, através da Anistia.

1.2.2. A luta contra a Reforma Universitária do Governo Militar: quando a esperança vence o medo

“Se fores capaz de indignar-te diante de qualquer injustiça, estejas onde estiveres, então somos companheiros”.

(CHE GUEVARA)

Quando encerrada a década de 50, a discussão sobre o Projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional era a tônica referente ao plano educacional, no movimento estudantil. Esses intensificaram seus debates e somaram aos intelectuais e educadores que, à época, realizavam uma grande mobilização em favor da escola pública. Mas, a consciência sobre a efetiva transformação da universidade através de uma reforma universitária só é despertada, de acordo com Fávero, em meados de 1960, no I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, realizado na Bahia. Embora a discussão sobre a temática, conforme a mesma autora, evidenciasse que já existia uma discussão sistemática sobre reforma, como por exemplo aconteceu em 1957, com a realização do I Seminário de Reforma do Ensino, promovido pela UNE. Sobre a referida discussão, Fávero relata que:

(...) segundo as palavras de um de seus principais presidentes, José Serra, a visão de reforma desse Seminário é ainda uma visão parcelada, imediatista e exclusivamente didática. Dá-se grande ênfase aos aspectos técnico-pedagógicos, ao problema da formação profissional, procurando-se conferir ao ensino superior maior eficiência na formação daqueles que tivessem o privilégio do acesso ao nível universitário. (1995, p.23).

No I Seminário Latino Americano de Reforma os estudantes traziam reivindicações inspirados no Manifesto da Federação Universitária de Córdoba, Argentina, datado de 1918, e que repercute, até os nossos dias, em toda a América Latina, como importante movimento de contestação estudantil, que aspirava a gratuidade do ensino, autonomia universitária, contra o sistema elitista de educação, e participação estudantil na administração da universidade, reivindicações que vigoram até os nossos dias (co-administração estudantil). É reivindicação do manifesto a defesa da soberania universitária, “*em que o direito de escolher seus próprios dirigentes deve ser atribuído também aos estudantes*”. (CÓRDOBA, 1918).

Fávero nos informa que a Reforma de Córdoba:

[..] Desde 1918, em Córdoba, um movimento de renovação foi adquirindo traços de um acontecimento histórico de magnitude continental, do ponto de vista ético. Social, e político. (1995, p.11).

Baseados nos ideais de Córdoba, os estudantes brasileiros realizam os seminários aos quais nos referimos, resultando em dois importantes documentos que embasaram toda a história do movimento em defesa da reforma universitária daquele período. Esses documentos são a Declaração da Bahia e a Carta do Paraná, sobre os quais nos deteremos a seguir.

A *Declaração da Bahia* resultou do I Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Salvador, entre os dias 20 e 27 de maio de 1961. O documento produzido equivale, em importância, às resoluções do 2º Congresso dos Estudantes, onde se estabeleciam rumos e diretrizes para o movimento estudantil, sendo aquele referente à universidade. É considerado como um documento de transição do movimento estudantil, na medida em que a partir dele os estudantes passaram a conceituar e planejar suas ações. É um documento de cunho ideológico que anuncia simpatia pela revolução, defendendo a luta em defesa da justiça e da igualdade, ao tempo que se combate a exploração capitalista. Fala, ainda que de forma vaga ou pouco definida, em outra forma de sociabilidade, defendendo inclusive o socialismo. Contudo, suas sugestões ficam no plano teórico, sem menção alguma de como alcançá-las na prática. Mas, o impulso que é dado à atenção dispensada à universidade e a situação brasileira, marca esse documento como de grande avanço para o movimento estudantil.

A *Declaração da Bahia* é composta de três tópicos principais, com suas respectivas subdivisões, a saber: 1- Realidade Brasileira; 2- Universidade no Brasil; 3- Reforma Universitária, que procuram formular uma proposta de alteração/adendo ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, motivando a intervenção dos estudantes na política educacional do país. O referido documento⁴⁸ consiste, também, em um dos primeiros textos programáticos dos estudantes para a Reforma Universitária. Embora não aborde com clareza uma perspectiva tática, necessitando também de uma proposta política e pedagógica de maior solidez, favoreceu o conjunto dos estudantes, no sentido da organização do movimento, vez que despertou a consciência para a importância de se reformar a universidade brasileira, ao mesmo tempo em que representou um “*programa de luta para o movimento estudantil, apesar das restrições feitas*”. (idem, idem, p. 40).

Na conclusão do item “Realidade Política” estava o seguinte comando: “(...) cumpre que os estudantes, principalmente os universitários, colocados numa perspectiva proletária, aliem-se às classes trabalhadoras, e, ao mesmo tempo que forneçam a estas subsídios para o aceleração do seu processo emancipatório, sofram, por parte delas, a influência revolucionária que só essas classes, atualmente, podem exercer”. (UNE, *Declaração da Bahia*, 1961:18 apud SANFELICE, 1986, p.34).

Como a *Declaração da Bahia* deixara uma lacuna em relação às possibilidades de efetivação prática de suas sugestões, sentiu-se a necessidade de promover um segundo encontro sobre reforma universitária para discutir as questões consideradas pendentes. Foi, então, que se reuniu em Curitiba, o II SNRU, entre os dias 17 a 24 de março de

⁴⁸ “Diretrizes fundamentais para a educação brasileira, formuladas no I SNRU e registradas na Carta da Bahia: I – Promoção do desenvolvimento, entendido como reformulação total da estrutura sócio-econômica do País, tendo como conteúdo, no setor econômico: a) criação de sólida infra-estrutura de indústrias básicas; b) desenvolvimento do sistema de transportes; c) uma reforma agrária que possibilite o desenvolvimento diversificado da produção agrícola; d) eliminação imprescindível das disparidades regionais. II – Colocamos na base deste desenvolvimento a *promoção da classe operária*, tanto urbana quanto, quanto rural. Para isto, é indispensável superarmos a estrutura econômica liberal-burguesa e elaborarmos um sistema onde a economia anárquica do lucro seja substituída por uma economia planificada, que vise: a) a satisfação das necessidades do povo, oferecendo-lhes padrões de vida mais humanos; b) a eliminação da exploração do trabalho humano pelo capital particular e pelo estado oligárquico e classista; c) a superação da condição proletária, enquanto por este nome se entenda aquele grupo dos que são obrigados a vender seu trabalho em troca de um salário não correspondente ao valor de sua cooperação no processo produtivo; d) a socialização dos setores fundamentais da economia, que geram a alienação do proletariado (rede bancária, indústria de base, etc.). Todas essas diretrizes só serão realizadas na medida em que superemos a estrutura capitalista dominante, vencendo a opressão imperialista e criando uma nova estrutura social, que dê a todos possibilidades iguais de uma vida humana”. (UNE, *Declaração da Bahia*, 1961: 12-3 apud SANFELICE, 1986, p.33).

1962, com o objetivo de aprofundar criticamente as propostas da Declaração da Bahia, enfatizando as perspectivas táticas na efetivação da luta pela reforma universitária. O segundo Seminário sobre Reforma Universitária conseguiu atingir o objetivo ao qual havia se proposto, dentro da mesma linha anticapitalista e revolucionária. A maior inovação apontada pela Carta do Paraná reside, contudo, em sua terceira parte, onde expõe o seu “esquema tático de luta pela Reforma Universitária”, mediante a polêmica inclusão desse objetivo entre as chamadas “reformas de base”, cuja discussão aflorava ao primeiro plano de vida nacional com o governo João Goulart.

No documento-estudo da UNE, o II Seminário Nacional de Reforma Universitária e sua respectiva “Carta do Paraná”, Curitiba, 1962, é avaliado como o evento que conseguiu desenvolver um pensamento ao mesmo tempo crítico e criador. Ali aprofundou-se e alargou-se a crítica da universidade brasileira, mas, concomitantemente, procurou-se determinar medidas concretas, capazes de dar início ao processo de transformação estrutural de nossa universidade. Delineou-se um projeto de reforma e traçou-se a tática de luta. “A Carta do Paraná é outro marco” na luta pela Reforma Universitária. (UNE, 1963:15 apud SANFELICE, 1986, p.44).

Além dos destacados Encontros com a finalidade de discutir a Reforma Universitária, ainda realizou-se em Recife o II Seminário de Estudos do Nordeste, em março de 1961; o I Encontro Universitário do Sul, de 4 a 10 de junho de 1961, em Porto Alegre, como também o III SNRU, em 1963, em Belo Horizonte.

Sobre o III Seminário Nacional de Reforma Universitária, cuja abordagem segue às perspectivas estratégicas da Carta do Paraná, avançando na tática, ao elaborar um projeto de Emenda à Constituição de 1946, e um substitutivo à LDB, cujo teor se refere ao Ensino Superior⁴⁹. Na Emenda Constitucional defendia-se a proposta de extinção da vitaliciedade de cátedra, propondo o estabelecimento de normas para a permanência e acesso ao magistério, reguladas por critérios embasados na verificação periódica da capacidade dos docentes, bem como na carreira do professor.

As tentativas de aproximar a sociedade da universidade e, vive-versa, aprovadas pelos resultados dos SNRU, a UNE grassa seu discurso a todos os setores da sociedade, com objetivo de atrair a atenção da população, numa tentativa de tornar a luta da

⁴⁹ O que difere das atuais táticas do movimento estudantil de hoje, liderado pela UNE. A proposta atual da UNE para o projeto de reforma universitária que tramita no Congresso é que seja disputada a luta no parlamento, por meio de emendas, que favoreçam aos estudantes.

universidade parte das reformas de base a serem implantadas pelo Governo. A UNE, de acordo com Sanfelice, chega a afirmar enfática e publicamente que a luta pela Reforma Universitária, estabelecia o elo entre as reivindicações estudantis e a luta política mais geral. Como realça o autor, em suas palavras:

Não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular em nome dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, **cem mil universitários, á consciência da luta popular, ligada a ela** por compromissos concretos da própria situação estudantil. Tratava-se de perceber que a missão do universitário frente ao povo está de início na própria universidade.” (...) **a luta pela Reforma Universitária nasceu** da necessidade de conquistar as bases universitárias, que pouco participavam das posições das lideranças, mas também de um avanço nas lutas pela solução dos problemas estudantis e como estágio superior dessas lutas, ou seja: “(...) a Reforma Universitária **como uma das reformas necessárias à libertação nacional e à emancipação do povo. (...) percebe-se claramente que a Reforma Universitária não é do interesse apenas do estudante, mas sobretudo do povo, e que ela só será possível, no seu pleno sentido, com a libertação nacional e a reestruturação da sociedade brasileira,** e que, portanto, é necessário lutar conseqüentemente pela reforma Universitária, assim como **lutar pela Reforma Universitária, já é uma forma de lutar pela libertação nacional e do povo brasileiro**”. (idem, ibidem, p.42 – grifo nosso).

Barcellos ressalta a importância atribuída à Reforma Universitária, pelo movimento estudantil, como uma reforma de base. *Os estudantes pretendiam fazer da universidade a expressão das necessidades sociais do povo, a negação de qualquer dogmatismo e uma frente cultural ativa na revolução brasileira.* (idem, ibidem, p.39). Em outra passagem, a referida autora reforça a mesma idéia:

Liderando hegemonicamente o movimento estudantil e com uma compreensão razoável do momento político, a UNE tomou partido. Desejava e achava necessário que as reformas efetivamente se efetivassem. A própria Reforma Universitária passou a ser entendida como uma Reforma de Base indispensável. (idem, ibidem, p.23).

De um modo geral, a análise dos Seminários da UNE sobre a Reforma Universitária, como um todo, evidencia

O fato dos estudantes colocarem sempre o problema da reforma da

sociedade e as questões políticas mais globais. Isto se torna evidente quando, após, 1960, procura-se pensar a Reforma Universitária como parte das reformas de base. (FÁVERO, 1995, p. 45).

Uma curiosidade sobre a defesa da moratória pela UNE, presente na obra de Sanfelice, pareceu-nos interessante destacar:

Com relação ao pagamento de nossa dívida externa a UNE defendia a moratória, acreditando que só com a solução dos problemas objetivos postos pela estrutura econômica e pelas relações sociais vigentes haveria clima de maior tranquilidade no país. (SANFELICE, 1986, p.26).

A explicação para a inclusão da reforma universitária entre as reformas de base é dada pela entidade, conforme se segue:

“É claro que a Reforma Universitária não pode ser definida como Reforma de base, se compreendermos este conceito como definidor de transformações infra-estruturais. Mas, se entendermos por reformas de base as reformas indispensáveis para que o processo de desenvolvimento do país prossiga, verificando-se a importância do obstáculo à formação de uma consciência crítica que constitui o caráter alienado de nosso ensino, e a importância do obstáculo à promoção do desenvolvimento econômico e social que o nosso atual sistema universitário representa, não poderemos deixar de inscrever a sua modificação dentre os pressupostos da luta popular de libertação”. (UNE, 1963: 23-4 apud idem, ibidem, p.46).

Depois de destacadas as diretrizes fundamentais da entidade para a educação brasileira, formuladas no I, no II e no III – Seminário Nacional de Reforma Universitária – SNRU, discorreremos sobre a **Greve de um Terço**, proposta fruto dos SNRU.

De acordo com os discursos analisados a UNE, e ressaltada ainda por Sanfelice, “*a participação efetiva dos estudantes nos órgãos colegiados das Universidades era um passo fundamental para a Reforma*” (UNE, 1963:17 apud idem, ibidem, p.44).

A concretização da ação política dos estudantes oriunda da carta do Paraná foi a proposta da greve de 1/3. Os estudantes exigiam a participação estudantil de 1/3 nos órgãos colegiados de administração da universidade, ou seja, no Conselho Universitário e nos Conselhos Técnicos, regulamentados pelos estatutos das faculdades e

universidades, uma vez que a proposta já estava assegurada na LDB 4.024/61⁵⁰, conforme o resultado do Seminário de Curitiba, que fora motivo de grande campanha por todo o país, utilizando-se as caravanas denominadas de UNE-Volante.

A UNE resolveu a questão do conteúdo através da formulação de uma política com base nesses seminários e a questão do método foi resolvida com o que se chamou na época de UNE-Volante, que foi uma caravana que percorreu o Brasil inteiro, visitando praticamente todos os Estados da Federação. Era uma caravana grande, composta da diretoria, do pessoal que dirigia politicamente a entidade e de membros do CPC. (idem, ibidem, p.40 – grifo nosso).

Outro documento revela como a Greve de um Terço atingiu o objetivo de concretizar as lutas que até então se concentravam no plano teórico

A “Luta por um Terço” teria sido a expressão da necessidade que se sentiu de superar a fase de mera teorização para uma teorização e luta concretas. Desde o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, a orientação da UNE foi no sentido de concentrar a luta em torno de medidas fundamentais de democratização imediata do ensino superior” (UNE, 1963:17 apud idem, ibidem, p.44).

A não concessão pelas faculdades da representação de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados, deflagrou-se uma greve, registrada como uma das maiores, de grande adesão estudantil em todo o território nacional – “a greve do 1/3”, que paralisou, inclusive, as faculdades e universidades particulares que existiam.

Esgotado o prazo, sem que obtivesse o terço de participação, a UNE decretou uma greve geral nacional, de amplitude inusitada até então, pois chegou, a certa altura, a paralisar a maior parte das 40 universidades brasileiras da época (23 federais, 14 particulares e três estaduais), além de ser pontilhada de grandes manifestações públicas, entre elas a ocupação, pelos universitários do Rio, do Ministério da Educação, de onde só foram desalojados com a intervenção da Polícia do Exército. (POERNER, 1995:183).

Em 1962, em meio a greve estudantil, realiza-se o 25º Congresso da UNE, e elege-se como sucessor do então presidente Aldo Arantes, o estudante mineiro, Vinícius Caldeira Brant, também da AP, congratulando a satisfação entre os estudantes com a gestão de Aldo Arantes. Cabia a Vinicius Brant, dar seqüência a política em curso no movimento

⁵⁰ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961.

estudantil, fortalecer e expandir sua influência para o cenário político nacional. A greve de 1/3, a essa altura, já não era apenas contra as congregações das faculdades, mas contra o Conselho Federal de Educação. (idem, ibidem).

Contudo, não obstante a campanha realizada, somente a Universidade do Paraná aderiu às reivindicações estudantis nos órgãos colegiados, causando uma certa desmotivação na base dos estudantes. A UNE só consegue se refazer dos desgastes sofridos junto às bases, devido a não terem sido alcançados os objetivos da grande expectativa de democratização nos órgãos colegiados, em 1963, uma vez, como já dito, que somente a Universidade do Paraná aderiu às reivindicações estudantis nos órgãos colegiados dessa instituição. (idem, ibidem)

Aldo Arantes sobre a “bandeira de 1/3”, enquanto tática de luta nos fala.

Com ela exigia-se a participação dos estudantes nos órgão colegiados, no sentido de criar um equilíbrio de forças dentro da universidade: 1/3 seria de estudantes, 1/3 de professores e outro 1/3 de professores recém-eleitos. Era, no fundo, uma tentativa de aliança política entre os professores novos e os estudantes, voltada contra os professores estratificados, contra a velha mentalidade dos catedráticos, visando a formação de uma correlação de forças progressistas dentro da universidade. (BARCELLOS, 1997, p.52).

Em 1963, é eleito outro católico para a presidência da UNE, José Serra, no 26º Congresso da UNE. Nesse tempo, o país atravessava um momento difícil no que respeita a política nacional. Tempo em que havia conspiração das forças da direita para a derrubada do presidente que, sem o apoio da direita, apoiava às Reformas de Base do governo, a saber: Reforma Tributária; Reforma Agrária; Reforma Bancária, etc. Em 1963 é eleito o paulista José Serra⁵¹, também da AP, no 26º Congresso Nacional dos Estudantes, cuja gestão é interrompida pelo golpe de estado da ditadura militar, encerrando-se assim, a sexta fase da União Nacional dos Estudantes, ou fase da ascensão católica da UNE.

Em apoio a essas Reformas, a UNE participa, junto com outras entidades estudantis e sindicais, da preparação do comício de 13 de

⁵¹ O que seria candidato a Presidência do Brasil em 2003. Vale ressaltar que apesar de ser um ex integrante dos quadros da UNE, esta não o apoiou em sua candidatura, canalizando o apoio da entidade para Lula.

março de 64, na Central do Brasil, convocado pelo Presidente da República, e que acabaria se transformando no grande estopim para o golpe militar de 1º de abril. (idem, ibidem, p.44).

José Serra, presidente da UNE em 1963, em sua entrevista à Revista UNE, da qual aqui registramos, destaca a UNE ontem e hoje, oferecendo-nos elementos para compreender a pluralidade de posições político-ideológicas, que circulam no movimento estudantil, ao ser lembrado que o movimento buscava “apontar a falência da estrutura liberal burguesa” e de ser indagado se estas eram palavras de ordem da sua época de militância estudantil, ele retruca: *Isso não era palavra de ordem. O movimento estudantil não era socialista. Havia socialistas nele militando. Mas o movimento não era socialista*”. (idem, ibidem: p.54).

Em 1º de abril de 1964, os militares derrubam o governo de Goulart. Sobre esses acontecimentos, Sanfelice recorre a um ex-presidente da UNE, Altino Dantas, para se manifestar e melhor nos situar.

O golpe militar de 1º de abril de 1964 voltava toda a sua ferocidade à classe operária, muito mais pelo que ela poderia avançar do que de fato pelo que avançou até aquele momento. Os estudantes foram atingidos pelo crime – que muito os honra – de ter procurado se colocar ao lado dos trabalhadores. Ou pelo menos por pensarem os golpistas que isso ocorria. A sede da UNE (...) foi incendiada por bandos repressores insuflados pelos golpistas. Bandos que sempre embalaram o desejo de destruir a UNE, uma vez que por eleições ou outro processo democrático foram sempre repudiados pela imensa maioria dos estudantes. A UIE (União Internacional dos Estudantes) elaborou um cartaz com a fotografia da UNE em chamas e o espalhou, com grande repercussão, pelo mundo inteiro” (VÁRIOS, 1980:31 apud SANFELICE, 1986, p.30).

A partir daí a UNE cerra trincheira contra os militares, que faz de muitos jovens estudantes serem torturados, massacrados e mortos pela perseguição sanguinolenta da ditadura militar, de um crime sem perdão.

Após o golpe, por decreto presidencial, a UNE se torna ilegal, e é proibida de realizar seus congressos, tornando-se uma entidade clandestina. A boa relação com a Igreja, devido a JUC, faz com que essa lhe sirva de “esconderijo” para abrigar os encontros estudantis.

Em 1965, apesar de todas as perseguições, os estudantes conseguem realizar o 27º

Congresso, elegendo para a presidência da UNE, o mato-grossense, Altino Dantas.

A cada dia a repressão se tornava mais violenta, e não existiam mais condições para a realização de qualquer encontro. Em meio a violenta repressão policial, em 1966, a UNE com o apoio dos padres Franciscanos realiza no porão de um Igreja, em Belo Horizonte, MG, realizou-se o 28º encontro, onde é eleito para presidente da UNE, o mineiro José Luís Guedes, com o fundamental apoio dos Padres Franciscanos da cidade.

José Luís Guedes, também nos fala, através de entrevista à Revista UNE, sobre esse encontro às escondidas, no qual foi eleito presidente, e do apoio da população do estado, que abrigava os estudantes em suas próprias residências, revelando que curiosamente *“as mesmas mães mineiras que em 64, tinham saído para apoiar o golpe, agora nos tiravam da prisão. São as mesmas mães da Marcha com Deus, pela Família e pela Propriedade” (...).* (BARCELLOS, 1977, p.58).

Desde 1964, os estudantes se deparam com a violência da ditadura, mas além do embate com a repressão policial e militar do governo, legitimada pelos Atos Institucionais I e II, até então, os estudantes foram obrigados a dividir suas energias na luta contra a Lei Suplicy de Lacerda, contra o Relatório Atcon e contra os Acordos MEC-USAID, sobretudo os referentes ao ensino superior, assinado em 23 de junho de 1965. A referida lei, de autoria do Ministro de Educação do governo Castelo Branco, Flávio Suplicy de Lacerda, se referia às organizações estudantis, prevendo que os Centros Acadêmicos se transformassem em Diretórios Acadêmicos, que por sua vez seriam subordinados às direções das faculdades, tornando obrigatória a votação dos estudantes nas eleições dos novos DA's. O movimento estudantil não aceitou essa imposição do ministério e iniciou uma grande campanha de repúdio à Lei, criando os C.A's livres e incentivando o boicote às eleições dos D.A's, instituindo o Dia Nacional de Repúdio a Lei Suplicy. Apesar dos desgastes ocorridos pela promulgação da Lei, a mesma serviu de motivação para reorganização dos estudantes, que haviam arrefecido seus ânimos com a não totalidade dos objetivos alcançados na greve de 1/3.

Sobre os enfrentamentos da entidade máxima dos estudantes com a Lei Suplicy no ano de 1965, recorreremos a Fávero para melhor nos fazer entender.

Em julho de 1965, a UNE realiza o XXVII Congresso Nacional de

Estudantes, reunindo 313 representantes para um total de 450 existentes no País. É o primeiro congresso da entidade após o golpe militar. Como revelam tópicos de uma reportagem, o Congresso adota “como decisão mais importante o boicote à Lei Suplicy de Lacerda, transformando o 16 de agosto no Dia Nacional de Repúdio a Política do Ministro da Educação”. (JORNAL DO BRASIL, 1º DE AGOSTO DE 1965, apud FÁVERO, 1995, p.61).

Como se não bastasse a encarniçada perseguição aos estudantes, advinda da Lei Suplicy, o governo promulga a Lei 4.464/64, que através do art. 22, extingue a UNE, revogando o antigo Decreto-Lei nº 4.105/42, que reconhecia a entidade como representante nacional dos estudantes, sob a acusação da mesma “*servir como ponto de referência para movimentos subversivos e testa-de-ferro dos agitadores, a UNE é substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais (DEEs)*”. (idem, ibidem, p.60).

A referida lei dispunha de artigos sobre a atuação política dos estudantes nas faculdades e universidades, ao mesmo tempo em que prevê punições aos membros que compõe a direção das escolas de ensino superior, etc.

Segundo a Lei nº 4.464/64, que dispõe sobre a atuação dos estudantes nas escolas, “fica vedado aos órgãos de representação estudantil qualquer manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como indicar, promover ou apoiar ausência coletiva dos trabalhos escolares, isto é, greves. Determina, também que diretores de faculdades, de escolas e reitores incorrerão em falta grave se, por atos, omissão ou tolerância, permitirem o não-cumprimento da lei.” (idem, ibidem, p.60).

Em 1966, além dos cassetetes e bombas de gás lacrimogênio, os estudantes tem que enfrentar a nova armadilha do governo, a criação do Movimento Universitário para o Desenvolvimento e Social – MUDES. Pouco depois, em 28/2/67, o presidente Castelo Branco revoga a Lei 4.464/64, com o Decreto-lei nº 228, conhecido também no meio universitário como Lei-Suplicy-Aragão, ou simplesmente Decreto Aragão, que extingue a União Nacional dos Estudantes e a União Estadual dos Estudantes de cada estado – UEE’s.

A UNE, mesmo na ilegalidade continua desempenhando seu papel na liderança do conjunto dos estudantes de todo o país, até o dia em que é assassinado o presidente, Honestino Guimarães, juntamente com outros três diretores – Gildo Macedo Lacerda, Humberto Câmara e José Carlos da Mata Machado.

Com esse segundo dispositivo, são extintas as entidades estudantis em nível nacional e estadual, ficando limitadas ao âmbito de cada universidade. De acordo com o art. 20 do Decreto-lei nº 228 “são órgãos de representação dos estudantes de estabelecimento de nível superior: a) o Diretório Acadêmico (DA) em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central dos Estudantes (DCE), em cada universidade. (idem, ibidem, p.66).

Afora os embates com a repressão militar, a UNE tenta aprofundar os debates sobre a Reforma Universitária e o perigo dos Acordos MEC-USAID, realizando em janeiro de 1967 um seminário sobre o tema, num convento perto de São Paulo. Vale destacar, com base em Fávero, as tendências privatizantes da educação superior, que à época foram combatidos pelos estudantes.

Desse seminário sai um documento contendo o programa de lutas (com reivindicações de mais verbas para a educação), incluindo sérias denúncias sobre a atuação de organismos norte-americanos na orientação do ensino brasileiro. **Entre as denúncias, destacam-se: a transformação das universidades públicas em fundações e sua privatização, a entrega do ensino superior ao controle de capitais estrangeiros.** Nas recomendações, é enfatizado o boicote às medidas concretas de aplicação dos acordos e à reforma universitária a ser realizada pelo Governo. (idem, ibidem, p.66-7 - grifo nosso).

O movimento estudantil atinge seu ápice no tocante aos Acordos estabelecidos entre o MEC e a referida agência norte-americana, quando o Ministro de Educação, Tarso Dutra, proclama na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados: afirmando que os 16 acordos:

(...) serão revistos em todos os pontos considerados inconvenientes aos interesses do Brasil, mais ainda não teve tempo de examiná-los. Admite: “Nos acordos entre o MEC e a USAID está incluída a formação de líderes, considerada da maior importância para a política norte-americana pelo Chefe da Organização de Operação e Investigações Especiais de Washington”. (Jornal do Brasil, 27 de abril de 1967 apud idem, ibidem, p.67).

É importante observar que às formas de cooptação do governo para com os estudantes não datam de hoje e é ressaltada por Fávero, merecendo de nós um devido destaque, que realce a atitude governamental de ter encontrado um modo eficaz de conter as reivindicações estudantis, não mais por meio de seus aparelhos repressivos, mas *“procurando cooptar os estudantes através do convite de dois universitários, para integrar o Grupo de Trabalho para elaboração de novo projeto de reforma da*

universidade no País”. (idem, ibidem p. 69 – grifo nosso).

De acordo com Fávero, esse episódio não é muito discutido, limitando-se geralmente o debate em afirmar que os estudantes declinaram do convite, num período em que o governo se propunha ao “diálogo” com os estudantes, que será encerrada somente em dezembro de 1968, com a promulgação do Ato Institucional nº 5.

Poucos interrogam por suas razões. Outros esquecem ter sido o regime militar o exterminador das entidades de representação estudantil, substituídas por outras, voltadas para o fortalecimento político de lideranças estudantis comprometidas com o poder. (idem, ibidem p. 69).

Acuados, presos, torturados, os estudantes não encontraram outro caminho para continuar sua atuação política que não fosse o da luta armada. E pagaram um alto preço por essa escolha. Os jovens que abandonaram os estudos, empregos, famílias, em busca dos ideais de liberdade, ingressando na clandestinidade, só saíram dele presos ou mortos, o que não impediu que outros estudantes, alguns, inclusive, também clandestinos, continuassem tentando conduzir o movimento estudantil, até o início dos anos 70. (BARCELLOS, 1997).

A UNE, ainda tentou resistir, mesmo a duras penas, por mais algum tempo, na clandestinidade. Após a prisão de Travassos, a UNE chega ao ano de 1969 sem presidente. Resolve-se, então, organizar mini-congressos para a eleição de um colegiado, que escolhesse a nova diretoria.

Desse feito, elege-se Jean Marc Von Der Weid, nesse esquema de mini-congressos, em 1969, mas o mesmo acaba sendo preso nesse mesmo ano, e é substituído, então, pelo vice-presidente Honestino Guimarães, que é reconhecido como presidente da UNE. Mas, esse foi igualmente preso, no Rio de Janeiro, e de lá nunca mais voltou.

Jean Marc, que em 1967 é eleito para o diretório de sua faculdade, ainda não pertencente a nenhuma tendência política⁵², acompanhando as mobilizações da AP, mas

52

Jean Marc explica como se deu seu processo de ‘filiação’ na Ação Popular. “A AP surge na crise política do próprio Partidão. Ela começa no movimento no final dos anos cinquenta – JUC - , e depois forma a AP em 62, já com o Partidão sendo visto como muito dogmática... Mas o que tinha a AP de diferente?. Era justamente o fato de ser antidogmática. Era aquela coisa meio espontânea, extremamente atraente, que acabava levando todo mundo para lá. Eu, inclusive. E a AP me ganhou de

sem saber definir tendências, revela-se como uma grande liderança independente. Ainda nesse ano, coordenava uma greve de 40 dias bem sucedida em toda a Universidade, afirmando que a causa do sucesso da greve foi o questionamento do futuro social dos profissionais que estavam saindo da faculdade, a penetração das multinacionais, elucidando a influência que isso haveria nas profissões como do engenheiro químico etc..., e falando também da qualidade do ensino, firmados os acordos MEC-USAID, sobre o qual, o mesmo realizou uma pesquisa, intitulada *MEC-USAID – Elitização do Ensino Superior*, da qual dá notícias por meio da entrevista à Revista UNE, Jean Marc Van Der Weid, do processo de privatização e elitização do ensino superior em curso: a clara decisão de sucatear a Universidade Pública.

[...] É engraçado por que **tinha toda uma discussão sobre a privatização do ensino que, aquela altura, já estava sendo colocada pelo governo; a redução da massa de formandos...** Quer dizer, **toda aquela idéia de fazer cursos intermediários**, que se chamava, naquela época, engenharia de operações. O que significa dizer que só um número muito reduzido teria acesso às pesquisas, só uma elite mesmo seriam os chamados engenheiros de alto nível. É evidente que nesse tipo de discussão mobilizou inteiramente a escola. E tinha, por outro lado, a crítica à qualidade de ensino, que é importante que se diga, não era voltada contra os professores. Nós tínhamos bons professores. Muito conservadores, mas de ótima qualidade. **O que havia era para sucatear, mesmo**, o ensino público. E isso acabou atraindo a simpatia, também, dos professores para o movimento. (idem, ibidem, p.63).

Enfim, no quadro de democratização lenta e gradual do país, dá-se a reconstrução da UNE, nos condicionantes abaixo.

Em março de 1977, contrariando aos adeptos de que lugar de estudante é na sala de aula, os jovens voltam às ruas e trazem reivindicações bem específicas, como mais verbas para a Universidade e o rebaixamento das anuidades. Em São Paulo, mais ou menos quatro mil estudantes reúnem-se para criar uma Comissão Pró-UNE, que foi dissolvida pelas forças policiais. Essa manifestação, porém, não ficou isolada. Dois meses depois, os jovens estão novamente nas ruas. Agora, com a adesão de sindicatos do ABC, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), MDB, do Movimento Feminino pela Anistia, do setor progressista da Igreja e

uma forma muito simples. Quando teve a morte do Edson Luís, e o Luís Travassos, que era o Presidente da UNE veio para o Rio, ele me questionou sobre esta minha independência. Para explicar porque eu não estava na AP, me referi ao fato de que, por ser muito fraca aqui, nem linha política ela tinha a apresentar. O Travassos, então, foi logo ao assunto: “nós estamos tentando construir uma. Você deveria nos ajudar”. Pronto, fechou. Agora, a minha sensação das razões porque a AP vem nesse crescente avassalador, está na estrutura rígida do Partidão, cujas bases cumpriam, sem questionamentos, as decisões do comitê central”.(...). (idem, ibidem: p.64).

do recém-organizado Comitê Brasileiro pela Anistia. (idem, ibidem, p.72).

Em todo o país, a ascensão do movimento estudantil era favorecida pela impopularidade do regime, fato que somado a insatisfação dos estudantes da Universidade de Brasília em face do jubramento e suspensão de colegas, promoveram uma greve geral de protesto por tempo indeterminado nesse mesmo ano.

No ano de 1978 não houve maiores protestos. O ano encerrou com a revogação, em 31 de dezembro do Ato Institucional Nº 5. Para a UNE, foi um ano dedicado aos preparativos para o Congresso de Reconstrução da UNE, realizado em maio de 1979, na cidade de Salvador, contando com a participação de mais de cinco mil estudantes. Dessa forma, a UNE sai de vez da clandestinidade, a qual se encontrava, mesmo ainda não reconhecida pelo governo. O congresso da reconstrução rompeu também, com sua tradição de voto indireto. O baiano Rui César Costa e Silva é eleito como o novo presidente da entidade, na primeira eleição direta de sua história. Não podemos esquecer, ainda, que 1979 é, o ano a anistia foi decretada pelo governo.

Nessa fase de reconstrução da UNE, até os nossos dias vários presidentes estiverem à frente da UNE, Rui Costa, Orlando Silva e Ricardo Capelli, os primeiros depois da fase de reconstrução, até Felipe Maia e Gustavo Petta, últimos presidentes dos atuais dias, este último, inclusive, em sua reeleição. Por essas gestões passam o reconhecimento da legalidade da UNE, aprovada em Congresso por José Sarney, como proposta do deputado Aldo Arantes, ex-presidente da entidade, como também a devolução do terreno de sua sede, destruída pela ditadura, pelo à época Presidente Itamar Franco.

Entrevista a Rui Costa, em 1997, o eleito ex-presidente após a reconstrução da UNE, em 1979 nos dá conta de como a truculência do governo militar se impôs aos estudantes até os últimos momentos de sua vigência. Abaixo, transcrevemos parte da entrevista.

Em 77 e 78, apesar da repressão, aconteceram dois Encontros Nacionais de Estudantes, em São Paulo. O que diferencia estes encontros de um Congresso da UNE, já que naquele momento, todo e qualquer tipo de reunião e/ou manifestação estava proibido? RC – Na época denominávamos os encontros de ENE – Encontro Nacional de Estudantes – que reunião os residentes dos Diretórios Centrais dos Estudantes, uniões Estaduais (no período, a única já reconstruída era a UEE-SP) e representantes das escolas e faculdades. Em 77, na PUC-SP, fomos fortemente atacados durante

uma reunião no TUCA. A polícia invadiu o encontro, lançando bombas e prendendo vários estudantes. Na ocasião, repercutiu muito, na imprensa, as queimaduras que algum produto, lançado pela polícia, provocou em alguns estudantes. Duas garotas, em estado gravíssimo, permaneceram longo tempo em hospitais, tentando a recuperação. Em 1978, a tentativa de realização de ENE foi em Minas Gerais. Belo Horizonte ficou literalmente sitiada na ocasião. A maioria dos delegados das escolas foram presos, ainda nos ônibus, nas estradas circunvizinhas. Mais de 2.000 estudantes foram presos. Nesta ocasião, eu fui eleito Presidente do DCE da UFBA, em outubro de 1978. No momento da posse, recebi a notícias de que a comissão de reorganização da UNE havia marcado o Congresso de Reconstrução em Salvador, para maio de 79, e que me caberia, como presidente da entidade anfitriã, a tarefa de organizá-lo e conduzi-lo. (idem, ibidem, p.73 – grifo nosso).

O ex-presidente da entidade nos fala, ainda, das dificuldades vividas para a reconstrução da UNE e da intervenção “conciliatória”, que desenvolveu na construção da Carta de Princípios. Indagado sobre o que priorizava a Carta, se as questões gerais ou específicas, ele informa:

RC – A Carta de Princípios foi votada, e revelou um momento difícil, de disputa, entre as principais correntes que trabalhavam dentro do movimento estudantil. Como era um momento de reconstrução, intervim, pessoalmente, buscando um **consenso**. Redigi uma síntese entre todas as Cartas propostas, que foi aprovada por ampla maioria. Talvez, aí, neste momento, tenha surgido a indicação de meu nome para Presidente. Talvez tenha sido, também, relevante para a indicação, a minha atuação, de certa forma tranqüila, em momentos difíceis, como quando as luzes foram cortadas e bombas lançadas sobre o Congresso. Isso exigiu a montagem relâmpago de um coro para repetir as minhas palavras, já que ficamos no escuro e sem som, por cerca de 1 hora. Através do coro, indicamos a alguns automóveis estacionados por perto, que iluminassem a assembléia com seus faróis. (idem, ibidem, p.73 – grifo nosso).

No ano de 1980, a diretoria da UNE decidiu retomar o velho casarão da Praia do Flamengo, mas tão logo se soube da intenção dos estudantes, o Corpo de Bombeiros interditou o prédio, alegando que o mesmo não apresentava segurança em sua estrutura, e o Ministério da Fazenda autorizou a demolição da antiga sede do movimento de estudantes. Neste ano, também, são revogados os Decretos-Leis 477 e 228. Ainda em 1980, com a eleição de Aldo Rabelo, inicia-se a fase de hegemonia do PC do B⁵³, na União Nacional dos Estudantes.

⁵³

Partido Comunista do Brasil - PCdoB.

Nesse clima de *abertura lenta e gradual*, proposto pelo governo, a UNE permanece na luta, defendendo a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, pela revogação da Lei de Segurança Nacional, pela sua própria legalização, pela apuração dos atentados terroristas, como a bomba do Rio Centro, dentre outros. No ano de 1982, o Governador Leonel Brizola concede uma nova sede para a UNE localizada na rua do Catete 243, no Rio de Janeiro. E em 1984, depois de se empenhar efetivamente nos comícios pelas “Diretas Já”, a UNE apóia a candidatura, de Tancredo Neves à Presidência, (ainda através de voto indireto) por acreditarem que a candidatura de Tancredo era a melhor expressão frente que queria extinguir o autoritarismo que prevaleceu por 20 anos no país.

Em 1985 o presidente José Sarney sanciona a Lei nº 142, de autoria do ex-presidente da UNE e atual deputado federal pelo PC do B de Goiânia, Aldo Arantes, que legitima a UNE como a entidade nacional de representação dos estudantes das instituições de ensino superior do Brasil. O presidente da UNE, no momento do retorno da legalidade da entidade, é o alagoano Renildo Calheiros. (idem, *ibidem*).

O Partido dos Trabalhadores detém a liderança na presidência da UNE em 1987, pondo uma pausa nas consecutivas gestões lideradas pelo PC do B, mas já em 1989, mas é a composição da diretoria da UNE deixa de ser *Majoritária*, onde quem vence o pleito fica com todos os cargos, para ser *Proporcional*, cujos votos recebidos pelas chapas concorrentes influenciam na composição da diretoria, respeitando a quantidade de votos que cada chapa conseguiu obter. Depois desses dois anos da direção da entidade encabeçada pelo PT, o PC do B, volta a liderar o movimento estudantil, até os dias atuais.

Vale destacar a importância do ano de 1989 para as forças de esquerda. O ano é marcado pela queda do Muro de Berlim. O fato é persistentemente festejado pela mídia e utilizado pelas forças conservadoras para advogar a inviabilidade do projeto socialista. No plano mundial, simultaneamente, a queda dos regimes do leste europeu dá-se a rearticulação das forças conservadoras a partir do neoliberalismo. Desde então assiste o recuo das forças de esquerda no Brasil, a desistência da luta de classe pela hegemonia e pela superação do capitalismo em nome do “possível”, da defesa da cidadania a partir da colaboração de classe. O grupo majoritário do PT, passa a priorizar os êxitos

eleitorais a qualquer custo.

No ano de 1993, o terreno da Praia do Flamengo, nº 132, volta às mãos dos estudantes, através de decreto do presidente Itamar Franco. O presidente da UNE no período da devolução do terreno, Fernando Gusmão, de acordo com Barcelos, “referendou a importância histórica do ato, afirmando que aquele terreno simbolizava um dos mais belos patrimônios dos democratas brasileiros”. (1997, p.78).

O PC do B consolida, a cada ano, sua hegemonia dentro do movimento estudantil. Extraímos da Revista UNE – 60 anos a favor do Brasil, parte das entrevistas dos presidentes da UNE nos anos de 1995 a 1998, também filiados ao Partido Comunista do Brasil, Orlando Silva na gestão de 1995/1996) e Ricardo Capelli, presidente da UNE na gestão de 1997 a 1998.

Na entrevista que se segue, o ex-presidente da UNE, Orlando Silva, revela o que tem feito a UNE, na sua opinião, para expressar as aspirações dos estudantes. Uma reflexão do movimento estudantil na década de 90.

OS – Tem lutado para melhorar a qualidade de ensino das Universidades e, para isso, tem defendido um processo amplo de avaliação do ensino superior, no sentido de que haja uma avaliação interna e externa das Universidades, tem também, lutado pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, para que nosso país alcance um caminho para o desenvolvimento, tem ainda se mobilizado, junto com a UBES, CUT, MST e outros movimentos e entidades, pelas mudanças que o país necessita, tem, enfim, tido uma ação política que, ao mesmo tempo que visa denunciar os escândalos nacionais de destruição de nossa democracia, restrições aos direitos sociais, e ataque á nossa soberania, tem buscado elaborar saídas para a crise da Universidade, realizando campanhas e eventos que interessem aos universitários. São seminários, concursos de monografias, jornadas de iniciação científica, e muito mais. (idem, ibidem, p.80).

II - CAPÍTULO: A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES E A OFENSIVA NEOLIBERAL.

2.1. O GOVERNO LULA: CONTINUIDADE OU RUPTURA COM O PROJETO NEOLIBERAL?

Privatizaram sua vida, seu trabalho,
sua hora de amar e seu direito de pensar.
É da empresa privada o seu passo em frente,
seu pão e seu salário.
E agora não contentes
querem privatizar o conhecimento,
a sabedoria, o pensamento,
que só à humanidade pertence.
(BRECHET)

O aprofundamento da crise que se faz cada vez mais patente na estrutura do capital a partir dos anos 70 e que se agudiza nos anos 90, e que difere das demais crises anteriores, denominadas cíclicas, por possuir um caráter especialmente agudo e destrutivo, configurando-se como uma *crise*⁵⁴ *sem precedentes na história da humanidade*, impulsiona a uma ofensiva cada vez maior de ataque do imperialismo através das organizações internacionais⁵⁵, sobre os históricos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora, com sérias implicações para a política educacional dos trabalhadores, especialmente para o ensino superior.

⁵⁴ A novidade histórica da crise de hoje (estrutural) torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (Mészáros, 2002, 796).

⁵⁵ Organização Mundial do Comércio; Fundo Monetário Internacional; Banco Mundial, entre outros.

Na América Latina, por exemplo, as amargas vivenciadas pela classe trabalhadora argentina, mexicana, ou brasileira, como o crescente aumento do desemprego, para citar o mínimo, não são meras coincidências. São legítimas provas de que a ação dos organismos internacionais tem provocado a estagnação da economia, impondo miséria e sofrimento à milhões de pessoas, na busca desenfreada para viabilizar o cumprimento com os acordos “financeiros” firmados.

No contexto da crise planetária do capital, o Banco Mundial exerce profunda influencia nos rumos do desenvolvimento mundial, não apenas pelo volume de empréstimos e a abrangência de suas áreas de atuação, mas também pela intervenção que estrategicamente vem assumindo no processo de reestruturação neoliberal nos países em desenvolvimento mediante políticas de ajuste estrutural.

No Brasil, o processo de imposição de ordem neoliberal foi mais complexo e tardio do que nos demais países da América Latina. As lutas sociais que se expressavam desde os anos 70 contra a ditadura militar e que estiveram na base da construção do Partido dos Trabalhadores – PT, em 1980, da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1983, do Movimento dos Sem Terra – MST, em 1984, interditam até o início dos anos 90 a implementação das políticas neoliberais no país, que se inicia com eleição de Fernando Collor de Mello/ Itamar Franco em 1989, só conseguindo instalar-se, de fato, com todas as suas conseqüências, a partir de 1994, com o governo FHC.

Sobre as “ambigüidades” que caracterizaram o governo Itamar, Antunes resume: “quanto mais no social, na miséria e sofrimento de milhões de compatriotas (...), mais implementa um projeto com traços de continuidade do Projeto Collor, critica a fome e concede mais de 1 bilhão de dólares aos usineiros, fala de projeto autônomo e independente, mas dá continuidade às privatizações escandalosas como a da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), chama Luiza Erundina para um ministério fraco e recruta Eliseu Resende para o Ministério da Fazenda, em vez de criar um imposto para o capital financeiro, tributa o assalariado que recebe pelos bancos”. (2004, p.21).

Para cumprir os acordos, não é necessário apenas o pagamento dos aviltantes juros estabelecidos nos empréstimos, mas, sobretudo, reestruturar economicamente suas políticas de estado.

No que respeita à educação, e que não difere de outros setores como saúde, previdência entre outros, é contínua a política de desmonte do setor público, consolidada desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994/1998), bem como a ampliação de incentivos à iniciativa privada, na tentativa de enxugar os gastos do Estado, eximindo-o, cada vez mais, de suas responsabilidades sociais, na tentativa de garantir sua condição mínima para os trabalhadores e de Estado máximo para o capital.

Nos oito anos do governo FHC, embora reduzida a taxa de inflação, a economia brasileira cresceu mediocrementemente, o desemprego atingiu níveis recordes, a massa salarial diminuiu, os salários reais caíram, e a dívida externa atingiu níveis inéditos, mantendo, ao mesmo tempo a concentração de renda e riqueza.

A adesão à política de “Estado mínimo” pelo governo brasileiro deu-se no início da década de 90 com a reforma do Estado brasileiro propugnada pelo, à época presidente, Fernando Collor de Melo⁵⁶, aderindo incondicionalmente às diretrizes do Consenso de Washington⁵⁷. Contudo, foi no governo de FHC, que o processo deslanchou, sobretudo, no que se refere ao desmonte dos direitos sociais trabalhistas. Vale destacar, com base em Antunes, a virulência com que enfrentou a greve geral dos petroleiros, no início do seu governo, para o que não hesitou em recorrer ao poder simbólico dos “tanques e dos militares”, a pretexto de preservar o patrimônio nacional que ajudava a lapidar.

Propagandeado como solução para a crise que enfrentavam as economias em desenvolvimento, as diretrizes do Consenso passaram a ser impostas como condição para que as agências internacionais concedessem créditos aos países latino-americanos.

⁵⁶ O governo Collor legou-nos um vasto processo de privatizações, financeirização, desregulamentação, além do que a acelerou a precarização social.

⁵⁷ Congresso realizado em Washington, em 1989, onde reuniram-se diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, além de representantes dos grandes órgãos e instituições credoras dos países de terceiro mundo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Central e Secretaria do Tesouro estadunidenses. O encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, com o tema “*Latin American Adjustment: How Much has Happened?*” objetivava discutir a urgência e as perspectivas de reformas econômicas na América Latina, como também, o andamento das reformas, àquela época, já em curso. O pesquisador inglês John Williamson, membro fundador do instituto promotor do evento, elencou os pontos consensuais entre os participantes do encontro. Estes pontos consagraram-se na história sobre a alcunha de Consenso de Washington e versavam sobre: Disciplina Fiscal; Focalização dos Gastos Públicos; Reforma Tributária; Liberalização Financeira; Taxa de Câmbio Flutuante; Liberalização do Comércio Exterior; Eliminação de Restrições ao Capital Externo; Privatização; Desregulamentação; Defesa da Propriedade.

O cumprimento das exigências dava às agências uma maior confiança no retorno de seus investimentos e no pagamento das altas parcelas da dívida externa devida pelos países periféricos aos países de capitalismo central.

É necessário deixar claro que não pretendemos examinar cada um dos governos que contribuíram com a agenda neoliberal, mas apenas o governo Lula, por ser, o presidente, ao menos em discurso, um defensor dos direitos dos trabalhadores, o que por si só torna o período especial para a presente investigação sobre os rumos pretendidos para a universidade brasileira.

No Brasil, a insatisfação provocada pelas tentativas cada vez mais ousadas do capital em crise na busca de recuperar suas taxas de lucros, aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2002, decidia-se em meio ao calor das urnas brasileiras o homem que a partir de janeiro do ano seguinte, governaria o país. Era ele, Luís Inácio Lula da Silva, o operário, ex-torneiro mecânico, sindicalista, oriundo da classe trabalhadora, e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) que fora escolhido com o percentual recorde na história do país - 61% dos eleitores, algo em torno de 52 milhões de brasileiros aclamaram Lula presidente no segundo turno das eleições presidenciais brasileiras. Enfim, depois de quase duas décadas, “A esperança vence o medo!” Alardeava-se a frase aos quatro cantos do mundo. Os principais jornais de vários países não cessavam de noticiar o ocorrido no gigante da América Latina. Parecia até que o socialismo batia às portas do “país do futebol”, como se a vitória de Lula não tivesse sido possibilitada pela aliança estabelecida com setores importantes da burguesia, que inclusive conta com um representante do Partido Liberal (PL) na chapa, o empresário e ex-senador, José Alencar.

O PT, fundado em 1980, no período de redemocratização, provocado pela resistente ofensiva do movimento operário e camponês, e em decorrência do processo grevista centrado no ABC Paulista, iniciado em 1978, cujos principais líderes transformariam-se nos principais lideranças do novo partido. Nas eleições de 1982, para governador do estado de São Paulo, o PT realiza sua primeira experiência eleitoral, obtendo em torno de 11% dos votos, sob a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva. O *slogan* da campanha de Lula fora: “Vote no três, o resto é burguês”. A partir de 1989, para as eleições presidenciais brasileiras, define-se as candidaturas da Frente Brasil Popular, concretizando alianças com figuras políticas dos setores da burguesia. Vale salientar

que o partido dos trabalhadores disputara as eleições presidenciais também em 1994 e 1998. (COGGIOLA, 2004).

O PT, como observa Antunes (2006), abandona o seu projeto de origem - e,

Em pouco mais de duas décadas, migrou das classes trabalhadoras, sua base original, para as classes médias e, agora, depois de arrebanhar os assalariados públicos e empobrecer terrivelmente as camadas médias, tenta encontrar solo para pousar ns interesses privatistas presentes nos fundos de pensão, em aliança com o corrompido sindicalismo de negócios. (2006, p. 43-4)

Após a campanha eleitoral de 1989, torna-se cada vez mais visível a revisão programática do partido que passa a priorizar o êxito eleitoral em detrimento de quaisquer outros objetivos políticos, e a partir de qualquer arco de alianças. É a nova postura adotada que torna a candidatura do PT confiável e até providencial no sentido de implementar a contra-reforma da burguesia. Como afirma Antunes, o PT é uma “esquerda fora do lugar”.

Fora justamente essa aliança e, sobretudo, o documento intitulado *Carta ao povo brasileiro*, elaborada ainda em junho, e, portanto, antes das eleições, que oportunizou o candidato do partido dos trabalhadores a conquistar a confiança dos investidores estrangeiros no Brasil e conseqüentemente a vitória eleitoral. No referido documento, “a direção do PT comprometeu-se com as leis de “responsabilidade fiscal” e o superávit primário; o pagamento da dívida externa; a submissão plena ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Tais compromissos tornaram clara a submissão das propostas da *Frente Popular* aos ditames do mercado⁵⁸, numa demonstração que a carta ao povo brasileiro é o seu compromisso com o projeto neoliberal.

A expectativa gerada em torno da campanha bem como a consolidação da vitória eleitoral fazia da maior parte dos segmentos da classe trabalhadora e da intelectualidade do país, de um modo geral, apostar nas mudanças necessárias para o desenvolvimento e crescimento da nação. Até os não muito afetos à política se entusiasmaram com a sucessão de reportagens pós-eleição, envolvendo o presidente Lula e sua história.

⁵⁸ A classe trabalhadora que apostou na campanha eleitoral de Lula, que afirmava “duplicar o salário mínimo em quatro anos”, teve que manter incrédula a querela do parlamento em torno do tema, quando Lula tornou uma questão de honra combater os partidos (PSDB e PFL), que apoiaram, curiosamente, a ampliação dos salários.

Produções tão bem elaboradas que poderiam emocionar até aqueles mais céticos.

Para grande parte da intelectualidade brasileira e da juventude vinculadas à área educacional, seja ela de ensino superior, médio, básico ou técnico, as esperanças eram depositadas na ardorosa crença de defesa da educação pública e de qualidade. Já mal começara o governo e os dois homens escolhidos para estar à frente da Pasta da Educação⁵⁹, Cristovam Buarque e Roberto Amaral, dão sinais de que não tardará para a *estrela* começar a ofuscar seu brilho. As propostas para Ciência e Tecnologia⁶⁰ (C&T) não divergiam muito das propugnadas por Fernando Henrique Cardoso (FHC), o ex-presidente. A confiança no debate com a comunidade acadêmica sobre os problemas das universidades públicas do país, em explícita situação de sucateamento, não vingou, e o pior, seu propositor fora substituído por Tarso Genro. Este sim, não hesita em mostrar serviço, já instituindo, de início, uma comissão interministerial, denominada de Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)⁶¹ para elaborar um diagnóstico das universidades brasileiras. (idem, idem).

2.1.2 - A UNE no palanque: de FHC a LULA - do embate ao apoio.

No primeiro congresso de estudantes, após a eleição de FHC para a Presidência da República, foi eleito o baiano, Orlando Silva, em junho de 1995, no 44º Congresso da UNE, realizado na capital federal, com a chapa “*Saudações a quem tem coragem!*”, também do PC do B, com apoio de independentes, contra o “*encarniçado combate do*

⁵⁹ Referimos-nos, aqui, como educação no sentido amplo, abrangendo também a área de Ciência e Tecnologia.

⁶⁰ Em dezembro de 2004, a Lei 10.973 encaminhada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, conhecida como Lei de Inovação Tecnológica e que tem como objetivo de incentivar as parcerias entre as universidades e as empresas na produção do conhecimento, buscando-se alinhar a pesquisa aos interesses do capital.

⁶¹ O GTI, formado por três ministérios da Educação, do Planejamento, da Fazenda, de Ciência e Tecnologia além da Secretaria Geral da Presidência e da Casa Civil, objetiva em última análise, elaborar idéias para a reforma universitária. O documento elaborado pelo Grupo é dividido em quatro partes: 1) ações emergenciais; 2) autonomia das federais; 3) linhas de ação imediata para mudar o quadro atual; e 4) etapas para a formulação e implantação da reforma universitária.

*PT*⁶² e do *PSTU*⁶³”. (POERNER, 2004, p.301).

Como vimos, após a sua reestruturação em 1979, a UNE tem se empenhado em lutas mais concretas, voltadas ao plano nacional, e, especialmente, o educacional. Após o bom relacionamento desenvolvido com a presidência de Itamar Franco, a UNE volta a desempenhar seu papel aguerrido nos embates contra o governo de FHC, por discordar com a postura neoliberal do presidente, de privatizações desmedidas, flexibilizações em massa, redução dos direitos e das conquistas dos trabalhadores, bem como por submeter o Brasil aos ditames da política externa, econômica e comercial, e, no plano educacional, concretizou-se o embate contra o teor das reformas propostas pelo governo para o ensino superior, na gestão do Ministro Paulo Renato de Souza, também de caráter neoliberal, que seguiam orientação do Banco Mundial. Entre os esforços realizados para impedir o crescente avanço dessas propostas, bem como sua implantação, concentrou-se a Realização do Seminário Latino-Americano de Reforma Universitária, na cidade de São Paulo, em novembro de 1996.

Ainda nessa esfera de embate contra o governo, os estudantes se empenharam no protesto contra o Projeto de Reforma da Previdência, que levou a aposentadoria em massa dos melhores quadros de professores das Universidades, e a aposentadoria precoce de muitos, realizado, em março de 1995, ainda na gestão do ex-presidente da UNE, Fernando Gusmão, bem como a realização de uma grande assembléia que mobilizou mais de 1.500 estudantes, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, contra um projeto que já, se encontrava na Câmara dos Deputados, de cobrança de mensalidade nas universidades públicas. E de acordo com Poerner, todos esses acontecimentos de embate estudantil contra o governo feral da época, aconteceram quando ainda reinava o sucesso da estabilidade monetária, sob o lema “Eu não agüento FHC”.

Ainda desse tempo é campanha contra o sistema de avaliação do governo de FHC, denomina Exame Nacional de Cursos - ENC, conhecido entre os estudantes como “Provão”. A UNE e muitas outras organizações estudantis, como as federações de curso etc, desempenharam uma forte “propaganda” contra o chamado Provão, incentivando a

⁶² Partido dos Trabalhadores – PT.

⁶³ Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU.

elaboração de um novo sistema que avaliasse as condições de ensino, e não o “ranqueamento de notas” que o exame propunha, sob o lema “*O Provão não prova nada*”, o que levou muitos alunos a boicotarem a prova, deixando-a em branco. Mas, apesar de todos esses embates desenvolvidos na gestão do baiano Orlando Silva⁶⁴. Segundo Poerner, o presidente da UNE marcou sua gestão também por procurar desenvolver uma maior aproximação com reitores, professores e servidores, bem como os ex-presidentes da UNE. (idem, ibidem).

Em julho de 1997, no 45º Congresso da Entidade, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, pela 1ª primeira vez uma corrente petista, Articulação, apóia a chapa da União da Juventude Socialista – UJS, (juventude do PC do B), hegemônica na UNE desde 1991, elegendo com 1.521 votos o carioca Ricardo Cappeli, contra os 216 votos conquistados pelo PSTU. As demais chapas inscritas, em número de 5, não reuniram mais que 432 votos, juntas.

Em 1998, a UNE se engajou na greve das universidades públicas contra o congelamento dos salários dos professores e dos servidores, bem como contra a reeleição de FHC, apoiando a chapa de Lula e Brizola, que contou com o apoio do PC do B e do PSB⁶⁵. Após a derrota dos seus candidatos, a UNE estreita ainda mais o relacionamento com governador de Minas Gerais, Itamar Franco, eleito nesse mesmo período eleitoral. A UNE, sob a mesma direção, formada pela corrente petista, Articulação, e o PCdoB, diga-se de passagem que estão hoje na frente do poder, desempenhando a mesma política.

No final de sua gestão, Ricardo Cappeli, retoma o contato com a produção artística, científica e cultural, inspirada nos antigos CPC's, realizando na última semana de janeiro de 1999, a 1ª Bienal de Arte e Cultura da UNE, em Salvador, e que posteriormente, vai impulsionar a criação dos CUCA⁶⁶s nos demais estados brasileiros. Nesse evento compareceram vários artistas e intelectuais como “*a atriz e escritora*

⁶⁴ Vale ressaltar que foi na gestão de Orlando Silva que a Revista UNE - 60 anos a favor do Brasil foi criada, em comemoração aos 60 anos da entidade, sendo, inclusive, uma idéia sua.

⁶⁵ Partido Socialista Brasileiro – PSB.

⁶⁶ Hoje existem ao todo 10 CUCAS no país.

*Jalusa Barcellos*⁶⁷, o ator Francisco Milani (testemunha do assalto à sede da Praia do Flamengo na madrugada do golpe), o cineasta Sílvio Tendler, Mano Brown com os Racionais MC, Dada Maravilha, falando sobre o futebol na cultura brasileira e muito mais”. (idem, ibidem, p.304).

Ainda em 1999, a UNE coordena, juntamente com o MST e a CUT, a “Marcha dos Cem Mil”, realizada em Brasília, resultado das decisões do Fórum Nacional de Lutas – FNL, que além das já referidas, reúne dezenas de outras organizações, e contou com a presença de Lula, Brizola, e Miguel Arraes, pela abertura da CPI que investigaria as denúncias de irregularidade nas privatizações do Governo FHC.

O desejo de fazer o movimento mais aberto, abrangente e democrático do presidente Wadson, se concretiza na cidade de Porto Seguro, onde estudantes, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra MST e o Movimento Indígena e o Movimento Sindical se reuniram no protesto no ato de comemoração dos 500 anos da Brasil, contra a opressão, a exploração e a exclusão social presentes em todos os 500 anos de nossa história.

[...] em São Paulo, nos atos pela cassação do prefeito Celso Pitta e pela ética na política, assim como em solidariedade às greves dos professores das escolas e universidades do estado; no Rio, nas manifestações que levaram milhares de estudantes às ruas pelo passe livre nos transportes coletivos, pela reserva de 50% das vagas nas universidades públicas para egressos da rede pública e, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, contra a corrupção (*Jornal do Brasil*, 11 ago. 2000, p. 19); em Brasília, nas passeatas em defesa do ensino público e pela cassação do mandato do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF); em Salvador, onde a repressão de tropa de choque da Polícia Militar a uma manifestação (a segunda numa semana) de cerca de oito mil universitários e secundaristas na Universidade Federal da Bahia, pela cassação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em 16 de maio de 2001, resultou em 18 feridos, várias detenções e depredações em alguns prédios do campus (*Jornal do Brasil*, 17 maio 2001); em Belém, nas mobilizações suscitadas pelas denúncias de corrupção contra o senador Jader Barbalho e familiares; e em Belo Horizonte, onde os jovens voltaram a pintar os rostos – de verde-e-amarelo – para protestar, com professores municipais em greve, contra a política educacional do governo FHC (*Jornal do Brasil*, 31 mar. 2000, p.5 apud idem, idem, p.306).

De acordo com Poener, a gestão de Wadson procurou “fazer de cada luta específica uma

⁶⁷

Autora da Revista UNE – 60 anos a favor do Brasil.

luta geral contra o sistema, contra o projeto neoliberal”. Fato marcante para a história do movimento, de acordo com os registros abordados por Poerner, foi a convocação de uma dessas passeatas contra o governo FHC e pela instalação da CPI da Corrupção, convocadas pela UNE e UBES com apoio da AMES⁶⁸, no Rio, - enquanto os milhares de estudantes com as “caras-pintadas” entoavam o Hino Nacional,

“o tenente-coronel Hélio Luís, do 13º Batalhão subiu ao carro de som para ordenar, sob o aplauso dos jovens, que os soldados não interferissem. Foi a primeira vez que se viu um policial num palanque estudantil de protesto antigovernamental. (Jornal do Brasil, 29 mar. 2001, p.5-6 apud idem, idem, p. 307).

Acredita, ainda, Cappeli, que a resistência estudantil de sua gestão contribuiu para impedir FHC de privatizar o ensino superior, e que essa luta trouxe como vitória concreta, dentre outras, a redução das mensalidades na PUC do Paraná, influenciando a respectiva legislação.

Em 2001, a UNE realiza a 2º Bienal no Rio de Janeiro, contando, curiosamente, com o apoio da Rede Globo, que contou com a participação de vários artistas e intelectuais como Oscar Niemayer, Ferreira Gullar, Fernando Peixoto, Augusto Boal, Tom Zé, Ziraldo e O Rappa, entre outros. Ainda na gestão de Wadson, a UNE ganha das mãos de Oscar Niemayer um projeto para a reconstrução de sua sede na Praia do Flamengo, nº 132, que passaria a se chamar Centro Cultural Vianinha – em homenagem ao ator e dramaturgo Oduvaldo Viana Filho, que exerceu importante destaque no antigo CPC, que acolheria os CUCAs.

Para a concretização do projeto, o primeiro passo seria a desocupação do terreno, explorado com estacionamento, embora oficialmente devolvido à UNE no governo Itamar. Quanto aos recursos financeiros, a entidade conseguiu no Congresso Nacional, através de nove emendas parlamentares, que R\$ 900 mil fossem destinados à obra, mas o governo FHC não liberou a verba. (idem, ibidem, p.308).

No 47º Congresso da UNE, realizado em Goiânia, no ano de 2001, é eleito com 62% a chapa do carioca (radicado em São Paulo), Felipe Maia, 23 anos, também do PC do B, que pela sétima vez consecutiva ganha a presidência da UNE. Dessa vez, contou com o apoio do PDT, PSB, PMDB e PTB. “*A principal chapa adversária, ligada ao PSTU e a*

⁶⁸

Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas – AMES.

esquerda do PT, ficou com 22% dos votos; a do grupo “Articulação e Unidade na Luta”, do PT, com 7% dos votos.” (POERNER, 1995, p.308).

A chapa teve aprovadas as suas propostas para as questões escolhidas mais polêmicas: a manutenção do controle da UNE sobre a emissão da carteira de estudante, principal fonte de renda da entidade (R\$ 1,9 milhão em 2000), e da eleição indireta dos presidentes, através de delegados sufragados nas universidades. As oposições vinham tentando, há anos, tornar o pleito direto, com a esperança de romper a hegemonia da UJS, mas a idéia foi, mais uma vez, considerada inviável pela maioria. (idem, ibidem, p.308).

Em agosto de 2001, o então Ministro da Educação da época, Paulo Renato de Souza, edita uma medida provisória que impede a UNE de continuar com o monopólio da emissão das carteirinhas estudantis. Essa medida representou “um baque financeiro para a UNE, que recebeu a solidariedade de muitos parlamentares, da OAB e até do presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello, mas não conseguiu reverter a situação”. (idem, ibidem, p.309).

A UNE aderiu, então, à greve que paralisou por mais de 100 dias, até o final de novembro, as universidades federais, exauridas pela prolongada política governamental de cortes de verbas e de arrocho salarial. Esta greve, que contou com o apoio de reitores, ajudou a sepultar as veleidades presidenciais do ministro. (idem, ibidem, p.309).

A UNE participa, ainda, em 2002, do Fórum Social Mundial, na cidade de Porto Alegre, defendendo a soberania nacional e articulando uma frente internacional contra a proposta de inclusão da educação na OMC⁶⁹, que transforma a educação em serviço, entenda-se mercadoria.

Nesse mesmo ano a eleição presidencial é disputada por um ex-presidente da UNE, mas a UNE o vê como adversário vez que demonstra e intensifica seu apoio, na candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, que venceria as eleições.*

As propostas da UNE, elaboradas num seminário para isto convocado, foram encaminhadas, sob a forma de uma “Carta-compromisso”, aos candidatos ao primeiro turno duplo, com a

⁶⁹ Organização Mundial do Comércio – OMC.

solicitação de que com elas se comprometessem. Já no segundo turno, com a disputa polarizada entre Lula e Serra, a UNE organizou, com a Ubes, um grande plebiscito nacional, com a adesão de 400 mil estudantes, que decidiram pelo apoio a Lula, posição ratificada pela diretoria e anunciada por Felipe Maia no comício do candidato petista em Florianópolis. Nem poderia ter sido diferente, já que a entidade, desde o começo do governo Fernando Henrique, cerrara fileiras na luta contra o neoliberalismo. (idem, ibidem, p.309).

Contudo, se parte dos estudantes apoiou Lula, “visando cerrar fileiras contra o neoliberalismo” teve que enfrentar o fato deste iniciar seu governo com proposta da “reforma” da previdência social, encaminhada já nos primeiros meses do seu primeiro mandato que retirava direitos, penalizava os trabalhadores, inclusive os já aposentados, dando continuidade a política econômica de FHC, e aos compromissos com os Organismos Financeiros Internacionais.

Passado o primeiro mandato, fica clara a orientação do governo de dar continuidade as reformas do Governo FHC. Tendo efetivado a reforma da previdência, o governo propõe a reforma trabalhista e sindical além da “reforma” universitária, todas contrárias aos interesses dos trabalhadores.

Como é bem sabido, a UNE tem afirmado a sua disposição para desenvolver um espaço democrático de diálogo com o governo, sobre a reforma universitária, defendendo, inclusive, sua proposta para o ensino superior brasileiro. Para tanto, tem se empenhado em estar presente em cada uma das 27 capitais do nosso país, levando o debate até os estudantes. Os esforços para essa empreitada concretizaram-se com os encontros batizados de Caravana da UNE, realizada nos vários estados de todo o país. Tal medida não tem conseguido obter bastante êxito.

No Ceará⁷⁰, por exemplo, a Caravana da UNE, não congregou um bom número de participantes, não ocorreram debates, restringindo-se o evento à fala de alguns representantes da Entidade, que versaram sobre a proposta do governo e os reconhecidos limites da mesma, sem, contudo, haver uma expressiva, ou mesmo tímida, defesa de uma autêntica contra-proposta que tivesse a voz da estudiantada do Brasil, como outrora se viu.

⁷⁰ Tivemos a oportunidade participar do encontro realizado pela Caravana da UNE, em Fortaleza, na UFC, no dia 05 de Maio de 2004.

Referida Caravana distribuía, em seu local de realização⁷¹, adesivos e alguns exemplares de jornal e de revistas produzidos pela entidade. A pouca capacidade de mobilização da UNE expressava-se no reduzido número de estudantes, comparado-se ao universo de 21 mil que estudam hoje somente na UFC. Os estudantes presentes empunhavam bandeirinhas que faziam alusão a UNE ou a União da Juventude do PCdoB,- UJS, direção majoritária da UNE.

Depois das falas dos representantes da UNE que compunham à mesa, alguns poucos comentários da platéia, todos avaliando que o projeto de reforma universitária não estava concluído, estando, portanto, em disputa. A nossa participação no referido evento oportunizou que pudéssemos registrar o abaixo assinado aqui em seus próprios termos.

Nos últimos oito anos a Universidade Brasileira sofreu duros ataques com o processo de implementação do projeto neoliberal que se materializou na mercantilização da educação. Por esse motivo, identificamos a necessidade de mudanças estruturais, ai reafirmar sua luta histórica em defesa em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade, convoca todos os estudantes e a sociedade brasileira a participar da campanha pela reforma universitária, através da adesão a este abaixo assinado, tendo como eixos centrais os seguintes pontos: - Regulamentação do Ensino Pago, já!; Por uma nova lei de mensalidades; Queremos um novo crédito educativo e mais bolsas de estudos - Democracia já!; Pela aprovação da Lei de dirigentes que dá autonomia às universidades; Por conselhos paritários e eleições diretas para reitor; Contra taxas e cobranças de qualquer natureza nas universidades públicas - Financiamento já!; Pela derrubada dos vetos do PNE que Institui 7% do PIB para educação – Acesso já!; Dobrar, com garantia de qualidade, o número de vagas das Universidades Federais Brasileiras até 2007; Criação de novas vagas nas universidades públicas municipais e estaduais. (ABAIXO-ASSINADO/UNE,2004).

Os mecanismos que vêm sendo utilizados atualmente pelo movimento estudantil encabeçado pela UNE, para expressar sua indignação e para lutar pelos interesses dos estudantes têm sido alvo de constantes críticas. O fato da entidade não encaminhar manifestações que tornam invisíveis, chamem a tenção da opinião pública, sob a forma de passeatas, ou seja, levando os estudantes às ruas, constituem alvo de críticas, que vão desde os protestos sob a forma de abaixo-assinados, às pequenas e insuficientes “manifestações” de indignação que se apresentam no *site* da entidade, e que vão evoluir para a fragmentação do movimento estudantil, com a criação da CONLUTE, e que reclama entre outras:

⁷¹ O debate aconteceu no Auditório Castelo Branco, pertencente a Universidade Federal do Ceará.

(...) que a UNE não é nossa interlocutora no debate da Reforma Universitária. Decidimos tomar esta tarefa em nossas próprias mãos e nos transformarmos num instrumento capaz de levar este combate e de fazer com que ele seja abraçado pelo conjunto dos estudantes brasileiros. Estamos certos do enorme desafio que esta luta representa. Mas, também, estamos dispostos a aceitá-lo, convictos de que ela poderá ser construída através da unidade com todas as entidades, grupos, correntes, sindicatos, estudantes e trabalhadores que estejam dispostos a lutar contra o plano econômico e as reformas neoliberais deste governo. (CONLUTE, on line, 2004).

De acordo com o referido documento, a UNE tem agido, como corriqueiramente o movimento estudantil combativo denomina de governista. Tal postura, encontra explicação no fato de que as tendências majoritárias que estão na direção pertencem a partidos que estão na base do Governo Lula, ocupando inclusive cargos de primeiro escalão, como o Ministro da Articulação Política, Aldo Rabelo, e o Ministro dos Esportes, ambos vinculados ao Partido Comunista do Brasil, PCdoB, tentando, assim, impedir que a luta dos trabalhadores e dos estudantes se choquem com o governo Lula. (idem, idem).

Em 2003 acontece o 48º Congresso da UNE, novamente em Goiânia, com a presença de 15.000 estudantes, e é eleito Gustavo Petta, 22 anos, também do PC do B, com apoio do PPS, do PDT e do MR-8, contabilizando a 8ª vitória à frente da presidência da UNE.

Em junho de 2005⁷² realizou-se também o 49º Congresso da UNE, ou CONUNE como é conhecido entre os estudantes, em que pela primeira vez houve reeleição na história do movimento estudantil, reelegendo o então presidente Gustavo Lemos Petta.

Em 2006, ocorre novo processo eleitoral, e Lula é novamente eleito, com grande apoio da entidade nacional dos estudantes, para mais quatro anos de mandato. Mas, desde o primeiro mandato de Lula, a UNE vem solicitando ajuda ao governo federal para reconstruir a sede da Entidade, “destruída” pelo golpe, assim que a mesma obtiver o mandato de reintegração de posse, que tramita na justiça. A UNE luta também pela ação de inconstitucionalidade à medida provisória ex-Ministro da Educação, Paulo Renato de

⁷² A UNE realizou ainda duas Bienais, uma em São Paulo, no final de fevereiro, início de março de 2005, que adquiriu caráter internacional, e contou com a ilustre presença do Ministro da Educação de Cuba, bem como a irmã de Ernesto Che Guevara, Alêda Guevara e agora no início do ano de 2007, foi realizada a 5º Bienal, no Rio de Janeiro.

Souza que cassou a exclusividade na emissão das carteiras de estudante.

Agora, nos últimos dias em que escrevemos, às vésperas de completar 70 anos de existência, UNE encabeça uma nova campanha “A UNE de volta pra casa”, na tentativa de readquirir a posse do histórico terreno onde foi sua sede, na Praia do Flamengo, nº 132. Desde o dia 1º de fevereiro do corrente ano, cerca de 150 estudantes ocuparam o local da antiga sede, que hoje serve de estacionamento, como vimos e permanecendo lá acampados desde essa data, e já começaram a reestruturar o espaço para a construção da nova sede das entidades estudantis, junto a um Centro Cultural e o Museu da Memória do Movimento Estudantil.

2.1.3. A UNE e a contra reforma universitária do governo LULA: quando o medo venceu a esperança.

“E somos um bando de sonâmbulos, passeando com felicidade por lugares sem sol, nem lua”.

CECÍLIA MEIRELES

Concordamos com Godoi⁷³, que “a reforma universitária” proposta pelo Governo Lula é mais umas das medidas para complementar as reformas⁷⁴ do Estado brasileiro

⁷³ José Domingues Godoi Filho, representante do Sindicato Nacional dos docentes do Ensino Superior – ANDES – SN, em entrevista ao repórter Cláudio Bandeira da Tarde, sobre a Reforma Universitária.

⁷⁴ Essa reforma do Estado, na qual a reforma universitária é um dos aspectos, não se limita ao modelo neo-liberal. Na verdade, o primeiro passo para a reforma do Estado deu-se em 1976, ano que coincide com a chamada rodada uruguaia do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Em 1994, o Gatt é transformado na Organização Mundial do Comércio (OMC) e sai daí uma série de decisões entre

iniciadas no governo Fernando Henrique Cardoso - FHC e, que aprofundada a orientação neoliberal”.

Não é mera coincidência o que nos diversos países, sejam eles latino-americanos ou europeus, está acontecendo no que respeita ao ensino superior. O ataque à universidade, só pode ser entendido como parte da crise estrutural do capital. Esse movimento de ataque à universidade, configura uma tendência de mercantilização da educação, e a luta do capital em busca de novos mercados. O estudo do Prof. Osvaldo Coggiola revela isso,

Um terremoto parece estar abalando as universidades, nos mais diversos países. Na Inglaterra, o governo Blair empenhou a (pouca) responsabilidade política que lhe restava, para fazer aprovar, no parlamento (com escassa margem de votos, 316x311) a quase triplicação das matrículas nas universidades públicas, de 1125 para 3000 libras anuais. (ou US\$ 5300). Logicamente, haverá bolsas para estudantes carentes (que deverão ser reembolsados pelos beneficiados), e as anuidades serão administradas como créditos que os estudantes deverão pagar depois de formados, a partir de ganharem salários (anuais) de US\$ 25000. (...) Na Itália, por sua vez, a 17 de fevereiro, milhares de professores e estudantes manifestaram em Roma, contra a **(contra)reforma universitária** que está sendo implantada, um verdadeiro “pacote” com vários “presentes”: **precarização do trabalho (os pesquisadores, primeiro escalão da carreira, serão agora incorporados com contratos de tempo determinado, com salários reduzidos e a quase certeza, com exceções, de se encontrarem no olho da rua com 35-40 anos, devido à escassez dos concursos de contratação/efetivação), flexibilização do trabalho (abole-se a distinção “entre tempo pleno” – integral e - “tempo definitivo”, parcial), solução para o problema do financiamento via recursos privados para faculdades, cursos e até cátedras, através de fundações de direito privado”, abertas às empresas.** (COGGIOLA, 2004, p.70-1 – grifo nosso)

O que o autor revela como não coincidência, como dito, é a tendência do movimento maior de reestruturação da universidade que só pode ser entendido com a reestruturação do capital, em busca de novos mercados.⁷⁵ Uma tendência de mercantilização da educação que reflete a luta do capital em busca de novos nichos de mercado/lucratividade. Assumir a tarefa de prestação de serviços até então à cargo do Estado, agora fortemente criticado pelo neoliberalismo, que defendeu a livre escolha

as quais a que possibilitam aos “provedores privados de serviços” a liberdade de atuarem em qualquer canto do mundo. Entre esses serviços encontram-se a saúde, a educação, água, saneamento.

⁷⁵ OMC – constata através das estatísticas que a educação é a 2º atividade mais lucrativa do mercado.

dos indivíduos no mercado, como indutor da eficácia e eficiência dos serviços.

Permitindo-no aqui fazer um breve retrospecto da trajetória das atuais *Normas Gerais do Ensino Superior* - usualmente denominada de *reforma universitária*, do governo Lula. Vale lembrar que o processo de elaboração da proposta de reforma começou com o relatório do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, do governo Lula, em 2003, proposto pelo então Ministro da Educação, Cristovam Buarque, com objetivo de elaborar um diagnóstico da universidade brasileira, e que viria subsidiar as quatro versões⁷⁶ de anteprojeto da reforma, tendo a última versão, transformado-se no Projeto de Lei⁷⁷ - PL nº 7200/06.

O Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, é dividido em quatro partes que tratam das propostas emergenciais para enfrentar a crise das universidades federais; da autonomia universitária; do financiamento, afirmando ter como objetivo central enfrentar a “*crise atual das universidades federais e orientar o processo de reforma da universidade brasileira, para fazer dela um instrumento decisivo da construção do Brasil, ao longo do século XXI*”. (GTI, 2003, p. 01).

A nossa análise se deterá apenas na quarta versão, a qual se transformou no Projeto de Lei - PL 7200/06, enviado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional para tramitação, resultado das idas e vindas das três versões anteriores. Nesse embate reduziram-se 100 artigos da primeira versão para 58 na última, apresentando a segunda 72 e a terceira versão 68 artigos.

De acordo com Cêa, a primeira versão tem um caráter de interesse popular, não apresentado nas versões seguintes.

A posteriori, vê-se que a primeira versão cumpriu um caráter marcadamente político, que preparou o clima da reforma, sem pretensões de efetivar o caráter normativo das propostas ali apresentadas. As outras três versões assumem um tom mais

⁷⁶ As demais versões foram divulgadas respectivamente em 06 dezembro de 2004, 30 de maio de 2005 e 29 de julho de 2005.

⁷⁷ Geórgia Sobreira dos S. Cêa salienta em seu texto “As versões de Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior: princípios, impasses e limites” que “a diferença fundamental entre um anteprojeto e um projeto de lei é que o último constitui-se em uma ‘proposição que regula matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Presidente da República’” (INTERLEGIS, 2006 apud SIQUEIRA, NEVES, 2006: p.43).

“legalista” e mantêm a mesma estrutura (títulos, capítulos, seções, conteúdos dos artigos, parágrafos e incisos). (SIQUEIRA, NEVES: 2006, p.50).

Há aqueles que acreditam que talvez tenha sido o caráter da primeira versão, com algumas propostas de interesse popular, como a reserva de 50% das vagas do ensino superior para as cotas⁷⁸, a ser alcançado num prazo máximo de 10 anos, as eleições diretas para reitor e etc, que atraiu a simpatia da UNE em defesa da atual “reforma” universitária. No início desse processo a UNE chega a travar embates em forma moções de repúdio e protesto contra os empresários de ensino, responsabilizando-os pela redução do número de bolsas integrais previstas pelo Prouni de 25% para 4,25%.

De dezembro de 2004 - divulgação da primeira versão, a junho de 2006 – divulgação do último documento, a proposta de reforma perdeu vários artigos, entre eles, um dos mais importantes para os estudantes, haja vista que se luta por essa histórica bandeira há mais de 40 anos, de *eleições direta para reitor*. Contudo, a UNE toma posição de defender a reforma, apostando na negociação no congresso, propondo, inclusive, sua votação pelo Congresso em regime de urgência.

Antes de analisarmos as posições assumidas pela UNE face a proposta de “reforma universitária” faz-se necessário identificar os principais pontos definidos pelo PL N° 7200/06, relativos a bandeiras históricas do movimento estudantil, tomando como base o documento *Análise do Projeto de Lei n° 7200/06 – A educação superior em perigo -*, elaborado pelo ANDES/SN.

De acordo com o documento supracitado, os 58 artigos da 4ª versão do PL N° 7200/06, que expressam a proposta do Governo Lula para “reformular a universidade” brasileira não diferem muito das versões anteriormente publicizadas. Não pretendemos examinar cada um dos artigos, destacaremos alguns, considerados mais importantes, historicamente ligados às bandeiras de luta do movimento estudantil, para realçar o caráter regressivo da contra-reforma universitária que tanto nos preocupa.

Em relação à importantíssima questão do financiamento, vale destacar os artigos assinalados abaixo:

⁷⁸

Sistema de reserva de vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, para estudantes oriundos de escola pública, negros, e indígenas.

O art. 43 da 3ª versão que trata da destinação de 75% do orçamento dos recursos vinculados ao financiamento da educação, que de acordo com a Constituição Federal corresponde ao percentual de 18%, assegurado pela atual proposta por um prazo de dez anos.

De acordo com o ANDES-SN esse percentual não difere do percentual hoje destinado ao ensino superior. Vejamos a baixo, na íntegra, o que diz esse sindicato de professores.

Apenas dois artigos (43 e 44) compõem a Seção IV, que trata do financiamento das IFES no PL nº 7200/2006. As quatro versões do projeto asseguram que 75% dos 18% constitucionalmente vinculados à educação serão destinados às IFES (Art. 43). Entretanto, dados do próprio MEC demonstram que esses 18% têm-se mostrado insuficientes, pelos mecanismos de burla do dispositivo constitucional. Um dos instrumentos utilizados pelo governo para burlar os recursos destinados às áreas sociais, entre elas a educação, consiste na tática de criar contribuições e taxas, sobre as quais não incide a vinculação constitucional de recursos. Assim, em 2005, a receita proveniente de impostos representou apenas 29% da Receita Corrente da União, enquanto a receita proveniente de contribuições atingiu 59%. Outro mecanismo importante de burla é a aplicação da DRU (Desvinculação da Receita da União), que retira 20% das verbas das áreas sociais. (ANDES-SN, 2006, p.10).

Apesar das promessas de mais verbas para a educação, do discurso de que a educação é prioridade para o atual governo, o que se constata é a intenção de manter ou reduzir as verbas por um prazo de dez anos, mantendo-se um índice absolutamente insuficiente, dado o crescimento da demanda. Se por um lado se contingência os fundos públicos para as IES públicas, por outro se escoam os recursos para o setor privado, mediante o § 2, do Art. 8, que além de legalizar o PROUNI e o FIES possibilita o financiamento público para a pesquisa e extensão das IES comunitárias, deixando escoar, ainda mais, para as empresas de educação que se registram como comunitárias e/ou beneficentes os poucos investimentos destinados às universidades públicas.

O Art. 19 trata do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que estabelece um termo de compromisso entre as IES e o MEC, seria de grande importância se não necessitasse de aprovação do MEC, o que compromete a autonomia da universidade pública. E esse Plano também que legaliza as fundações de apoio (de direito privado), nas universidades públicas, que muito contribuem na captação de recursos privados e a oferta de cursos ao mercado, utilizando-se os espaços físicos e humanos da

universidade.

Se, por um lado intenta atacar a autonomia da universidade pública, por outro abre guarda para o setor privado no Art. 12, amenizando, consideravelmente, os requisitos para a instituição ser classificada como universidade tendo em vista o inicialmente estabelecido pela primeira versão do anteprojeto, reduzindo a quantidade mínima de cursos exigidos, bem como a titulação necessária aos professores. O Art. 16 ao tratar dos requisitos para os centros universitários; universidades especializadas e centros universitários especializados, que estabelecem uma certa autonomia para as instituições que não são universitárias, como aumentar vagas, e / ou criar cursos sem prévia autorização do MEC⁷⁹.

O Art. 7º, § 3º, permite as IES privadas validar os diplomas de pós-graduação emitidos por instituições estrangeiras⁸⁰, e o § 4º do mesmo artigo, legaliza a participação de até 30% do capital estrangeiro no controle das instituições privadas de ensino superior, e não determina o limite para as demais, denominadas de comunitárias e/ou as antigas confessionais - agora denominadas de associações, beneficentes etc, que corresponde a grande maioria das IES, mais de 90%. Como diz o velho jargão, “quem cala consente”, já que a nova legislação para reforma universitária brasileira, nada diz sobre o limite do capital para tais instituições, o seu silêncio pode significar que as mesmas sejam partícipes de até 100% do capital estrangeiro.

A proposta de eleição direta para reitor, em oposição a vigência da atual lista tríplice - alvo de muitas críticas pelo movimento estudantil, bandeira de luta historicamente defendida desde o início das manifestações da UNE, e brilhantemente presente no teor do já anunciado Manifesto de Córdoba no início do século, presente no art. 47 foi suprimido. A bandeira de luta historicamente desfraldada pelo movimento estudantil, e pela UNE, em relação a participação nos órgãos colegiadas, universal ou, no mínimo,

⁷⁹ Vale ressaltar que essa proposta não é nova, foi prevista também pelo Relatório Atcon.

⁸⁰ Concordamos com a justeza da inquietude do presidente da UNE, que observa corretamente sobre: “A recente compra de 51% das ações da Universidade Anhembi-Morumbi[□] pelo grupo Norte-Americano Laurete pelo valor de U\$\$ 69 milhões de dólares evidencia uma tendência que é preocupante para a educação nacional. Se a tendência se confirmar, poderemos ter a maioria das universidades particulares, suas características de ensino e o direcionamento da pesquisa, sendo controladas por centros de decisões exógenos ao nosso país”. (UNE, *on line*, 2005).

paritária, foi desconsiderada no Art. 25 que propõe a prevalência da majoritariedade dos professores.

O grande avanço, considerado pela UNE, da atual proposta de Reforma Universitária do Governo Federal refere-se à Assistência Estudantil, que prevê a aplicação de 9% do orçamento da instituição deverá pertencer a esse novo destino. Observe-se que não se amplia os recursos, e sim, subdivide-os, extinguindo ainda mais os poucos orçamentos para o ensino superior público, colocando também pertencente nesses 9% bolsas de pesquisa, e custos com extensão. Não sabemos ao certo qual foi mesmo a matemática que a UNE encontrou para concordar que esses 9% retirados do orçamento da universidade são motivo de defesa dessa reforma. Acreditamos que é mais uma forma perversa de maquiagem, ou mascarar a reforma universitária.

Em relação a contra-reforma encaminhada pelo governo Lula destacamos, com base na entrevista⁸¹ do presidente da UNE as posições assumidas pela entidade, face as importantes questões envolvidas, tais como a questão da autonomia, democracia da universidade e do seu financiamento.

Sobre isenção fiscal para instituições particulares, *Gustavo Petta* afirma que:

– A partir do momento que uma instituição é considerada lucrativa, ela não deve receber nenhum tipo de recurso público. E na nossa visão, isenção de imposto é, na prática, destinar recursos públicos. Por isso, somos contra o governo, quando impõe que as instituições privadas que aderirem ao *Universidade Para Todos* recebam o benefício. Essas instituições possuem papel importante na formação dos estudantes. Mas elas devem ser fiscalizadas pelo Ministério da Educação. Ou seja, devem responder a um sistema nacional de educação superior, que precisa ser constituído no nosso país. Temos de entender que as instituições privadas não podem comercializar o ensino. A educação é um setor estratégico, que está inserido no campo dos direitos e, portanto, o estado não pode permitir que ele seja comercializado como serviço. (UNE, *on line*, 2004).

Gustavo Petta, ainda responde, por ocasião da entrevista, sobre as diferenças das universidades particulares e das filantrópicas?

⁸¹ Gustavo Petta, no dia 14 de outubro de 2004, no caderno do Suplemento 2004 da Folha Dirigida.

– As filantrópicas recebem isenção de impostos com a obrigação de reverter este benefício para as atividades sociais. A questão hoje é que poucas exercem de fato a filantropia e respondem a esses critérios, e não existe nenhuma legislação que coloque claramente quais são as obrigações dessas instituições. Por isso é necessário que haja uma regulamentação. O que não pode é ficar como está hoje. Se as universidades públicas têm que prestar contas ao TCU, por que as filantrópicas, que recebem verba do governo, não fazem o mesmo ? (idem, *idem*,).

A entrevista nos oferece a oportunidade de perceber a plena consciência do presidente da entidade da tendência histórica do favorecimento do setor privado no campo da educação, dos mecanismos utilizados para escamotar a lucratividade no setor, tendência esta que não será contida senão por uma forte mobilização social para a qual a entidade não vem efetivamente contribuindo.

Sobre a questão da autonomia universitária, o entrevistado defende corretamente que:

É preciso haver uma regulamentação do ensino superior privado. O debate que se trava na reforma universitária sobre a autonomia precisa ser diferenciado. Uma coisa é a autonomia das públicas, outra coisa é a autonomia das privadas. As particulares precisam ser reguladas, para impedir que sua autonomia seja determinada pelo dono da instituição. É preciso definir regras de funcionamento democrático, eleições diretas para reitor e conselhos universitários com a participação de todos os segmentos. Dessa forma, a autonomia poderia ser exercida de forma plena nas instituições privadas. A autonomia deve ser atribuída à comunidade universitária e aos segmentos que a compõem, e não às mantenedoras. (idem, *idem*,).

Vale observar, que de fato, o governo distingue autonomia, contudo no sentido contrário defendido pela UNE, o faz em detrimento das IES públicas em favor das IES privadas.

Sobre as críticas relativas ao possível atrelamento da entidade com o atual governo, se a identidade ideológica tem afetado a ação contestatória do movimento estudantil, Gustavo Petta responde?

As últimas manifestações da UNE serviram para fazer uma crítica contundente ao maior problema que o governo Lula ainda não conseguiu enfrentar com força para derrotá-lo, que é a manutenção de uma política econômica conservadora. Essa é principal questão a ser combatida pelos estudantes hoje. É por isso que a UNE hoje faz parte de uma coordenação dos movimentos sociais que une a CUT, o MST e outras entidades do campo social. Estamos nos organizando para exercer papel protagonista na luta pelas mudanças do nosso país. (idem, *idem*,).

Ao falar sobre o PROUNI no *site* do UNIVERSIA BRASIL, destaca-se a limitada crítica que a UNE faz ao programa, restrita a quantidade de bolsas e percentuais concedidas e que deixa intocada a lógica privatizante que está na base do programa.

A UNE (União Nacional dos Estudantes) defende a implementação do Programa Universidade Para Todos (ProUni) do governo federal, mas questiona o número de bolsas que devem ser viabilizadas em instituições de ensino superior privadas, segundo o que estabelece a MP (medida provisória) editada ontem que lançou oficialmente a iniciativa. “Acreditamos que o ProUni seja extremamente importante. É muito interessante ter um programa de caráter inclusivo desse tipo. Há muito tempo queríamos uma iniciativa como essa que resultasse na inclusão de mais pessoas de baixa renda nas universidades. No entanto, questionamos o conteúdo da medida provisória. **A proposta inicial do ProUni era um projeto de lei bem diferente do que foi aprovado na MP. A MP é um retrocesso em relação ao conteúdo do projeto inicial**”, afirma Gustavo Petta, presidente da UNE. “Nossa contestação é, principalmente, quanto ao número de bolsas. O fato de o governo exigir que as universidades concedam bolsas é algo muito positivo, mas o texto da MP fala que as instituições filantrópicas devem conceder 10% de bolsas e uma outra porcentagem pequena ligada a trabalhos na instituição ou desenvolvimento de projetos. O projeto de lei previa concessão de 20% de bolsas integrais”, indica Petta. (grifo nosso). (UNIVERSIA, on line, 2005a).

Não obstante a algumas críticas pontuais, a UNE insiste em defender “pontos positivos” da proposta de “reforma universitária” do governo Lula, conforme a mesma entrevista.

O anteprojeto é caracterizado, em grande parte, por avanços e aspectos positivos. Vale ressaltar o esforço por regulamentação do ensino privado, com a instituição da gestão democrática por meio de colegiados representativos da comunidade acadêmica e a restrição até o nível de 30% para investimentos estrangeiros. No ensino público, merece aplauso sobretudo a criação de um Plano de Desenvolvimento Institucional, a reserva de vagas e garantia dos 75% do orçamento federal da educação para o ensino superior público. Sem dúvida estes são pontos que vão ao encontro das demandas históricas dos movimentos educacionais, no sentido de reorientar o papel do ensino público em direção a uma universidade democrática, de qualidade e sintonizada com um projeto de desenvolvimento do país. Entretanto, não podemos nos furtar a dar destaque às duas maiores limitações do anteprojeto que, caso não sejam corrigidas a tempo, podem se transformar nos grandes equívocos desta reforma, a saber: 1) falta de um Plano Nacional de Assistência Estudantil, com garantia de rubrica específica; 2) falta de uma nova lei de mensalidades, que garanta o fim dos aumentos abusivos tão comuns no ensino superior privado. (UNE, *on line*, 2006).

2.2. O PROUNI: ADEUS AS BANDEIRAS DO ENSINO PÚBLICO?

Conforme dito, o levantamento do Ministério da Educação, mostra que no ano de 2003 existiam 1637 IES no Brasil, destas 1442 privadas e somam 37,5% das vagas, o que corresponde a 550 mil do total de vagas.

O MEC aponta como solução para resolver o problema da inserção dos jovens no ensino superior, cuja demanda nos vestibulares cresceu mais de 200%, passando de 517 mil, em 1991 para 1,6 milhão em 2002, com a criação de “vagas públicas” nas faculdades privadas.

Com a proposta de criar 100 mil vagas nas instituições privadas para estudantes negros, ex-detentos, portadores de deficiência⁸² ou carentes, o Governo Lula lança mão, através da Medida Provisória – MP nº 213, de 10 de setembro de 2004⁸³, do projeto que se apresenta à sociedade como uma proposta avançada para a inclusão social daqueles que não têm a oportunidade de ingressar na universidade. Por meio do referido projeto, conseguiria-se o ingresso de grande parte dos jovens, em idade universitária, no ensino superior. O programa objetiva a “estatização” de vagas do ensino privado nas instituições filantrópicas, comunitárias e/ou confessionais. Para tanto, serão dispensadas às contribuições tributárias⁸⁴ de todas aquelas “universidades” que se interessarem em *vender* suas vagas “ociosas” ao governo federal.

O Programa Universidade Para Todos - PROUNI objetiva conceder bolsas de estudo integrais e parciais. A bolsa parcial, de 50%, ou seja, meia bolsa, são destinadas aos estudantes que não excederem três salários mínimos por membro da família, e a bolsa de 100%, ou integral, para os jovens que possuem renda familiar *per capita* não superior a 1,5 salário mínimo, contemplando os estudantes que não possuem diploma

⁸² Atualmente, utiliza-se a expressão portadores de necessidades especiais.

⁸³ O Programa Universidade Para Todos, tornou-se lei em 13 de janeiro de 2005. (Lei 11.096). O referido Programa serviu de “carro chefe” de sua campanha à reeleição em 2005.

⁸⁴ Os impostos que deixarão de ser cobrados são: o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido); PIS – Programa de Integração Social; e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. (MEC, 2004).

de nível superior, e os professores da rede pública de ensino, que pretendem concorrer aos cursos de licenciatura ou pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, para esses, independentemente da renda, podendo concorrer aos cursos de graduação ou seqüenciais em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos⁸⁵.

Como anteriormente já dito, as instituições privadas congregam mais de 80% das vagas oferecidas no mercado. Mas, assim como é grande o percentual das particulares, é cada vez mais crescente o percentual de inadimplência. Na crença de resolver esses dois problemas de uma só vez, o governo federal, na pessoa de seu Ministro da Educação, Tarso Genro, lança mão do referido projeto.

Atualmente, as IES particulares que pagavam todos os impostos, devem investir 20% de sua receita em bolsas de estudo em troca das isenções fiscais. As instituições “sem fins lucrativos” também recolhiam todos os impostos, exceto a Cota Patronal, que corresponde a taxa de 20% sobre a folha de pagamento dos funcionários. Para o governo, correspondia a um subsídio público em média de R\$ 840 milhões ao ano. Com o PROUNI, caso todas as instituições venham a aderir, haverá um subsídio ao empresariado, superior a R\$ 2 bilhões /ano, sem contar o montante de R\$ 1 bilhão destinado ao FIES⁸⁶.

O susto advindo do decreto da MP referente ao PROUNI foi tamanho, surpreendendo os docentes e discentes, bem como as organizações que historicamente empunharam a bandeira de luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, e que depositaram no governo de frente popular suas maiores expectativas e esperança de dias melhores para a universidade pública brasileira, estranhando-se, sobretudo, a falta de diálogo com as organizações sociais vinculadas à educação, como ANDES, FASUBRA entre outras, não se interrogando sequer se nas universidades federais haveria condições de se expandir o número de vagas para essa demanda que bate às

85

As instituições privadas que aderirem ao programa deveriam oferecer 10% de suas receitas em vagas de bolsa de estudo (vagas “ociosas”), mas segundo proposta de emenda da câmara, esse percentual deveria limitar-se a 7%, o que reduziria em 30.000 vagas.

86

Financiamento Estudantil - Programa que concede financiamento a universitários regularmente matriculados em instituições de ensino superior particulares.

portas do ensino superior⁸⁷. Vale destacar que o:

Estudo da entidade dos reitores das universidades federais afirma que com apenas R\$ 1 bilhão seria possível generalizar o ensino noturno das IFES, criando aproximadamente 400 mil vagas. Com o total de verbas públicas que está sendo previsto para as instituições privadas poderíamos ter mais de um milhão de novas vagas. Os fatos desmentem o propósito social dessa política que faz avançar ainda mais a privatização do ensino superior, setor que totaliza 88% das instituições e 72% dos estudantes do ensino superior. (LEHER, on line, 2004).

Portanto, poderíamos ter ampliado mais de um milhão de novas vagas, se utilizássemos o total das verbas que estão sendo dispensadas pelo governo, para dar-lhes um curso superior que pode ser de quatro anos ou de apenas dois, cursos seqüenciais.

Não temos dúvidas de que o projeto encabeçado atualmente pelo governo Lula, cujas origens encontram-se nos primórdios do governo de FHC, que sempre mantiveram uma profunda consonância com as orientações do Banco Mundial, vem a calhar com os pródomos neoliberais, acabam tornando os estudantes os maiores prejudicados porque perdem duas vezes com o Programa Universidade Para Todos. Primeiro, porque ingressam nas piores faculdades, segundo porque acabam tendo seu acesso às públicas dificultado.

Vale ressaltar que inicialmente, o projeto contemplava 400 mil vagas; agora não passa de 180 mil, ou seja, um número muito inferior ao originalmente estipulado, o que levaria três anos para atingir tal meta. O programa se apresenta como remédio para os problemas de exclusão social, mas, como é bem sabido, não resolve os problemas educacionais do ensino superior brasileiro, e sim, configura-se como mais uma maneira de descarregar a crise do capital nas costas dos trabalhadores.

No que diz respeito a proposta do governo para democratização do acesso o MEC aposta na criação de 150.000 novas matrículas para o setor público até o ano de 2009, (a meta inicial era até 2007), mas conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP; a estimativa de demanda até 2009 é de 8,17 milhões, ou seja, o número de vagas que o governo pretende criar, não é suficiente para atender a demanda. Como

⁸⁷ Vale ressaltar que houve diálogo com alguns setores, como é o caso da UNE, e com alguns sindicatos que não são contrários a política do Governo Lula.

observarmos, o PROUNI, em dois anos criou 100.000 vagas. Se somarmos o montante destinado a custear o FIES, que financiou em 2004, 318.679 contratos, em 2004 teremos 418.679 vagas no setor privado, então, as 150.000 matrículas até o ano de 2009 no ensino público é um número pouco significativo, além do que, parte dessas vagas pertencem a expectativa da universidade virtual, ou seja serão através de educação a distância.

Então, para promover a expansão das vagas da universidade pública, segundo o MEC, a proposta é aumentar a carga horária dos professores, o número de alunos em cada sala de aula, e a redução da duração dos cursos de graduação e pós-graduação. É essa a matemática do aumento do número de vagas no ensino superior público, enquanto para as particulares, além dos vultosos gastos com FIES, aderiu-se ao PROUNI, que como vimos compra vagas nas particulares através da isenção de impostos. Além dos gastos com a compra de vagas, somados aos custos do FIES, o governo propõe a bolsa permanência, para os alunos que ingressarem em alguns cursos que exigem dedicação integral, condicionada ao bom desempenho do aluno, e a conclusão do curso em tempo mínimo.

A entidade nacional até então de maior representação estudantil, pelo menos quantitativamente, mesmo vendo todas as suas propostas “escoarem por entre os dedos” continua a defender a contra reforma⁸⁸ universitária proposta pelo governo Lula através do Projeto de Lei Nº 7200/06, e divulga como estratégia central, não obstante as críticas de sua base⁸⁹ aprovar a proposta do governo, negociando posteriormente, as emendas no Congresso.

⁸⁸ A UNE ainda aprovou por ocasião da discussão da reforma universitária, um dia nacional de paralisação para a defesa dos pontos centrais da reforma: Derrubada dos vetos ao Plano Nacional de educação, que prevê a ampliação do investimento em educação até o índice de 7% do PIB[□]. Garantia da subvinculação de 75% do orçamento federal para a educação superior, incluindo os recursos retirados pela DRU (Desvinculação das Receitas da União). Nova Lei de Mensalidades. Instituição de um Plano Nacional de Assistência Estudantil, com rubrica específica. Liberdade de organização estudantil e sindical. 40% de vagas presenciais, com qualidade, na educação superior pública. Reserva de vagas com cotas sociais e raciais, por curso e turno. Não inclusão da educação na OMC, incluindo a presença do capital estrangeiro no ensino superior. Paridade nos Conselhos e na escolha de dirigentes. Garantia de gratuidade em todos os níveis da educação superior pública. (UNE, on line, 2005b).

⁸⁹ Aqui noticiamos que muitos dos jovens estudantes que pertencem hoje a CONLUTE pertenciam a base do movimento estudantil, e até dois membros que participavam da diretoria, mas abandonaram seus cargos com a criação da CONLUTE, sob a bandeira de luta “*a une não fala em nosso nome*”, episódio em que a diretora da UNE pertencente Julia Eberhardt, e o direto da UBES, ambos pertencente a juventude do PSTU, queimaram suas carteirinhas em sinal de protesto e de entrega de seus cargos, no II Encontro da Conlute, durante o Fórum Social Mundial.

O fato é que a UNE é uma entidade estudantil que compõe em sua diretoria majoritariamente estudantes vinculados ao PT e ao PC do B, principalmente ao PC do B, haja vista que o presidente da entidade nutre profundas relações com esse partido e com a União da Juventude Socialista – UJS, (juventude do PC do B). Ambos partidos compõem a base governista do Governo Lula, então, a UNE tornou-se aos poucos, “*um braço do governo Lula*”⁹⁰. Aconteceu com a UNE o que aconteceu com boa parte dos movimentos sociais, ficaram tão atrelados ao governo federal, através da ocupação de cargos políticos pelas lideranças, seja por estas pertencerem aos partidos que compõe a base do governo.

Conforme observa Borges Neto,

É importante também citar os resultados *políticos* do governo Lula. Nesse plano, o que se destaca são a divisão, a crise e grande enfraquecimento dos movimentos sociais, bem como a divisão e o enfraquecimento da esquerda. Ou seja: a parcela dos movimentos sociais que continua vinculada ao governo Lula sofreu perda drástica de sua autonomia (o caso mais evidente – e importante – é o da CUT, desde que seu presidente tornou-se ministro do Trabalho) e reduziu significativamente seu empenho em defender os interesses sociais que representa, o que tem provocado divisões. Desta maneira, o risco de que as divisões levem à fragmentação está posto. (BORGES NETO, in PAULA, 2005, p.77).

⁹⁰ “Mas houve uma clara mudança quando Lula venceu as eleições de 2002. A partir de então, a UNE passou a compor o governo através do PC do B e do PT, ajudando a elaborar a Reforma Universitária que pode destruir as universidades públicas e salvar os tubarões do ensino privado. Ou seja, a UNE se transformou em um braço do governo no movimento estudantil”. (CONLUTE, 2005, p.3).

2.2.1 – CONLUTE: nasce um movimento de oposição à UNE

*“Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
quem sabe faz a hora, não espera acontecer”*

(GERALDO VANDRÉ)

A Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes – CONLUTE⁹¹ surgiu como uma alternativa ao direcionamento dado pela União Nacional dos Estudantes aos encaminhamentos referentes à Reforma Universitária.

Em oposição às propostas encaminhadas pela União Nacional dos Estudantes – UNE, no que tange a Reforma Universitária do Governo Lula, uma média de 1500 estudantes reuniram-se no Rio de Janeiro, na Universidade Federal dessa capital, entre os dias 29 e 30 de maio de 2004, para debater a proposta de Reforma Universitária do Governo Lula.

Somos 1500 estudantes, representantes de centenas de entidades de todo o país. E temos algo a dizer: Basta! Basta de promessas não cumpridas pelo governo Lula! Basta de esperar por uma União Nacional dos Estudantes (UNE) que rasgou sua carta de princípios, quando abriu mão de sua independência para apoiar as medidas desse governo. (CONLUTE, on line, 2004).

Contrapondo-se à política econômica e as reformas neoliberais de FHC e do FMI, que, segundo o documento - resultado do referido Encontro estudantil -, intitulado *Carta do Rio de Janeiro aos Estudantes e Trabalhadores de todo o país*, estavam cada vez mais aprofundadas pelo atual governo, os 1500 estudantes, assim, justificam suas reivindicações.

Construímos este Encontro porque Lula optou por governar com os grandes empresários contra os trabalhadores, os estudantes e o povo pobre de todo o país. Estamos aqui porque sabemos que esta escolha do governo Lula acontece porque este governo precisa seguir implementando os planos do FMI, pagando a dívida externa e negociando a Alca. Estamos aqui porque a continuidade e aprofundamento das reformas neoliberais, como a Previdenciária, a Sindical e a Trabalhista e, agora, a Universitária, levam à privatização dos serviços públicos estatais e atacam conquistas históricas arrancadas com o sangue e o suor da luta dos trabalhadores e do povo pobre do nosso país. (idem, idem).

⁹¹ Com o mesmo movimento de resistência no interior da maior central sindical – a CUT, que culminou com a criação da CONLUTAS.

Denunciando a cumplicidade com a ofensiva cada vez mais ousada da classe dominante, a brava resistência dos trabalhadores e da juventude se faz heróica para as centenas de entidades estudantis ali reunidas, somando-se às vozes “*antiimperialistas e as insurreições contra os governos neoliberais*” entoadas, como é sabido, em várias partes do globo. (CONLUTE, 2004)

É a certeza dos jovens de vários estados do país da necessidade resistir à *Ordem Mundial*, fazendo parte da outra história, ou seja, da história de luta, inerente à classe trabalhadora, como o único caminho a seguir contra a ofensiva recolonizadora do imperialismo norte-americano aplicada às instituições públicas e estatais, que amargam profundas crises, que se fez nascer a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes – CONLUTE, no Encontro Nacional contra a Reforma Universitária proposta pelo Governo Lula. A defesa da manutenção da universidade pública e gratuita é o carro-chefe de suas insatisfações.

Nas Universidades públicas, faltam professores e funcionários, o que tem inviabilizado o funcionamento de turmas e cursos inteiros; o corte de verbas é brutal, e faz com que as universidades não tenham dinheiro para pagar suas contas e possuam prédios, hospitais universitários, laboratórios e bibliotecas caindo aos pedaços ou mesmo fechados. Enquanto isso, nas pagas, a Lei de Mensalidades de FHC foi mantida, permitindo que elas aumentem a cada dia e se tornem impagáveis; a qualidade dos cursos é cada vez pior; vários cursos estão fechando por falta de alunos; professores estão sendo demitidos ou estão com salários arrojados; os estudantes não têm seus direitos garantidos, pois não existe democracia interna. (idem, ibidem).

A indignação dos estudantes se justifica não só pela reconhecida falta de propostas do Governo a serviço da classe trabalhadora e dos estudantes, que fortaleça as universidades públicas, ampliando suas vagas, e às iniciativas contrárias as expectativas desses jovens, como a proposta de reforma universitária do governo, que através do PROUNI, visa subsidiar os grandes banqueiros, ou os “tubarões do ensino”⁹², são denunciadas pelo CONLUTE e registradas no documento intitulado *Carta do Rio de Janeiro aos Estudantes e Trabalhadores de todo o país*.

Como se não bastasse, propõem privatizar, de uma vez por todas, as

⁹²

Expressão utilizada para denominar os grandes empresários da educação.

universidades públicas, através do fim do financiamento estatal e da "autonomia" para captar recursos na iniciativa privada através das fundações, preparando o caminho para que a educação deixe de ser um "direito" e passe a ser um "serviço" nas negociações da Alca e da OMC.(idem, ibidem,).

Composta por estudantes vinculados a CONLUTE, ou simpáticos a essa entidade, a Frente de Luta contra a Reforma Universitária foi sugerida em 21 de dezembro de 2006, na sede do DCE da Unifesp, em São Paulo, quando mais de 70 estudantes de vários estados reunidos para discutir estratégias de lutas contra a “reforma universitária”. Objetivando criar uma frente única com esse intuito, capaz de aglutinar todos estudantes e trabalhadores contrários aos ataques do governo Lula à Universidade, elaborou-se um manifesto com objetivo de percorrer as universidades do Brasil e fortalecer a oposição e o combate à reforma universitária do governo Lula e apoiada pela UNE.

Como a UNE jogou seus princípios na lata do lixo, mudando de lado e passando a defender os interesses do governo em oposição aos interesses dos estudantes, se fez necessária a criação de uma Frente de Luta por fora dos fóruns da UNE. A necessidade de criação da Frente é mais uma prova de que a UNE não serve mais para tocar a luta dos estudantes, e que como entidade estudantil de luta está morta. (idem, ibidem, 2007a).

E ainda em outro documento:

Uma vez que a UNE, controlada pelos partidos do governo, abandonou as lutas e que a democracia se tornou inexistente no interior dessa entidade, a Conlute aparece como embrião de uma alternativa para o movimento estudantil. (idem, ibidem, 2007b).

Em relação as principais bandeiras de luta, a Conlute afirma:

As bandeiras de 10% do PIB para educação, **verba pública somente para as universidades públicas, paridade nos órgãos colegiados, fim da lista tríplice e a retirada dos vetos ao Plano Nacional da Educação** devem ser levantadas com todo o entusiasmo. (...) O que está em jogo é o futuro da produção do conhecimento e tecnologia do país. A estratégia do governo é transformar o conjunto das universidades públicas no que hoje é a UFMG, onde se cobra uma semestralidade de quase R\$ 200 e as fundações têm poderes exorbitantes. (idem, *ibidem*, 2007e – grifo nosso).

A respeito das posições do governo Lula em relação à educação, e a resistência da comunidade universitária, aos ditames neoliberais implantados pelo referido governo, o

movimento revela:

Não foram poucas as investidas do governo Lula contra a educação pública ao longo de seu mandato. Foram anos de resistência da comunidade universitária contra o projeto do FMI e do Banco Mundial. Junto com os professores e funcionários técnico-administrativos, o movimento estudantil protagonizou importantes lutas. Foram inúmeras marchas à Brasília, centenas de debates nas calouradas, seminários, grupos de estudo, um plebiscito e tantas outras iniciativas. O governo se utilizou práticas autoritárias, entre elas as Medidas Provisórias (MPs), outrora tão criticadas pelo PT, para implementar a ferro e fogo sua política. O ProUni, a Lei de Inovação Tecnológica, o Decreto das Fundações e o Sinaes (Provão) foram apenas uma parte do arsenal neoliberal do MEC. Ficou reservado para 2006 o Projeto de Lei nº 7200 que tramita no Congresso Nacional em regime de urgência a pedidos da União Nacional dos Estudantes. (...) **Acreditamos que o PL 7.200 é globalmente contrário às bandeiras históricas do movimento estudantil e aos anseios da comunidade universitária, não cabendo a nós qualquer tipo de emenda ou reparo.** idem, ibidem, 2007c – grifo nosso).

Como observamos acima, ao contrário da UNE que pretende disputar no Congresso, apostando na aprovação de emendas ao projeto do governo, a CONLUTE defende a retirada imediata do projeto. No mesmo sentido, o grupo de estudantes denuncia ainda a forma autoritária adotada pelo governo, que mesmo antes da aprovação legal do projeto de reforma universitária, vem, na prática, implementando sua proposta, mediante decretos e medidas provisórias:

A luta contra a Reforma Universitária tem se tornado mais que necessária. Após a aprovação da Lei de Inovação Tecnológica, do PROUNI, do decreto de Fundações, do SINAES, o envio do PL 7200/06 ao Congresso (bem como suas inúmeras emendas a maioria de caráter privatizante) mostra que o Governo e os empresários da educação estão dispostos a atacar frontalmente a educação pública e de qualidade. (idem, ibidem, 2007d).

Ao contrário das atividades utilizadas pela União Nacional dos Estudantes para discutir a Reforma Universitária em vigor o grupo de estudantes que forma a Conlute, mostra-se disposto a formar inclusive, uma força-resistência paralela às atividades da maior entidade dos estudantes do país, por não se reconhecerem representados por tal entidade. Para tanto, a nova organização se dispõe a:

(...) organizar as calouradas, impulsionar os comitês, discutir o

manifesto nas entidades e ganhar mais e mais estudantes para a luta contra a Reforma Universitária. Vamos pintar a universidade com as cores da nossa luta e dar o tom e o clima contra a reforma. Em cada sala de aula, em cada mesa de debate, em cada panfletagem nos corredores da universidade, fazer o debate da reforma e preparar as lutas que estão por vir. Esta é a tarefa do movimento estudantil que não se rendeu e que segue e seguirá lutando, até a vitória, sempre! (idem, *ibidem* 2007a).

Sobre os posicionamentos da UNE frente a proposta de reforma universitária do governo Lula, e seu adesismo ao atual governo, a Conlute diz

Particularmente no que se refere à reforma universitária, a tática da UNE para evitar o choque é uma só: a mentira. Mentem ao movimento estudantil quando dizem que a reforma "não está definida". Mentem quando afirmam que o governo está "disposto ao diálogo". Mentem quando justificam o fato de não saírem dos gabinetes do governo, alegando que estão "lutando" por uma "reforma universitária já". E mentem mais ainda quando dizem para os estudantes que estão "disputando a reforma", quando sabem que, na verdade, ela já foi definida pelo Banco Mundial. E é exatamente para acobertar este monte de mentiras deslavadas que a UNE se recusa a realizar qualquer fórum nacional para organizar a luta contra a reforma, deixando o governo de mãos livres para implementá-la. E, como a hipocrisia não tem limites, ao invés disso, a UNE está realizando uma caravana pelas universidades, em conjunto com o MEC e as reitorias, para defender a reforma do governo.(idem, 2004).

Outros dois grandes eventos compuseram o calendário de atividades da CONLUTE. Podemos citar como o primeiro a Plenária Nacional Contra a Reforma Universitária marcada para o dia 12 de junho, e como segundo, a marcha a Brasília que levou estudantes de vários estados brasileiros à frente da Esplanada dos Ministérios, no dia 25 de novembro de 2004, para a entrega oficial, ao MEC, do Plebiscito contra a Reforma Universitária.

A Plenária foi uma iniciativa de diversos setores ligados à educação, como sindicatos e entidades estudantis, a saber, ANDES-SN, Sindicatos de base da Fasubra, a CONLUTE, Executivas de vários cursos, DCE's e C.A.'s, totalizando em média 1.200 pessoas, com intuito também de unificar estudantes, funcionários e docentes contra a reforma.

A referida plenária aprovou uma Carta Política contra a Reforma; um Grupo de Trabalho de mobilização; encontros estaduais em outubro e paralização nacional das universidades, culminando com uma grande marcha a Brasília no dia 25 de novembro.

Um dos encaminhamentos resultante do I Encontro CONLUTE foi a divulgação da campanha contra a reforma universitária, que se daria através de encontros estaduais com o objetivo de debater a reforma proposta pelo governo Lula. Fazia parte da programação desses encontros em cada estado a exposição em mesas-redondas, palestras e pequenos grupos de estudo/discussão, além da elaboração de um plebiscito que inicialmente pretendia atingir em média 50 mil estudantes e funcionários para colher suas opiniões sobre a reforma universitária.

As palestras e debates realizados nos encontros estaduais foram precedidas do plebiscito que se realizou na semana do dia 1º ao dia 7 de Novembro de 2004. Em alguns estados o plebiscito se estendeu até o dia dez, ou iniciou um pouco antes do dia 1º, devido ao feriado de finados no dia 2 de novembro.

O plebiscito foi promovido pela CONLUTE, por não ter havido consenso das demais entidades participantes da plenária, por acreditarem ser improvável o êxito devido ao pouco tempo para a divulgação do mesmo. Para os representantes da CONLUTE, a não adesão a proposta do plebiscito significa falta de coragem de enfrentar o Governo Lula e a UNE. Tal plebiscito compreendeu mais de 100 instituições de ensino, entre universidades públicas, privadas, escolas. Foram totalizados 56.127 votos em 19 estados brasileiros. (PSTU, 2004).

O plebiscito era composto por quatro perguntas referentes à reforma universitária, e segundo a CONLUTE, objetivava *“fazer uma campanha de esclarecimento sobre o significado da Reforma Universitária do Governo Lula e sobre a necessidade da luta para derrotá-la”*.(Ver anexo).

O objetivo da realização do plebiscito era expressar publicamente a discordância dos estudantes com a reforma proposta pelo Governo Lula. Em média 94% dos consultados votaram contra a reforma e contra a atuação da UNE.

No dia da grande marcha à Brasília foi oficialmente entregue o resultado de toda aquela campanha. A grande marcha, organizada por sindicalistas, movimentos sociais e estudantes de todo o Brasil, contou com mais de 10 mil manifestantes que seguiram em passeata até o Ministério da Educação, entoando palavras de ordem, como essa: *“Sou*

Conlute, siga adiante, romper com a UNE inimiga do estudante”.

Houve toda uma polêmica desde a preparação da marcha, da medida em que a esquerda da CUT e do PT se recusava a assumir um claro enfrentamento com o governo e com a CUT e a UNE. Esses setores mantêm a posição de criticar o governo, mas sem romper com ele, centrando seu ataque na política econômica. Além disso, são contrários a romper com a CUT ou com a UNE, prosseguindo nessas entidades. No final das contas, não assinaram a convocatória unitária da marcha, mas estiveram presentes. (PSTU, on line, 2004).

Durante todo esse processo de manifestações protagonizadas principalmente por estudantes, a UNE não esteve presente. Vale ressaltar, inclusive, que a UNE continua desenvolvendo sua campanha de caravanas para debater a reforma universitária.

(...) A UNE esteve do outro lado da trincheira, junto com o governo e a proposta de reforma universitária que acabará com a universidade pública. Esse papel se deve ao fato de que sua direção, a UJS/PCdoB, é parte fundamental da base de apoio do governo e, por isto, busca convencer o movimento de que as ações do governo são progressistas. (PSTU, on line, 2005).

O segundo Encontro Nacional da CONLUTE, realizado em 29 de janeiro de 2005, no Rio Grande do Sul, durante o Fórum Social Mundial, intitulado A Reforma Universitária e os Novos Rumos do Movimento Estudantil, contou com mais de 1000 pessoas que compareceram ao Ginásio Camisa 10 - local de realização do Encontro.

Durante o Encontro foi aprovada uma resolução de ruptura com a União Nacional dos Estudantes. A proposta será estendida aos CA's, DCE's e executivas nacionais de curso em todos os estados do país para discussão e votação da mesma.

De acordo com a resolução, a Conlute vai abrir imediatamente um amplo debate na base do movimento estudantil, defendendo a necessidade de romper com a UNE, que deixou de ser um instrumento para organizar a luta e representar os estudantes, e a construção de uma nova entidade estudantil independente dos governos e partidos. (...) onde o debate estiver amadurecido, esta posição deve ser votada em cada assembléia, congresso e entidade. (PSTU, on line, 2005).

A CONLUTE objetiva, ainda, realizar um Congresso paralelo ao Congresso bianual da UNE, CONUNE, realizado geralmente no mês de junho, oferecendo aos estudantes uma nova política para o movimento estudantil, uma vez que a UNE, segundo a CONLUTE,

está na base aliada do Governo, transformando-se em uma entidade chapa-branca, não podendo, portanto, falar em nome dos estudantes.

Faz parte também das intenções de manifestações de protesto da Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes, além da reforma universitária, a luta contra as reformas sindical e trabalhista.

Assim encontra-se o movimento estudantil brasileiro, de um lado a histórica União Nacional dos Estudantes, que vêm apoiando as medidas do governo e quando há discordância, não a leva, como outrora, sob protestos e manifestações de indignação. Do outro lado, encontra-se a CONLUTE, explicitamente de oposição às atitudes da UNE como representante dos estudantes, como também as do Governo Federal.

Segundo a direção da CONLUTE,

A União Nacional dos Estudantes (UNE) é uma das entidades de apoio da reforma universitária proposta pelo MEC. Foi convidada para todos os colóquios organizados pelo ministério. 'O que está em discussão tem aspectos positivos e negativos. Temos é que disputar o rumo dessa reforma', disse o vice-presidente regional da UNE, Leandro Cerqueira. A partir do Conselho Nacional de Entidades a UNE decidiu sua posição em relação à reforma. Nesse conselho, mais de 300 DCE's, Diretório Central dos Estudantes, participaram do evento em agosto, e a ampla maioria aprovou a proposta do MEC.(PSTU, on line, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Instruí-vos, porque teremos necessidade de
toda vossa inteligência
Agitai-vos, porque teremos necessidade de todo
vosso entusiasmo
Organizai-vos porque teremos necessidade de
toda vossa força”*
(ANTÔNIO GRAMSCI)

O resultado da nossa pesquisa chegou à conclusão de que existe continuidade da política neoliberal pelo governo Lula, acreditando que a crise da universidade só pode ser entendida no contexto de crise maior do capital. Constatamos, ainda, que a relação do governo Lula, com os movimentos sociais favoreceu uma alteração nas formas de luta das organizações, que propiciará, se não houver resistência, o avanço vitorioso do capital sobre os trabalhadores e os estudantes.

Há várias semelhanças entre a proposta do governo Lula para a reforma universitária do Brasil, com a proposta de reforma do ensino superior implantada pela ditadura na década de 60, quase quarenta anos atrás.

Confirmamos esse feito com o estudo da economista sobre a expansão do ensino privado no Brasil, produzido por ocasião de sua dissertação de mestrado.

O ensino superior privado brasileiro expandiu-se à sombra da renúncia fiscal concedida pelo regime militar, cujos ideólogos dispunham de uma máquina eficiente e complexa de incentivos, entre eles a injunção do Conselho Federal de Educação. (...) “Nesse cenário, foi fundamental o papel do desenvolvimentismo autoritário, materializado a partir do golpe de 1964 e traduzido na Teoria dos Estágios do Desenvolvimento Econômico, de Rostow. Seu ideário pregava que por meio do processo histórico linear, **a industrialização era o caminho comum dos países aspirantes ao desenvolvimento econômico.** (...) Outra teoria em voga na época, a do Capital Humano, que propunha a ampliação das oportunidades e o acesso à educação formal, sobretudo do ensino superior, colocando o assunto no centro da agenda econômica, também foi esquadrihada pela economista. “A escolaridade transformou-se em investimento e passou a desempenhar papel de setor prioritário e fator propulsor do desenvolvimento econômico”, afirma.

Acreditamos, ainda, com base nos resultados desse estudo, que a proposta de “reforma universitária” é fruto dos mesmos condicionantes dos anos de regime militar. Expressa as mesmas tendências: do crescente avanço do capital internacional, dos interesses imperialistas norte-americanos sobre a América Latina, objetivando expandir suas margens de lucros ameaçadas com a crise estrutural do sistema capitalista. Esse é, possivelmente, o ápice de todo o processo iniciado há quatro décadas atrás, e retardada pelas históricas lutas dos trabalhadores e do movimento estudantil, que aderiu, inclusive, à luta armada sofrendo, por isso, forte repressão dos militares, tendo sido, muitos jovens vitimados no seu direito à vida. É injusto não evidenciar aqui, por maiores as críticas que possam se fazer ao movimento estudantil da época da reforma universitária implementada em 68, principalmente em relação a UNE, de não se ter clareza da revolução em seus atos ou manifestos, ou da defesa do socialismo ser mais teórica do que prática, o fato daqueles estudantes perceberem a infiltração que os Estados Unidos engendraria à época, e que culmina hoje com avanço do imperialismo. O esforço empreendido, a coragem e a bravura dos estudantes em defesa da universidade pública e gratuita devem ser lembrados e recuperados.

Ademais, é importante dizer que a subordinação do país aos interesses norte-americanos nos espaços acadêmicos brasileiros só poderia acontecer com outra ditadura militar ou... com Lula, que conseguiu desmobilizar o movimento sindical dos trabalhadores e os movimentos sociais, sobretudo como vimos aqui, o estudantil. Com a cooptação dos sindicatos, bem como dos movimentos organizados pelo governo, Lula colabora com o avanço do capital sobre os trabalhadores. Uma proposta da natureza do Projeto de Lei Nº 7200/06 não seria aceita pelos movimentos sociais, ou estudantil como outrora não foi, se fosse apresentada por um outro governo que não o de Lula.

E ainda trazemos o depoimento do atual presidente da entidade por nós analisada nessa pesquisa, ao ser indagado sobre o refluxo da militância estudantil de hoje.

Gustavo Petta – Quando a gente compara o movimento estudantil hoje com outros períodos é preciso levar em conta o perfil do estudante, que mudou muito. Nos anos 60, eram 300 mil universitários em todo o país, a maioria em instituições públicas e em cursos integrais, ou seja, com dedicação intensa à vida acadêmica. Além disso, o momento histórico também era completamente diferente. Hoje, a maioria dos estudantes estuda à noite, nas instituições privadas, trabalha durante o dia e acaba tendo uma vida acadêmica muito restrita. Ou seja, existem diversos

dispositivos que contribuem com essa diferença de perfil. Mas é preciso que fique claro que ainda há uma participação ativa dos alunos dentro e fora das universidades. O movimento estudantil foi responsável pela resistência à privatização que o governo FHC queria imprimir a educação. (UNE, *on line*, 2004).

Tomando pela palavra, aqui, ainda se faz necessário fazer uma indagação ao presidente da entidade estudantil nacional. Já que o mesmo reconhece que a participação dos estudantes no movimento estudantil é dificultada porque os estudantes não realizam seus cursos em período integral, ou mesmo porque trabalham durante o dia para se sustentar e estudam no turno da noite. Então, levando em consideração sua afirmação, em seu próprio argumento Por que não exigir do Governo Lula, na reforma em curso, o subsídio da Bolsa Permanente para os estudantes das Instituições de Ensino Superior Públicas, para que os mesmo possam vir a se dedicar integralmente e intensamente à vida acadêmica, ao invés de defender a Regulamentação do ensino pago, Prouni; Fies, Bolsa Permanência ao estudante das instituições particulares, que além de terem seu curso pago pelo governo, ainda precisam receber bolsa permanência. Será que os estudantes das Instituições Superiores de Ensino Públicas, além do exaustivo esforço para conseguir uma vaga na universidade pública, muitas vezes se encontram tentado a desistir do curso por falta de condições de permanecer nele, não é legítimo que tenham direito a bolsa permanência?

No mesmo sentido do argumento do atual presidente da UNE, Gustavo Petta, o ex-presidente da entidade, José Serra, observa o recuo do movimento estudantil de hoje, em entrevista a Revista UNE – 60 anos a favor do Brasil, transcrita abaixo:

(...) estou certo que a atual estrutura não funciona. No meu tempo, havia menos de um décimo do número de universitários de hoje. A maioria era de universidades públicas. Hoje, a maioria estuda nas instituições privadas, trabalha para pagar seus estudos, tem uma disponibilidade quase zero para qualquer militância. (BARCELLOS, 1997, p.54).

Não obstante reconheçamos que há, de fato, uma mudança de perfil dos estudantes com a incorporação progressiva de parcelas da classe trabalhadora no ensino superior, que precisam articular trabalho e estudo, o que limita o tempo para a militância, entendemos não ser esta a principal causa da desmobilização da UNE face à atual proposta de reforma universitária. O regresso do movimento estudantil, como tentamos demonstrar no trabalho, reflete o recuo das forças de esquerda no Brasil. A vinculação da UNE aos

partidos da base aliada do governo, é, ao nosso ver, a causa central, que explica o processo de atrelamento da maior entidade de estudantes do país, impedindo-a de mobilizar o conjunto dos estudantes para barrar a contra-reforma universitária do governo Lula, restringindo seu discurso a limitadas e pontuais críticas às políticas do governo, em especial, as propostas para o ensino superior.

Porém, nem tudo está perdido. O motor da história continua, é preciso reverter o quadro da presente situação, começando por impedir, sob muita mobilização e protesto, a aprovação da contra-reforma universitária pelo Congresso.

Resta-nos professores e estudantes somar nossas forças aos que estão na luta contra a “reforma universitária” do Governo Lula, para impedir que o PL nº 7200/2006 seja aprovado, atraindo a atenção da sociedade civil para a problemática, para não vermos a única oportunidade de acesso da classe trabalhadora ao conhecimento científico de qualidade, vigorosamente defendido por diferentes gerações de estudantes, ir por água a’baixo, sem o que se tornará, cada vez mais difícil a luta pela transformação social, para além do capital.

Lembramos ainda conforme o dito popular, que aqui utilizamos para fazer nossas palavras que *a fase mais escura da noite é a que antecede o alvorecer.*

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. (Coleção Mundo do Trabalho).

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil**. (Collor, FHC e Lula). Campinas. São Paulo. Cortez. (Autores Associados), 2004.

_____. Uma Esquerda Fora do Lugar. O Governo Lula e os descaminhos do PT. Campinas. São Paulo. Ed. Armazém do Ipê. (Autores Associados), 2006.

BARCELLOS, Jalusa. Revista UNE – 60 anos a favor do Brasil. Rio de Janeiro. 1997.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil**. São Paulo: Annablume, 2006.

BEHIRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo. Cortez, 2003.

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

COGGIOLA, Osvaldo. **Universidade e ciência na crise global**. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **O Governo Lula: da esperança à realidade**. São Paulo: Xamã, 2004.

COSTA, Frederico Jorge Ferreira. **Valorização do capital, universidade pública e formação docente**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo. Ed. Moraes, 1984.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos; FURTADO, Elizabeth Bezerra (orgs.). Trabalho e educação: uma intervenção crítica no campo da formação docente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

KATZ, Cláudio; COGGIOLA, Osvaldo. Neoliberalismo ou crise do capital? São Paulo: Xamã, 1996.

_____ . - **Século XXI - Socialismo ou Barbárie**. São Paulo. Boitempo, 2003.

MORAIS, Elvira Sá de. **A UECE e a política estadual do ensino superior**. São Paulo. Annablume. 2000.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (org). **Reforma universitária do Governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004.

POERNER, Artur José. **O poder jovem:** a história da participação política dos estudantes brasileiros. 4ª ed. São Paulo: Centro de memória da Juventude, 1995.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação Brasileira** – A Organização Escolar. São Paulo. Autores Associados, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1993.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário.** São Paulo: Scipione, 2001.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil:** a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

PELEGRINI, de Cássia Araújo. O Movimento estudantil brasileiro nos anos 60 e a Reforma Universitária. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP FCL de Assis, Assis.

INTERNET:

ARTIGO. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/jornal.asp?id=2490> >. Acesso em: 27 set. 2004

_____. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=2621>>. Acesso em: 01 out. 2004

_____. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/juventude_materia.asp?id=2688&ida=0>. Acesso: em 05 fev. 2005

_____. Disponível em: <<http://www.conlute.org.br>>. Acesso em: 05 fev. 2005.

_____. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mensal%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em :
12 de mar. 2007.

BRASIL/MEC. *PROUNI*. Disponível em:<<http://www.mec.org.br/prouni>>. Acesso em 11
nov. 2004.

FOLHA. Disponível em:<<http://www.apub.org.br/veiasabertas>>. Acesso em 10 ago.
2004.

São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005

GODOI, Filho. Disponível em:<<http://www.apub.org.br/veiasabertas>>. Acesso em 10
ago.
2004.

LEHER, Roberto. Disponível em:<<http://www.apub.org.br/leher>>. Acesso em: 10 ago.
2004.

MATTOS, Marcelo. B. Disponível em:<<http://www.apub.org.br>>. Acesso em: 10 ago.
2004.

O DIA. Disponível em:<<http://www.apub.org.br/veiasabertas>>. Acesso em 10 ago. 2004.

ANEXOS